

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
LEUDJANE MICHELLE VIEGAS DINIZ

**NAS LINHAS DA LITERATURA: um estudo sobre as
representações da escravidão no romance *O mulato*, de
Aluísio Azevedo**

UBERLÂNDIA
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LEUDJANE MICHELLE VIEGAS DINIZ

**NAS LINHAS DA LITERATURA: um estudo sobre as
representações da escravidão no romance *O mulato*, de
Aluísio Azevedo**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dr^a Luciene Lehmkuuhl

UBERLÂNDIA
2008

LEUDJANE MICHELLE VIEGAS DINIZ

**NAS LINHAS DA LITERATURA: um estudo sobre as
representações da escravidão no romance *O mulato*, de
Alúcio Azevedo**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Luciene Lehmkuhl – Orientadora (UFU)

Prof. Dr^a Joana Luíza Muylaert de Araújo (UFU)

Prof. Dr^a Maria Aparecida Resende Mota (UFRJ)

Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo.

(Carlo Ginzburg. *O fio e os rastros*)

AGRADECIMENTOS

Elaborar uma dissertação é tarefa difícil, ainda mais quando temos que “deixar” pessoas que amamos, o lugar que tem a nossas raízes e colocar os medos, os livros e os sonhos numa mala de viagem e embarcar rumo ao desconhecido. Esse percurso, que poderia ser bem mais complicado, foi facilitado pelo amor e pela atenção de muitas pessoas que, de acordo com as suas possibilidades, me ajudaram neste trabalho. Desse modo, mesmo sabendo que esta lista comportaria muito mais nomes, queria fazer alguns agradecimentos em especial.

A Deus, por me fazer ver sentido na vida para além de qualquer dificuldade enfrentada.

Ao meu pai, Walteneres, à minha mãe, Goretti, e à minha irmã, ou melhor, meu anjo da guarda, Lídia. Obrigada pelo apoio financeiro, afetivo e principalmente por acreditarem na escolha profissional que fiz, independentemente das compensações monetárias que ela possa proporcionar. Obrigada por aturarem, com a mesma atenção e o mesmo amor, minhas horas de estresse e alegria com esta dissertação. A vocês dedico a felicidade que sinto por terminar este trabalho, porque só vocês sabem verdadeiramente o que ele significa na minha trajetória de vida.

A todos os demais membros da minha família, em especial: ao vovô Antônio, que, mesmo sem estudo escolar, escreveu lindos cordéis; à vovó Lourença, que vive me contando como preto antigamente apanhava de relho, e sempre dizendo “mímica tu é uma escrivona”; e ao meu tio Zé Branco, a quem sou grata por tudo que só ele sabe, principalmente pelas ligações que me fez quando eu estava em Uberlândia, as quais me causavam muita alegria.

E por tratar de família, estendo estes agradecimentos à família que ganhei em Uberlândia: dona Dalva, seu Divino e especialmente à Marna, por ter me aceito em sua casa, pela companhia agradabilíssima, pelas horas de conversa, por me arrumar para ir aos encontros, pela amizade sincera.

À minha querida orientadora, Luciene, agradeço pelo zelo profissional, atenção, preocupação e carinho que destinou a esta dissertação. Muito obrigada por ser uma profissional competente, e por dar suas idéias sem impô-las aos seus orientandos. Obrigada por simplesmente me mostrar caminhos e deixar que eu tivesse personalidade e compromisso ao fazer minhas próprias escolhas. Obrigada pela amizade pessoal e profissional construída.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da UFU, especialmente: ao Adalberto, pelas agradáveis reflexões feitas ao longo da disciplina ministrada; à Kátia, pelas colocações pertinentes feitas na banca de qualificação; à Maria Clara, pelo posicionamento crítico sobre este trabalho, na disciplina Seminário de Pesquisa; e à Lúcia Pascoal Guimarães (UERJ) pela ajuda na pesquisa nos arquivos cariocas.

À professora Maria Aparecida Mota, por ter solicitamente aceitado participar da banca examinadora deste trabalho, bem como à professora Joana Muylaert, não só pelo aceite ao convite para participar da qualificação e da defesa, como principalmente pelas suas envolventes aulas, que muito contribuíram para aumentar o meu amor pela literatura e a minha responsabilidade no uso de textos literários como fontes de pesquisa.

Aos professores da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), instituição em que conclui minha graduação, por realizarem seu trabalho com vontade de fazer um curso de História cada vez melhor, acreditando no potencial de seus alunos. Agradeço especialmente à professora Elidacy, orientadora do meu trabalho monográfico e pessoa fundamental na elaboração do meu projeto de mestrado.

Ao querido Márcio, pelo companheirismo, carinho e incentivo, principalmente, no difícil momento da qualificação.

Aos meus amigos e irmãos da época do Santa Teresa – Ruth, Elaile, Patrícia, Carlinhos, Otávio e Yuri –, por terem chorado comigo quando não passei no vestibular para História, por comemorarem quando consegui passar, pela presença na defesa da minha monografia, pela comemoração quando fui aprovada na seleção para este mestrado, por me aturar anos falando de escravo... Enfim, por gostarem de mim do jeito que eu sou.

A Vera, por ter sonhado este mestrado junto comigo, por ter me apresentado pessoas maravilhosas em Uberlândia e por sempre se mostrar feliz e interessada quando eu ligava para dizer que tinha terminado um capítulo.

Aos meus amigos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Cristiane, Fabiana, Gilmar, Juliana, Tadeu, Roberta e Luciana –, pelas discussões historiográficas e principalmente pela amizade, que espero ter continuidade.

A todos aqueles que tiverem interesse em ler este trabalho.

RESUMO

No decorrer deste trabalho, discuto, a partir da relação história / literatura, as representações da escravidão presentes no romance *O mulato*, de Aluísio Azevedo. Analiso como a escravidão e os sujeitos a ela ligados são representados num momento em que os intelectuais, pensando em novas bases para a nação, problematizavam a sociedade em que viviam, articulando de modo complexo a discussão positivista, que legitimava seus discursos num padrão que não inviabilizasse o desenvolvimento de um projeto de nação, tendo em vista a miscigenação da população. Para esse estudo, dialogo com diferentes documentações: jornais, livros de memórias, cartas e principalmente a própria obra *O mulato*. Evidencio diferentes edições do texto, em especial a primeira, por apresentar elementos fundamentais para o entendimento da repercussão causada pelo livro, sobretudo a crítica à escravidão contida nessa edição e que assume proporções diversas nas edições posteriores.

Palavras-chave: história – literatura – representações – escravidão.

ABSTRACT

Throughout this paper, departing from the relation between history and literature, I discuss the representations of slavery present in the novel *O mulato*, by Aluísio Azevedo. I analyze how slavery and the subjects linked to it are represented in a moment when the intellectuals, thinking of new bases for the nation, inquired the society in which they lived, articulating in a complex way the positivist discussion, which legitimated their discourses in a pattern that could no make it impossible the development of a project of nation, considering the miscegenation of the population. For this study, I dialog with different documentations: newspapers, memory books, letters and mainly the very work *O mulato*. I evidence different editions of the text, especially the first one, which presents fundamental elements for the understanding of the book repercussion, particularly the critic to slavery in that edition, which assumes different proportions in the subsequent editions.

Key-words: history – literature – representations – slavery.

LISTAS DE FIGURAS

- Fig.1 – Aluízio Azevedo. Fotografia, p&b. *O mulato*. 1. ed. Maranhão: Typografia do Paiz, 1881. In: MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluízio Azevedo, vida e obra: 1857-1915**. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo / Banco Sudameris-Brasil; Brasília: INL, 1988. p.181.....21
- Fig. 2- AZEVEDO, Aluízio. Manuscrito de *O mulato*. (Acervo da Academia Brasileira de Letras - RJ).....57
- Fig. 3 - Echos da rua. **O Pensador**. São Luís, 10 de abr. 1881. p.3.....99
- Fig. 4- NASCIMENTO, João Afonso. O que elles deviam ser ... O que elles são... Caricatura, p&b. **A Flecha**, 1879. p.3.....107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – Aluísio e o público de literatura na São Luís oitocentista	21
1.1 Possibilidades e limites de leitura na “Atenas brasileira”.....	22
1.2 O naturalismo e <i>O mulato</i> : a vontade de verdade impregnando o romance.....	35
1.3 O olho do autor anunciando sua escrita.....	46
CAPÍTULO II – “Eu vi”: representações da escravidão	57
2.1 O universo escravo em diferentes perspectivas.....	61
2.2 Senhoras e senhores: mirem-se no espelho.....	73
2.3 Mistura racial saída nacional.....	87
CAPÍTULO III – Na boca do povo: notícias de o mulato pelas ruas de São Luís e mais	99
3.1 Amanhã se não amanhecer chovendo.....	100
3.2 À lavoura meu estúpido.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
ARQUIVOS PESQUISADOS E FONTES	134
REFERÊNCIAS	137

INTRODUÇÃO

Esta é a história. Um jogo da vida e da morte prossegue no calmo desdobramento de um relato, ressurgência e denegação da origem, desvelamento de um passado morto e resultado de uma prática presente.

(Michel de Certeau. *A escrita da História*).

Tudo tem sua história e com este trabalho, intitulado “Nas linhas da literatura: representações da escravidão através do romance *O mulato*”, não poderia ser diferente. Essa temática consiste numa abordagem interdisciplinar entre História e Literatura, partindo de curiosidades e interesses distintos e complementares ao longo de minha trajetória acadêmica.

A temática da escravidão¹ tem sido uma constante em quase todos os trabalhos que realizei, nos quais tive a oportunidade de escolher o foco a ser estudado, inclusive na monografia de conclusão de curso de graduação – *Escravidão urbana e criminalidade em São Luís (1860-1880)*. Nesse trabalho, abordo as relações escravocratas sob o viés da criminalidade, entendida como mecanismo de resistência escrava que assumiu múltiplas formas de expressão, evidenciando o poder da atuação escrava na cidade. Longe de serem meras “peças”, como nomeia a documentação do século XIX, os escravos tinham suas artimanhas para dar visibilidade a seus gostos e vontades. Acredito que a origem desse interesse se relaciona a uma identificação pessoal com a temática, como negra que sou e sensível aos preconceitos formulados no período escravocrata e disseminados nas mais diferentes linguagens.

O encontro com a literatura e o reconhecimento de sua importância enquanto fonte e objeto de estudo para o historiador foi uma sedução muito motivada pelo prazer da leitura e pela riqueza da representação oferecida ao historiador nas bem tramadas páginas de um romance. A ideia de aprofundar o estudo da escravidão tendo como objeto representações formuladas no texto literário foi gestada ainda no processo de elaboração da monografia, quando, ao ler o livro *O mulato* com intuito de visualizar

¹ De acordo com Sílvia Lara, um autor que muito contribuiu para um repensar dos estudos da escravidão no Brasil, principalmente a partir da década de 1980, foi E. P. Thompson. Embora não problematizando necessariamente a realidade brasileira nem as relações escravocratas, as construções teóricas desse autor conduziam à análise do escravo enquanto sujeito histórico que usava as armas possíveis para viver na sociedade escravocrata. Nessa perspectiva, o autor formulava uma análise da relação senhor / escravo valorizando “as relações históricas construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambigüidades” (LARA, Sílvia Hunold. **Blowin’ in the wind**: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 12, p. 43-56, 1995.

o contexto da época, fui percebendo as significações feitas por Aluísio do mundo no qual vivia, tendo como um dos focos a questão racial na sociedade oitocentista. Daí, parti para a pesquisa² em jornais, bibliografia sobre o assunto, livros de memórias, dentre outros, para elaboração do projeto de mestrado.

Inicialmente, entendia a literatura apenas como mais uma fonte com a qual o historiador chegava ao contexto de uma época: o foco, então, deveria incidir sobre o contexto, e não sobre o texto. Porém, ao longo da orientação e das disciplinas cursadas no mestrado, compreendi como essa idéia pouco valoriza a riqueza da representação oferecida pelo texto literário ao historiador. Além disso, percebi a necessidade de, mesmo recorrendo a outras fontes, voltar ao texto literário, centrando a problemática em pistas encontradas em seu interior e, a partir daí, pensar sua relação com o contexto da época.

Desse modo, escolhi *O mulato*, de Aluísio Azevedo, para refletir sobre o posicionamento do escritor acerca da escravidão e seus desdobramentos na sociedade oitocentista, num momento em que essa temática se colocava como questão central para a intelectualidade brasileira pensar o futuro da nação. A minha preferência por trabalhar com a literatura oitocentista e, especificamente, com Aluísio Azevedo se deve ao forte impacto que a obra teve na sociedade maranhense e nacional, não apenas no momento em que inicialmente foi dada a ler, mas até mesmo na atualidade, em virtude da vitalidade de significados elaborados e redimensionados até hoje.

Aluísio Azevedo não é nenhum autor desconhecido; pelo contrário, tem seu nome sempre citado nos compêndios de literatura brasileira, tanto por autores coetâneos seus, como Sílvio Romero e Araripe Júnior, quanto por estudiosos mais contemporâneos, como Antônio Cândido e Alfredo Bosi. Teses e dissertações também vêm, em diferentes perspectivas, abordando sua produção. Dentre as apontadas neste trabalho, destacamos, por exemplo, a tese de Angela Fanine, *Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo: aventuras periféricas*, na qual a autora faz uma análise dessa forma de publicação dos romances considerados “menores”, na perspectiva de resgatá-los do processo de desqualificação sofrido pela crítica. Na dissertação de Graciela Dresch, intitulada *A representação da identidade nacional em figuras femininas de Aluísio*

² Como salienta Carlo Ginzburg, “nosso conhecimento do passado é inevitavelmente incerto, descontínuo, lacunar: baseado numa massa de fragmentos e de ruínas” (GINZBURG, Carlo. **Os fios e os rastros**: verdadeiro, falso fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 40).

Azevedo, a autora se utiliza de obras consagradas pela crítica, como *O mulato*, *Casa de pensão* e *O cortiço*, para discutir as bases da identidade do país, considerando a construção da identidade feminina em personagens azevedianas.

O mulato é uma obra sempre mencionada por esses e outros autores da bibliografia consultada, principalmente por ser considerada introdutora do naturalismo no Brasil, significando um marco na literatura nacional. Como a fonte principal deste estudo é a obra *O mulato*, mesmo recorrendo a outras documentações, é através dela que busco visualizar as representações da escravidão. Desse modo, alguns livros que dão ênfase de forma mais específica a esse romance foram bastante importantes na elaboração desta dissertação, dentre eles: *Aluísio Azevedo e a polêmica d'O Mulato*, de Josué Montello; *Aluísio Azevedo, vida e obra*, de Jean-Yves Mérian; e *O mulato – cem anos de um romance revolucionário*, de João Mendonça Cordeiro.

Em *Aluísio Azevedo e a polêmica d'O Mulato*, Josué Montello, através de trama e linguagem envolventes, aborda as polêmicas que perpassaram a produção desse livro na cidade de São Luís. Um aspecto importante e de muita valia para meu trabalho foram as crônicas de Aluísio Azevedo publicadas pelo jornal *O Pensador* e as de Euclides Faria publicadas no jornal *A Civilização*, ambos periódicos maranhenses. Essas crônicas, transcritas no livro de Montello, possibilitaram-me o acesso a boa parte das críticas e comentários feitos no Maranhão quando da publicação do romance.

O livro de Jean-Yves Mérian, como o próprio título indica – *Aluísio Azevedo, vida e obra* –, não trata especificamente de *O Mulato*: é um trabalho de revisão biográfica detalhada sobre Aluísio Azevedo. Porém, em suas páginas, principalmente na segunda parte do livro, intitulada “*O Mulato*” abre caminho para o *naturalismo no Brasil*, apresenta uma análise cuidadosa, valorizando o contexto em que essa obra foi escrita e publicada, ressaltando a importância de estudar suas diferentes edições. Tendo em vista valorizar as significativas alterações sofridas pela obra, Mérian aponta algumas passagens excluídas na segunda edição, o que me motivou a fazer uma nova leitura, uma vez que parte das passagens da primeira edição que foram excluídas em edições sucessivas estavam relacionadas diretamente com a crítica à escravidão presente no romance publicado em 1881, questão fundamental para problematizar o objeto que me proponho estudar.

Em *O mulato – cem anos de um romance revolucionário*, João Mendonça Cordeiro procura recuperar a importância e a atualidade desse romance, demonstrando que ele ainda continua constituindo um amplo campo de estudos aberto a novas pesquisas. Além disso, retoma, ao seu estilo, discussões já realizadas por outros autores, abordando também uma diversidade de jornais maranhenses e sua relação com as polêmicas causadas pelo romance, quando de sua publicação, em São Luís.

Neste trabalho, retomo muitas das discussões acima evidenciadas, pensando com Roland Barthes o que seria o texto além de um tecido de citações, saídas de focos distintos da cultura, em que o único poder do escritor é misturar escrituras³. Assim, parto dessas e de outras leituras para fazer a minha análise das representações da escravidão presentes no romance oitocentista.

O mulato se apresenta como uma possibilidade de leitura de uma dada realidade social. Sem ser tomado como um reflexo da sociedade escravocrata do final do século XIX, deve ser percebido como uma representação criada num dado momento histórico, tendo motivos para se mostrar como tal, ligados tanto ao contexto de surgimento do livro, quanto às especificidades do texto literário. Portanto, forma e conteúdo são aqui estudados com o mesmo grau de importância e interesse.

Este é um dos desafios com que me deparo neste trabalho: pensar a escravidão no período oitocentista brasileiro a partir da obra literária, buscando nela elementos que possibilitem estabelecer diálogos com outras documentações. Nesse aspecto, situar o texto literário no contexto de sua produção, circulação e recepção são possibilidades que se colocam frente à necessidade de análise do texto a partir dele mesmo.

Assim, a identificação do estilo literário, a interpretação das imagens criadas pelo autor através do uso de uma linguagem própria, as escolhas por ele feitas com relação às palavras e aos temas abordados, o encadeamento da narrativa, o estilo e o posicionamento autoral são aspectos relevantes neste estudo.

³ BARTHES, Roland. A morte do autor. In: **O prazer do texto**. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 52.

Nessa perspectiva de estudo, a História Cultural⁴ apresenta possibilidades de interpretação histórica que, longe de buscar uma finalidade única ou se apegar a um único viés de análise como determinante, entende a construção historiográfica no reduto das sensibilidades. Sua ênfase incide, então,

[...] sobre o exame minucioso – de textos, imagens e ações e sobre a abertura de espírito diante daquilo que será revelado por esses exames, muito mais do que sobre a elaboração de novas narrativas mestras ou de teorias sociais que substituam o reducionismo materialista do marxismo e da escola dos Annales⁵.

Tendo em vista a inserção do presente estudo no âmbito da chamada História Cultural, que, como aponta Roger Chartier, “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”⁶, tenciona-se analisar como, num determinado momento histórico, foram construídas, pensadas e dadas a ler representações da escravidão, utilizando-se para isso a linguagem literária.

Roger Chartier afirma, ainda, que as representações do social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam, e essas percepções do social não são discursos neutros – pelo contrário, produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros⁷. Desse modo, o texto de Aluísio Azevedo, ao formular perfis sociais do negro, do branco e do mestiço, constrói imagens possíveis da sociedade de seu tempo. Ao abordá-las como objeto de estudo, o pesquisador é instigado a refletir acerca dos interesses e das idéias implicadas nos perfis sociais desenhados pelo autor em sua narrativa.

As lutas de representação, inseridas em regimes de verossimilhança, são também lutas pelo poder – poder de persuadir, de influenciar, de se fazer aceito. Não são construídas apenas pela força física, mas são também tecidas e tramadas através de discursos como o literário, que, ao articular imaginação, provas e possibilidades, influenciam e são influenciados pelos leitores, num exercício mútuo de poder.

⁴ Ver: GOMBRICH, E. H. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Gradiva, 1994; BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005; e CHARTIER, Roger. A “nova” história cultural existe? In: LOPES, Antônio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2006.

⁵ HUNT, Lynn (org.) **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 28-29.

⁶ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIIFIL, 1990, p. 16-17.

⁷ *Id. ibid.*, p. 16-17.

Como afirma Lynn Hunt, “os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes: foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias, e os historiadores da cultura devem criar suas próprias estratégias para lê-los”⁸. Faz-se necessário, então, criar canais para visualizar as estratégias formuladas por Aluísio para, através de um romance naturalista, traçar um perfil da sociedade escravocrata maranhense de fins do século XIX.

A obra *O mulato* descreve com minúcias os hábitos e costumes da elite maranhense: os escravos e sua significação para a sociedade da época são representados através desse olhar. Seus benefícios e malefícios, para o autor, estão associados a uma idéia almejada de civilização, à moda européia, que até poderia incorporar os mulatos, desde que estes se identificassem e se adequassem ao mundo dos brancos, para se tornarem dignos de um lugar na sociedade. Não por acaso, o personagem de origem escrava que se destaca no romance é um mulato enriquecido, cujos traços exteriores e interiores pouco lembram sua ascendência negra, mas que se confronta com hábitos e tradições de uma sociedade de costumes arraigados e preconceituosos.

O romance constitui uma forma de o autor dialogar com problemáticas vivenciadas na cidade. Os acontecimentos retratados em *O mulato* constituem uma leitura possível, dentre muitas outras possíveis, que dependem do olhar, do interesse e do repertório cultural daquele que escreve e que lê. O autor dialoga com o social através do romance, porque este não é fruto apenas de suas intenções: a obra ganha vida desde sua feitura até as ressignificações feitas pela leitura.

Raimundo, Ana Rosa, Diogo, Brígida, Domingas, Quitéria, Bárbara, Benedito e tantos outros são personagens através dos quais Aluísio relata várias histórias. Estas podem ter um fundo de realidade, constituindo-se de fatos vivenciados, ou podem simplesmente ser histórias que o autor gostaria que acontecessem. Esse limite nos é impossível definir, pois na ficção⁹ o autor tem autonomia para tecer sua trama sem as amarras da preocupação com a fidelidade com os fatos ocorridos.

⁸ HUNT, Lynn, *op. cit.*, p. 18.

⁹ A relação entre História e ficção tem suscitado muitas discussões, dentre as quais destaco a perspectiva abordada por Hayden White, que trabalhou com ousadia essa relação, ao inscrever a narrativa historiográfica na família das disciplinas ficcionais, admitindo que o conhecimento histórico contém elementos de imaginação e ficção. Para esse autor, a história, apesar de ter suas especificidades, é ficção, uma espécie de escrita literária. Discordando desse posicionamento, autores como Michel de Certeau, Carlo Ginzburg e Roger Chartier enfatizam que o historiador tem um compromisso, dentre outras coisas, com os indícios do passado e com os critérios de cientificidade, realizando operações que são próprias de seu ofício. Tais historiadores defendem que abandonar a intenção de verdade significaria abrir espaço para falsificações.

Através das histórias de *O mulato* – que para uns focaliza o preconceito racial, para outros, a crítica à Igreja ou ainda a cidade de São Luís –, vou fazendo meu recorte, atribuindo importâncias, fazendo citações, ou seja, dando a ler a obra com o foco do próprio Aluísio. Faço uso de sua narrativa, mas através do meu olhar, selecionando aspectos que considero pertinentes e interessantes para a abordagem proposta.

O foco deste estudo não está centrado na escravidão em si¹⁰, mas no modo como as relações escravocratas e os estereótipos atribuídos aos negros e seus descendentes no oitocentos foram representados na linguagem romance, através do olhar de Aluísio Azevedo, que, com as novidades da narrativa naturalista, faz uma crítica social na qual insere a problemática da escravidão e da miscigenação.

Alguns questionamentos norteiam este trabalho, como: Qual era o público leitor de Aluísio no momento da publicação da obra? Quem eram os leitores potenciais em São Luís? De que modo o autor dialoga com esse público na obra? Como escravos e mestiços são representados no romance? De que forma se inserem na trama? Qual a relação da construção textual do autor com um projeto de sociedade defendido pelos abolicionistas? Qual o impacto da obra quando do seu lançamento na sociedade maranhense? Quais aspectos abordados na obra tiveram maior destaque na sua recepção? Qual a repercussão da crítica à sociedade escravocrata presente na obra? Essas e outras questões serão evidenciadas neste estudo, instigando novos questionamentos.

O romance *O mulato* é também a documentação principal em que se centra este estudo, com destaque para a diferença entre a primeira edição, de 1881, publicada pela tipografia O Paiz, localizada na cidade de São Luís, e a edição de 1889, considerada a segunda, publicada pela editora Garnier, cujo texto é retomado nas edições brasileiras posteriores. A utilização da primeira edição torna-se fundamental, tendo em vista significativas alterações feitas no romance pelo autor, quando publicada a segunda edição, da qual algumas passagens foram retiradas e outras modificadas.

¹⁰ O escravo, seus anseios e perspectivas criadas na sociedade escravocrata são aspectos que vêm sendo analisados sob novas bases pelos estudiosos da escravidão brasileira, a partir da década de 1980. Autores como Sidney Chalhoub (*Visões de liberdade*), Sílvia Lara (*Campos da violência*), Lílian Moritz Schwarcz (*Retrato em branco e negro*), Maria Cristina Cortez Wissenbach (*Sonhos africanos e vivências ladinas*), João José Reis e Eduardo Silva (*Negociação e conflito*), dentre outros, vêm contribuindo, através de seus estudos, para pensar o escravo além de análises estereotipadas que ora o colocam como vítima, ora como herói. Os referidos autores visualizam, então, o escravo como sujeito histórico que, de forma contraditória, ajudou a criar as relações escravocratas em terras brasileiras.

Dentre as passagens alteradas, destaca-se aquela em que a escravidão e a sua emancipação são problematizadas através das falas do personagem Raimundo.

Utilizo, neste trabalho, principalmente a quarta edição que, assim como as demais edições brasileiras, utiliza o texto da segunda edição como referência. Recorro à primeira edição quando abordo passagens inexistentes nas demais edições ou que sofreram mudanças significativas e relevantes para este estudo. Além da primeira edição e de variadas edições derivadas da segunda edição de *O mulato*, fiz uso de documentações diversas, como jornais, cartas, livros de memórias e ainda manuscritos do autor.

Existem dois manuscritos do livro *O mulato* disponíveis para pesquisa: um primeiro esboço manuscrito, no qual o autor desenvolve o enredo da história e em que se encontram algumas anotações sobre grupos de personagens e aspectos pontuais a serem trabalhados no livro. O segundo manuscrito se apresenta mais próximo do texto publicado, porém estudiosos como Jean-Yves Mérian,¹¹ acreditam que esse não seja o manuscrito final do livro. Ainda não há evidência de um outro suposto manuscrito, estando disponíveis para pesquisa até o momento os dois manuscritos acima evidenciados e aqui utilizados.

Ir aos arquivos, tarefa tão característica da profissão do historiador, foi uma gratificante oportunidade de penetrar na diversidade documental e perceber que nem sempre o pesquisador encontra o que procura. Nessa angústia, que *a priori* perturba o pesquisador, reside também a importância e a riqueza da pesquisa, pois no encontro com o inesperado podem surgir novos olhares sobre o objeto de estudo.

Esta pesquisa foi realizada em arquivos das cidades de São Luís e do Rio de Janeiro. Na cidade de São Luís, comecei minha peregrinação pela Biblioteca Pública Benedito Leite, cujos arquivos concentram um rico acervo de jornais maranhenses. Lá tive acesso aos jornais: *Publicador Maranhense*; *O Paiz*; *Diário do Maranhão*; *Pacotilha*; *O Pensador*; *A Civilização*; *A Flecha*; e *O Futuro*. Todos esses foram periódicos circulantes no Maranhão quando da publicação de *O mulato* e, por isso, constituíram valiosas para traçar um perfil do público leitor maranhense, seus gostos, costumes e interesses, a partir do que permitiram-me buscar sensibilidades para pensar o furor da leitura e da crítica à obra, no seu primeiro momento.

¹¹ Cf. MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluísio Azevedo, vida e obra**: 1857-1915. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo / Banco Sudameris-Brasil; Brasília: INL, 1988, p. 237.

Ainda na cidade de São Luís, outros locais de pesquisa foram: A Casa de Cultura Josué Montello, onde consultei principalmente a quarta edição de *O mulato*, de 1897, texto base por mim usado na dissertação para fazer referências à obra, quando não se tratava de passagens específicas ou modificadas da primeira edição; e o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, onde consultei um primeiro esboço manuscrito de *O Mulato*.

Na cidade do Rio de Janeiro, destaco: a Biblioteca José de Alencar, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na qual pesquisei a primeira edição da obra *O mulato*; a Academia Brasileira de Letras, onde tive acesso ao segundo manuscrito da obra, cartas pessoais de familiares e amigos do autor e recortes de jornais sobre a vida e a obra de Aluísio Azevedo; e a Biblioteca Nacional, onde pude consultar jornais tanto da capital maranhense quanto da Corte.

Em meio a um turbilhão de idéias, alguns aspectos formam abordados com profundidade, outros nem tanto. Reunir pensamentos requer fazer escolhas, encaixar idéias, juntar citações, documentações e com isso tecer uma trama própria, processo em que novas preocupações surgem, enquanto outras desaparecem ou adormecem. Pensando numa lógica para desenvolver questionamentos, este trabalho se divide em três capítulos apresentados resumidamente abaixo.

O primeiro capítulo, intitulado *Aluísio e o público*, aborda a relação entre o autor e seu público, quando da publicação de *O mulato*, no contexto da produção literária oitocentista. A partir daí, apresenta uma reflexão sobre o que vem a ser a figura do autor na literatura do século XIX e a presença de Aluísio nesse contexto.

Esse capítulo se divide em três tópicos. No primeiro, *Leitura oitocentista: possibilidades e limites dessa prática na Atenas Brasileira*, discuto a relação da leitura e do público leitor na cidade de São Luís, uma cidade que criou mitos como o da fundação francesa de São Luís e o da Atenas brasileira, para legitimar uma realidade decadente. No segundo, *O naturalismo e O mulato: a vontade de verdade impregnando o romance*, abordo questões referentes à escrita naturalista e a inserção do livro *O mulato* nesse contexto. Discuto de que modo a vontade de verdade presente no naturalismo contribuiu para ratificar e polemizar as idéias defendidas por Aluísio. No último tópico, *O olho do autor anunciando sua escrita*, evidencio a relação do autor com a obra, a qual penso ser perceptível tanto na trajetória do autor anterior à

publicação do livro quanto em aspectos evidenciados no interior da própria obra. Marcas de enunciação, retrato fotográfico do autor, agradecimentos dirigidos a determinadas pessoas são aspectos explorados.

O segundo capítulo, “*Eu vi*”: *representações da escravidão*, analisa as representações da escravidão dadas a ler no romance, no contexto da sociedade maranhense de fins do período oitocentista. Nessa época, tal sociedade, ainda muito atrelada ao trabalho escravo, começa a discutir, de forma mais enfática, a escravidão e a mestiçagem, bem como sua relação com o futuro da nação. Assim, objetivo problematizar o modo como Aluísio Azevedo representa a escravidão e, conseqüentemente, os sujeitos participantes dessa instituição na linguagem romanesca.

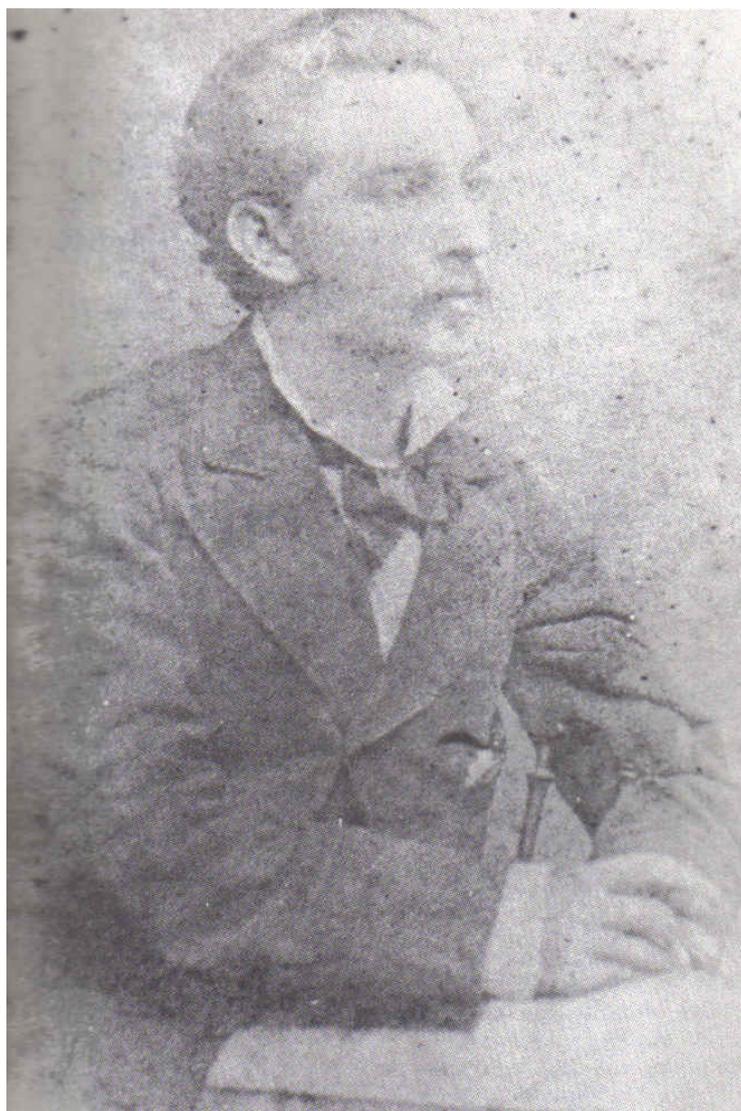
Dividi esse capítulo em três partes. Na primeira, *O universo escravo em diferentes perspectivas*, evidencio a figura do escravo e do negro no interior da obra literária. Na segunda, *Senhoras e senhores: mirem-se no espelho*, abordo a leitura feita por Azevedo da elite escravocrata ludovicense e sua relação com a escravidão. E na terceira, *Mistura racial, saída nacional*, a ênfase é dada à figura do mestiço, que materializa na obra a ambigüidade da sociedade brasileira.

Finalizo com o capítulo *Na boca do povo: notícias de O mulato pelas ruas de São Luís e mais...*, no qual analiso a recepção da obra, com destaque ao modo como a crítica local da cidade de São Luís recebeu o romance. Para pensar essa crítica, destaco especialmente o debate travado nos jornais maranhenses, antes e depois da publicação da obra através de crônicas, anúncios, cartas do leitor, dentre outros documentos.

Dois tópicos são trabalhados para contemplar a discussão acima proposta. No primeiro, *Amanhã se não amanhecer chovendo?*, focalizo a antecipação e as estratégias de divulgação feitas por Aluísio Azevedo ao seu livro, e ao modo como o relacionou a questões polêmicas vivenciadas na cidade de São Luís. No segundo tópico, intitulado *À lavoura, meu estúpido*, a recepção de *O mulato* é o assunto em destaque, principalmente o modo como aspectos relacionados à escravidão e sua emancipação foram recebidos pelo público leitor, com destaque ao público maranhense, embora não exclusivamente.

O romance *O mulato* dá a ler representações da sociedade escravocrata oitocentista em que o negro era considerado inferior e o mestiço representava uma problemática evidente, quando o assunto era pensar o futuro da nação. Desse modo, centro o foco deste estudo na obra literária e nas representações que propõe, por entender que uma produção cultural interage com a sociedade, não sendo apenas influenciada pelo meio em que é escrita, como também influenciando a sociedade na qual é dada a ler, contribuindo para a construção de práticas sociais.

ALUÍSIO E O PÚBLICO DE LITERATURA NA SÃO LUÍS OITOCENTISTA



Aluísio Azevedo em fotografia publicada na primeira edição de O mulato

CAPÍTULO I

ALUÍSIO E O PÚBLICO DE LITERATURA NA SÃO LUÍS OITOCENTISTA

1.1 Possibilidades e limites de leitura na “Atenas brasileira”

Em abril de 1881, foi publicado na cidade de São Luís, por uma tipografia local, o livro *O mulato*. Os “jornais sérios”¹² da província do Maranhão, os quais Manuel Pescada¹³ assinava, dispensaram algumas linhas dos seus concorridos anúncios para falar da chegada do romance; outros jornais ocuparam muitas páginas. Era um romance diferente, tinha traços românticos que tanto caracterizavam os romances-folhetins da época – à moda de Alexandre Dumas –, disputados pelas primeiras páginas dos jornais, porém, também trazia características do real-naturalismo já bastante divulgado em países como França e Portugal, com obras como *Naná* e *O primo Basílio*, mas ainda novidade na escrita literária brasileira. Uns diziam que o romance era macaqueado de Camilo Castelo Branco, outros¹⁴ que era da escola naturalista de Zola e Eça de Queirós, cópia da moda européia. Seu autor dissera no prefácio da segunda edição que não se preocupou com a escola à qual o livro pertenceria. Tenhamos cautela!

O certo é que *O mulato* foi dado para leitura inicialmente ao público provinciano da tal “Atenas” do Freitas¹⁵, que tanto se orgulhava de ter filhos ilustres e reconhecidos em território nacional, como Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Odorico Mendes e Sotero dos Reis, que vieram a construir o chamado Grupo Maranhense¹⁶, atuante entre os anos de 1832 e 1868. Estes autores contribuíram para a

¹² Expressão usada no livro *O mulato* para se referir aos jornais assinados pelo personagem Manuel Pescada.

¹³ Personagem da obra de Aluísio Azevedo, Manuel Pescada era, segundo descrição feita pelo narrador de *O mulato*, “um português de uns cinquenta anos, forte, vermelho e trabalhador. Diziam-no atilado para o comércio e amigo do Brasil. Gostava da sua leitura nas horas de descanso, assinava respeitosamente os jornais sérios da província e recebia alguns de Lisboa” (AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 13).

¹⁴ Essa era uma crítica freqüentemente feita por Euclides Faria, em suas crônicas publicadas no jornal maranhense *A Civilização*, com o título de “Por Cecas e Mecas”.

¹⁵ Segundo descrição feita por Aluísio Azevedo em *O mulato*, o personagem Freitas era “um homem desquitado da mulher ‘que se atirara aos cães’, explicava friamente, muito têso, magro, alto, com o pescocinho comprido no seu grande colarinho em pé [...] Disponha de uma memória prodigiosa, gabada por toda a cidade; fazia-se grande conhecedor da história antiga; quando falava escolhia termos, procurava fazer estilo” (AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 81).

¹⁶ Também faziam parte do Grupo Maranhense: Henriques Leal; Joaquim Gomes de Sousa; Trajano Galvão de Carvalho; e Belarmino de Matos. Esses intelectuais eram quase todos de ascendência portuguesa e filhos de comerciantes e fazendeiros que investiam no estudo de sua prole. Destacaram-se por cultuar a cidade de São Luís como “Atenas brasileira”.

construção do mito da “Atenas brasileira”¹⁷. O saudosismo nacionalista de nomes como Gonçalves Dias, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)¹⁸, ajudava a fortalecer a idéia de identidade nacional e marcar a presença maranhense nesse ideário.

São Luís, na primeira metade do século XIX, chegou a figurar entre as quatro principais cidades brasileiras, perdendo em importância apenas para Rio de Janeiro, Salvador e Recife. São desse momento as principais construções arquitetônicas da cidade, casarões, teatros como o União, que posteriormente passou a se chamar São Luís, a fundação de escolas conceituadas como o Liceu Maranhense, a introdução de tipografias, dentre outros símbolos de modernidade que movimentaram diferentes âmbitos da vida cultural da cidade.

O crescimento econômico pelo qual passou o Maranhão em fins do século XVIII e início do XIX, com destaque para a intensificação da cultura algodoeira, aqueceu o comércio da província, principalmente da capital São Luís. Este fator contribuiu para que a elite da província adquirisse novos hábitos e costumes, propiciando, aos seus filhos, instrução na cidade, em escolas locais, e para os mais remediados, o estudo fora do país, nas faculdades européias.

Para o público leitor, a cidade contava também com algumas livrarias como a Livraria Commercial de Magalhães Pinto, na Rua do Trapiche, a Livraria Magalhães & Neves, na Rua de Nazareth e a Livraria Universal de Antônio Pereira Ramos d’Almeida, na Rua da Palma, além de algumas salas como a Biblioteca Pública e o Gabinete Português, que representavam possibilidades de leitura. Costumava-se ler, no Maranhão, romances românticos publicados em livros e principalmente nos folhetins dos jornais locais. No ano da publicação de *O mulato* (1881), romances como

¹⁷ A construção do mito da “Atenas brasileira” ocorreu em torno da ação específica dos integrantes do chamado Grupo Maranhense, que, inspirando-se na cultura clássica européia, observavam, na instrução e no refinamento literário, elementos que singularizavam a elite letrada da província, em especial de sua capital, remetendo-os ao cognome de atenienses. Posteriormente, essa distinção identitária de ateniense foi estendida ao conjunto da sociedade maranhense. Sobre essa temática, ler CORRÊA, Rossini. **Atenas brasileira: a cultura maranhense na civilização nacional**. Brasília: Thesaurus, 2001 e CORRÊA, Rossini. **Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: SIOGE, 1993.

¹⁸ O IHGB, principalmente a partir da década de 1850, tornou-se um importante instrumento para construção da memória nacional, não ocorrendo por acaso o incentivo financeiro dado pelo imperador D. Pedro II. Suas produções contribuíam como estratégia para consolidação do projeto monárquico. Nesse contexto, escritores românticos, como Gonçalves Dias, foram chamados a participar desse projeto, por imprimirem, em seus escritos literários, tipos que simbolizavam a nacionalidade (SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 126-131).

Tribulações de um chinês na China de Júlio Verne e *As mil e uma noites* de Julio Lermína estavam sendo veiculados na imprensa local.

De acordo com Laurence Haullewell¹⁹, os folhetins ganharam popularidade na Inglaterra e na França nas primeiras décadas do século XIX, vindo depois a se constituir também no Brasil como uma das principais atrações dos jornais, principalmente para o público feminino que usava muitas vezes essa leitura para passar o tempo. Assim, a publicação na forma de folhetim encorajava os complicados enredos melodramáticos, com suas partes planejadas para terminar de forma a deixar o leitor aguardando ansiosamente a continuação.

Ana Rosa, personagem de *O mulato*²⁰, era leitora de romances românticos franceses como *Graziela* de Lamartine²¹. Tinha também em sua bibliotecazinha o romântico Bernardin de Saint-Pierre, com o dramático personagem de Paulo que morre devido ao falecimento de sua amada Virgínia. É certo que predominavam os escritores românticos nas leituras de livros e folhetins, bem como no vocabulário coloquial dos ludovicenses do século XIX, porém, outros autores, que criticavam a postura romântica e introduziam uma nova linguagem de percepção do social, estavam, aos poucos, fazendo parte do cotidiano dos leitores na cidade e os jornais foram importante veículo para propagar novas idéias.

Nesse tempo, São Luís possuía nove jornais, alguns editados diariamente, como o *Publicador Maranhense*, *O Paiz*, *Diário do Maranhão* e *Pacotilha*²²; custavam entre 3\$000 e 4\$000 réis por trimestre, tinham um total de quatro páginas, estando reservadas geralmente as duas últimas para os anúncios, que representavam grande fonte de renda dessas publicações. Os anúncios eram diversificados, indo da oferta de livros à venda de escravos. Com o dinheiro da assinatura dos jornais podiam-se comprar, por exemplo, uma camisa peito liso para meninos ou uma camisa de cretone à Pompadour, que custavam 3\$000 réis, ou adquirir um par de sapatinhos de pelica preta

¹⁹ HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: T. A. Queiroz / EDUSP, 1985, p. 139.

²⁰ Neste trabalho, estudo diferentes edições da obra *O mulato*, tendo em vista significativas alterações feitas no romance pelo autor, quando publicada a segunda edição, na qual algumas passagens foram retidas e outras, modificadas. Utilizo a quarta edição, que, assim como as demais edições brasileiras, considera o texto da segunda edição como referência. Recorro à primeira edição quando abordo passagens inexistentes nas demais edições ou que sofreram mudanças significativas e relevantes para meu estudo.

²¹ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 19.

²² O jornal *Pacotilha* inovou nas campanhas de distribuição em São Luís, colocando meninos fardados para vender jornais avulsos pelas ruas da cidade. Antes, os jornais eram vendidos por assinaturas e entregues nas casas dos assinantes.

e dourada, de salto alto e com duas fivelas por 4\$000 réis.²³ Outros jornais eram editados com regularidade menor, como era o caso de *O Pensador* e *A Civilização*, que circulavam três dias na semana, e de *O futuro*, *O Tempo* e *O Telégrafo*, que circulavam uma vez por semana.

Por meio desses jornais, a população local não só ficava sabendo dos acontecimentos da cidade, como também se informava das notícias da Corte e de fora do país. Diferentes focos de interesse compunham esses periódicos que anunciavam, em seus editoriais, suas especificidades e vinculações. *O Publicador Maranhense* era o “jornal do comércio, administração, lavoura e indústria”, *A Civilização* representava um “órgão dos interesses católicos”, *O Pensador* se dizia “órgão da sociedade moderna” e *O Futuro* se identificava como “órgão de propaganda progressivista”.

Aluísio Azevedo participou ativamente em jornais como *O Pensador*, *Pacotilha* e *A Flecha* – este já extinto quando da publicação de *O mulato* –, que representaram uma porta de entrada para a divulgação do pensamento científico da época. Autores positivistas como Augusto Comte, realistas como Gustave Flaubert e naturalistas como Eça de Queirós eram reverenciados nessas publicações.

O jornal *O Pensador*, do qual participavam intelectuais como Manuel Bethencourt, Aluísio Azevedo, Pedro Freire e Sá Viana, nasceu sobretudo como defensor do livre-pensamento, da filosofia positivista de Auguste Comte. Assim, a filosofia voltada para a cientificidade era frequentemente exaltada no referido jornal, bem como por Aluísio: “Augusto Comte, a individualidade mais acentuada de nosso século, o maior benemérito da humanidade, depois de Christo, a sciencia feita homem ou o homem feito sciencia”²⁴.

O jornal *A Flecha* teve um curto período de existência, entre 1879 e 1880, sendo o primeiro periódico sistematicamente ilustrado a circular na cidade, com caricaturas assinadas por João Afonso do Nascimento; o número 41 trazia ilustração com o retrato de Flaubert, escritor que morreu em 1880 e em 1881 teve um folhetim de sua autoria publicado pelo jornal *Pacotilha*.

Como “órgão dos interesses católicos”, *A Civilização* fazia calorosas críticas aos jornais acima citados, pois entendia que desrespeitavam a moral e os bons costumes

²³ **O Paiz**, São Luís, 8 de janeiro de 1881. Anúncios, p. 4.

²⁴ AZEVEDO, Aluísio. **O Pensador**. São Luís, 10 de abril de 1880. Crônicas, p. 4.

que cabiam apenas à igreja orientar; porém, cabe ressaltar que, de modo geral, mesmo no círculo restrito de leitores – sem falar dos que liam os escritos de Comte e Flaubert –, os referidos autores estrangeiros e suas idéias não eram totalmente desconhecidos em São Luís. Quem não tivesse lido os livros de alguns deles, bem ou mal, pelo menos já tinha ouvido deles falar²⁵.

Não se pode esquecer que tanto os jornais como os livros em geral eram destinados a um público reduzido, além de se voltarem para uma parcela da população com certo poder aquisitivo, que podia comprar os livros ou assinar regularmente um jornal. Ainda havia a questão do analfabetismo que não atingia apenas a população escrava ou pobre, mas também afetava muitos membros da elite maranhense e nacional.

O pouco incentivo à leitura encontra raízes profundas na sociedade brasileira. Exemplo disso foi a proibição da imprensa, em grande parte do período colonial até 1808, como parte de um processo de privação material e intelectual vivenciado pela colônia, associado a uma medida mais abrangente da coroa portuguesa em proibir a elaboração de produtos manufaturados em geral, como era o caso dos livros e jornais. A produção e a comercialização eram prerrogativas da metrópole, o que também representava uma forma de Portugal manter os colonos afastados de influências externas.

Neste sentido, dentre muitas outras privações pelas quais passou a colônia, destaca-se a pouca familiaridade que a cultura impressa encontrava no cotidiano dos habitantes, dificultando o hábito da leitura, o que não era de se estranhar em um país onde somente em 13 de maio de 1808 foi regulamentada a imprensa e permitida a publicação de livros em território nacional²⁶.

No Maranhão, o primeiro periódico a circular foi o *Conciliador do Maranhão*, no início da década de 1820, alguns anos após a permissão portuguesa para imprimir textos na colônia. José Maria Correia de Frias, autor das *Memórias sobre a tipografia maranhense*, publicadas pela primeira vez em 1866, relata:

²⁵ No século XIX, a leitura em voz alta também representava uma possibilidade de propagação de romances e poemas a um público mais abrangente. Relatos desses casos estão presentes na literatura. Em *O mulato*, Aluísio menciona reuniões caseiras onde eram lidos poemas de Gonçalves Dias.

²⁶ Cabe destacar que a imprensa régia teve monopólio até 1821, publicando textos com censura prévia. Somente em 1824, pelo artigo 179 da Constituição do Império, foi excluída a necessidade de censura prévia dos textos.

Reunidos vários moços no pavimento térreo do Edifício da Relação, escreviam porção de números de um jornal denominado [*O Conciliador do Maranhão*] e o faziam distribuir pelos habitantes da cidade. E essa improvisada tipocaligrafia durou até 31 de outubro de 1821, em que chegou da Europa e, por conta da Fazenda Nacional, a primeira tipografia que possuiu o Maranhão, a qual continuou a publicação daquele Jornal.[...]

Esses prelos são hoje quase desusados. Parecem ser eles os então geralmente adotados, porque fomos encontrar, em 1864, na Imprensa Nacional do Rio de Janeiro [...]²⁷.

Desde então, variados periódicos passaram a circular no Maranhão. Em relação aos jornais de cunho literário, em 1844 estudantes do Liceu fundaram o jornal da associação literária, no qual foram publicados, juntamente com o jornal *Brado de Caxias*, os primeiros versos de Gonçalves Dias²⁸. O destaque à tipografia no Maranhão esteve associado às fases de crescimento econômico da província, principalmente entre fins do século XVIII e a primeira metade do XIX, quando foram viabilizadas a introdução de equipamentos modernos e a criação de um restrito público leitor.

Marisa Lajolo e Regina Zilberman, em *A leitura rarefeita: leitura e o livro no Brasil*, destacam que a permissão para publicação de material impresso no Brasil, ainda que tardiamente, contribuiu para o desenvolvimento da leitura e da escrita como práticas sociais. A implantação da cultura letrada foi uma mudança lenta, devido principalmente à precária política educacional do país. Na mentalidade brasileira, a prática da leitura continuava sendo vista de forma mitificada; muitos achavam que ler era coisa de doutores ou dos santos padres²⁹.

Aluísio Azevedo era um dos que protestavam a respeito da pouca atenção dada à leitura. Em crônica publicada no jornal *O Pensador*, ele critica a sociedade maranhense, apontando que em São Luís:

Abriu-se mais uma casa de jogo e criam-se novos bailes públicos. Fechou-se por inútil a Biblioteca Popular e o Gabinete Português de Leitura pede por amor de Deus uma esmola, que recusam [...] as filhas casam-se na idade que deveriam aprender a ler e os homens envelhecem ou morrem na idade que deveriam casar”³⁰.

²⁷ FRIAS, J. M. C. **Memória sobre a tipografia maranhense**. São Paulo: Siciliano, 2001, p. 15-16.

²⁸ Cf. MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1870, p. 392.

²⁹ Cf. LAJOLO, Mariza; ZILBERMAN, Regina. **A leitura rarefeita: leitura e o livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 2002, p. 108.

³⁰ AZEVEDO, Aluísio. **O Pensador**, São Luís, 30 de junho de 1881. Crônicas. *Apud* MONTELLO, Josué. **Aluísio Azevedo e a polêmica d'O mulato**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975, p. 153.

Essa crítica é perceptível não só na linguagem jornalística de Aluísio Azevedo. Sua ficção mostra, com a ironia de quem atuou como caixeiro na Praça de São Luís, o quanto a leitura como prática social oitocentista em terras maranhenses era tida como coisa da elite freqüentadora dos bancos escolares e das faculdades, sendo a instrução considerada desnecessária à população pobre, pois esta poderia ter acesso a um “outro mundo”, diferente do esperado pela elite local. Ele registra que os donos das casas comerciais maranhenses aceitavam muito a contragosto a leitura entre os caixeiros, chegando até a relacionar esta prática a um defeito, atribuído ao personagem Gustavo de Vila Rica, que aos olhos do patrão era um rapaz de grandes qualidades, bom, asseado e bonito, mas apresentava uma grande imperfeição moral.

O grande defeito deste era uma assignatura no Gabinete Portuguez, o que levara a boa gente do commercio a dizer “que era um grande biltre, um peralta que estava sempre procurando do que ler!” [...] O patrão já lhe tem dado a entender que não gosta de caixeiros amigos da gazeta? ... Se você quer ser letrado, vá para Coimbra, seu burro!³¹.

Naquele tempo, lia-se no Brasil principalmente autores franceses e portugueses e o Maranhão não fugia à regra. Contudo, dominava na província maranhense a influência francesa, não apenas na preferência por autores daquele país, como também nos hábitos de modo geral: era chique falar incorporando palavras francesas ao vocabulário, trajar-se, decorar a casa, freqüentar cabeleireiros, assistir a peças de teatro, tudo à moda francesa. Os anúncios publicados nos jornais da capital maranhense estão repletos de referências a esse gosto. Eis alguns exemplos:

Palitots francezes. Econômicos. Moura e Pacheco, receberam um bonito sortimento de palitots de lustrim preto, al paca, seda de cores e de irlanda, de linho, brancos, de fazenda especial e vendem por preços razoaveis – no Bom Marcégé [sic].³²

Nesta typografia se indica um bom copeiro ou cozinheiro francez que deseja ser contratado. E’ pessoa de boa conducta, com grande pratica de serviço de casa.³³

Figado de Bacalhau do Doutor VIVIEN, de Paris. Aprovado pela Academia de medicina de Paris.³⁴

³¹ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 36-37.

³² **Pacotilha**, São Luís, 24 de maio de 1881. Anúncios, p. 1.

³³ **O Paiz**, São Luís, 25 de março de 1881. Anúncios, p. 4.

³⁴ **O Paiz**, São Luís, 29 de março de 1881. Anúncios, p. 4.

No século XIX, parecer com a França era sinônimo de bom gosto, trato refinado, enfim, significava civilidade; não era à toa que no teatro São Luís as peças traduzidas do francês ou encenadas pelas companhias francesas faziam grande sucesso. Os jornais da época evidenciavam, quer seja nos artigos, quer seja nas caricaturas, o limitado entendimento do público freqüentador dos espetáculos, que se dizia crítico e exigente, indo por vezes ao teatro para demonstrar *status* social, desfilar roupas novas, flertar e chorar com os enredos melodramáticos.

Em crônicas do jornal *O Pensador*³⁵ sobre a encenação da peça *O médico das crianças*, que segundo o referido jornal fazia o estilo romântico do francês Dumas pai, alguns desses aspectos foram destacados. De acordo com o jornal, mesmo com a boa apresentação, a peça cumpria com o esperado pelas suas características românticas, desenvolvendo um enredo em que o público “se comove a ponto de chorar; as mulheres linfáticas ficam com um *novello* na boca e no estômago e os burgueses, de ventre enorme, sonham essa noite com o Sr. Teodoro e a menina Luísa”³⁶. De modo geral, a França era apontada como referência. Acreditava-se

[...] na impossibilidade de evitar alguém a superioridade que a França, exerce sobre Portugal e sobre o Brasil [...]
 Incontestavelmente a França é a sede do pensamento humano.
 E nós, a imitamos em tudo – na sua política, na sua indústria, na sua ciência, na sua arte, temos precisamente de imitá-la na sua literatura e no seu modo de pensar e de falar³⁷.

A influência francesa não era exclusiva do Maranhão, sendo facilmente perceptível em várias outras províncias do país, porém, em fins do século XIX, essa ligação entre o Brasil e a França ocorria de forma mais profunda na cidade de São Luís. No polêmico livro *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*, que mexe com uma vaidade secularmente cultivada pelos ludovicenses, a professora Maria de Lurdes Lauande Lacroix discorre, com muita perspicácia, sobre a construção do mito da fundação francesa de São Luís.

A tese central da autora é que o fato de os franceses terem aportado na ilha de São Luís não apresenta elementos significativos para afirmar a fundação da cidade naquele momento (1612) e que o jargão tão comum até hoje, de que São Luís é a única

³⁵ As crônicas do Jornal *O Pensador* foram escritas por Aluísio Azevedo até agosto de 1881, quando o escritor se mudou para o Rio de Janeiro, sendo posteriormente assinadas por Urbano Garnier.

³⁶ AZEVEDO, Aluísio. *O Pensador*, São Luís, 20 de outubro de 1880. Crônicas. *Apud* MONTELLLO, *op. cit.*, p. 153.

³⁷ *Id. ibid.*, p. 87.

capital brasileira fundada pelos franceses, foi uma construção de fins do século XIX, nas décadas de 70 e 80, num momento de declínio econômico e marasmo social, quando a idéia de singularidade foi se cristalizando num mecanismo de auto-afirmação do maranhense. Neste sentido, Maria da Lourdes afirma que “embora até então os franceses tenham sido considerados invasores e não fundadores, pois, de fato, La Ravardiére não foi nenhum Nassau no Maranhão, a partir das últimas décadas do século XIX, a afirmação de que São Luís foi fundada pelos franceses é dita e repetida com certo orgulho pela elite ludovicense”³⁸.

Ora valendo-se do título de francesa, ora do título de ateniense, a cidade de São Luís mascarava uma triste realidade marcada por crises econômicas, firmando-se num passado mais inventado que real, para mostrar um *status* que estava longe de possuir; para além de uma maquiagem superficial desfrutada por um grupo seletivo dessa sociedade, a realidade local era ameaçadora. Ao que parecia, a sociedade se preocupava mais em aparentar instrução e refinamento que cultivar elementos que viabilizassem tal aparência.

O primeiro censo oficial do Brasil, realizado pelo governo imperial em 1872, deixou bem clara a situação do público letrado, motivando um repensar dos autores brasileiros em relação à baixa ressonância de seus escritos. No que tange ao Maranhão, de uma população de 359.040 habitantes, 284.101 eram livres e 74.939 eram escravos; quanto à população potencialmente leitora, 44.375 homens e 24.196 mulheres sabiam ler.³⁹

O censo apontava os limites da leitura para a população maranhense, constituída em grande parte por escravos, que com raríssimas exceções sabiam ler, e por mulheres que eram educadas para cuidar do marido e dos filhos. Mesmo os homens, aos quais eram reservadas as vagas nas faculdades, nem sempre podiam continuar os estudos, sendo provavelmente o público de fato leitor, reduzido a uma parcela muito pequena do contingente populacional.

Jean Yves Merriam, num criterioso estudo sobre a vida de Aluísio Azevedo, aponta que a situação da leitura no Império como um todo era deficiente. De acordo com o autor, em fins do século XIX, apenas 15% da população sabiam ler e escrever,

³⁸ LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: EDUFMA, 2000, p. 34.

³⁹ SENRA, Nelson de Castro. **História das estatísticas brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 434.

sendo deficientes os estudos literários devido à quase ausência desses nos diferentes níveis de ensino. Se os textos chegavam ao alcance, principalmente dos estudantes, não encontravam um verdadeiro mercado para a leitura no país.⁴⁰

Hélio Guimarães⁴¹ destaca que, ao longo do século XIX, ocorreu, em relação aos autores brasileiros, uma mudança de percepção quanto à baixa ressonância dos seus escritos. Inicialmente, eles atribuíam isso à concorrência da produção estrangeira e à indiferença do público pela literatura; depois começaram a perceber que as limitações locais não advinham fundamentalmente da concorrência estrangeira, mas também das condições reais do país, que apresentava uma carente freguesia, o que sugeria a necessidade de ajustar o romance europeu às condições locais.

Outra questão preocupante para os autores nesse momento era o desafio de agradar a um público variado e com interesses distintos em relação às obras literárias. Aluísio, em resposta a uma carta que lhe foi endereçada por Giovani (pseudônimo utilizado por Machado de Assis) e publicada no jornal *A Gazetinha* do Rio de Janeiro, no qual Machado tecia comentários sobre seus próprios romances, dá uma noção da dificuldade encontrada pelos romancistas para satisfazer os leitores:

Atualmente, entre nós, um dos problemas mais difíceis, que se pode apresentar a qualquer pessoa, é o seguinte:- escrever romance brasileiro.

E a razão disso está pura e simplesmente na deficiência literária do nosso público, que constitui a grande absorvente do romance-folhetim. O romancista tem que lutar com duas forças desencontradas – o desejo de escrever conscienciosamente e o desejo de agradar ao leitor. De um lado está meia dúzia de jornalistas e literários, que acompanham a marcha inalterável das letras européias, e desejam que os escritores brasileiros as sigam de perto; do outro lado está o resto do público, que ignora absolutamente em que altura navega o romance brasileiro, e lê, simplesmente para espalhar as fadigas do dia. [...]

Aqueles querem estilo, frade elegante e verdade nas descrições; estes não ligam importância à forma: gostam que os enganem, e adoram o falso, o imprevisto e o maravilhoso.

E o escritor, entalado entre essas duas vontades tão opostas, cruza os braços e pergunta a qual das duas deve atender.

A primeira é quem faz a crítica, é quem pensa, é quem sabe; mas a segunda é quem lê, quem sustenta o romance e quem palpita com ele⁴².

⁴⁰ Cf. MÉRIAN, *op. cit.*, p. 342.

⁴¹ GUIMARÃES, Hélio Seixas. **Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19.** São Paulo: Nankin Editorial / Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 62.

⁴² AZEVEDO, Aluísio. **A Gazetinha**, Rio de Janeiro, 12 de junho de 1882. Transcrição encontrada nos arquivos de Aluísio Azevedo na ABL.

Observa-se que os obstáculos não se resumiam à generalização da figura do leitor de literatura no século XIX, envolvendo também aspectos que perpassavam a escrita dos romances, que nem sempre eram produzidos ao bel-prazer do escritor, tendo em vista que o autor lidava, ao mesmo tempo, com os seus anseios e as expectativas daqueles que consumiam literatura e sustentavam seu trabalho. Além de se constituir como um público limitado, os leitores tinham as suas exigências.

Isto não quer dizer que a produção literária de autores como Aluísio Azevedo, que durante um certo tempo tentou viver da pena⁴³, fosse totalmente subjugada aos interesses de seus leitores, mas também não se pode deixar de destacar essa influência, principalmente nos folhetins que possuíam um público definido, sendo muitos romances feitos por encomenda.

Em São Luís, Aluísio Azevedo não publicou romances em folhetim⁴⁴; os dois romances que escreveu no Maranhão, *Uma lágrima de mulher* e *O mulato*, foram publicados em livro, o primeiro pela tipografia do Frias e o segundo pela tipografia do jornal *O Paiz*, ambas de São Luís.

Cabe salientar que a cidade possuía, na segunda metade do século XIX, algumas tipografias conhecidas nacionalmente, como a do Frias⁴⁵ e a de Belarmino de Matos. Em *O livro no Brasil*, Laurence Hallewell reserva o sexto capítulo para falar da importância dos tipógrafos, destacando o período áureo da literatura no Maranhão entre as décadas de 40 e meados da década de 80 do século XIX. Segundo o autor, “durante esses anos São Luís foi não apenas o mais importante centro editorial das províncias e o único de importância nacional, mas também o lugar em que a qualidade do trabalho dos impressores ultrapassava toda e qualquer realização da corte na época”⁴⁶.

⁴³ O artigo de Simões Júnior, *Uma geração que sonhou viver de literatura*, trabalha, de forma contundente, dificuldades e conquistas dos escritores do final do século XIX e início do XX. Aluísio Azevedo se destaca como um dos escritores que, durante algum tempo, tentou viver dos seus escritos literários. O autor menciona conquistas dos literatos, dentre as quais a criação da Academia Brasileira de Letras. Dentre as dificuldades, destaca a falta de uma legislação que protegesse os direitos autorais dos escritores desse período (SIMÕES JÚNIOR, Álvaro Santos. Uma geração que sonhou viver da literatura. In: **Pós-História**, Assis: São Paulo, v. 6, p. 87-100, anual. 1998).

⁴⁴ Dentre os romances publicados em folhetim por Aluísio Azevedo, estão: *Girândola de amores*, *Condessa Vésper*, *Filomena Borges* e *A mortalha de Alzira*.

⁴⁵ O livro *Memória sobre a tipografia maranhense*, de J. C. M. Frias, publicado em 1866 na cidade de São Luís, conta em poucas mas preciosas páginas, a história da tipografia no Maranhão, desde os seus primórdios até o momento da publicação do referido livro. Frias considerou o *Dicionário Histórico e Geográfico do Maranhão*, de César Augusto Marques, impresso por sua tipografia, o principal trabalho já impresso no Maranhão (FRIAS, *op. cit.*, p. 40).

⁴⁶ HALLEWELL, *op. cit.*, p. 96.

Apesar das informações de Hallewell, há que se ter cautela quanto ao alcance real da produção de livros no Maranhão, pois mesmo possuindo vários jornais – alguns com tipografia própria, como era o caso de *O Paiz* – e tipografias conceituadas e premiadas nacionalmente como foi o caso da tipografia do Frias, o aparecimento de um livro não era algo comum, aspecto que se percebe no anúncio do romance *Uma lágrima de mulher* de Aluísio Azevedo:

Temos o íntimo prazer de registrar um fato raro nesta terra – o aparecimento de um livro e, cousa mais rara, de um romance. Quem, num círculo acanhado como o nosso, onde só um pequeno grupo liga um pouco apreço a trabalhos desta ordem, se aventura a torná-los públicos [...].⁴⁷

Este texto, publicado pelo jornal *A Flecha*, reitera as informações até aqui reunidas sobre o reduzido público de leitores na cidade de São Luís. Uma limitação causada pelo analfabetismo, pelo alto preço dos livros e pela falta de hábito de leitura. A “Atenas brasileira”, com sua realidade camuflada por muitos dos seus poetas – que, mesmo vivendo numa realidade distante da decantada em seus escritos, faziam questão de repetir e fortalecer o mito –, não deixou de ser criticada por alguns escritores maranhenses do século XIX, fato que não impediu esses autores de encabeçarem, posteriormente, a lista de atenienses ilustres, como foi o caso dos irmãos Azevedo.

Arthur Azevedo⁴⁸, irmão mais velho de Aluísio, que muito influenciou em sua carreira, criticava o cognome “Atenas brasileira”. No jornal carioca *A Manhã*, expressava-se da seguinte maneira:

[...] assim, como não perdoaria ao indivíduo que examinando a minha casa me dissesse; - você mora num palácio! – também não perdoaria a quem me venha dizer que sou filho de Atenas brasileira. Essa frase sempre me pareceu um motejo atirado à minha saudosa terra, tão digna de admiração e respeito. Não é preciso que eu me arvore em ateniense para estimar e amar a cidade ilustre em que tive a honra de nascer e onde quisera morrer.⁴⁹

⁴⁷ NASCIMENTO, João Afonso. *A Flecha*, São Luís, 5 de abril 1879. Expediente, p. 4.

⁴⁸ Arthur Nabatino Gonçalves de Azevedo era irmão mais velho de Aluísio e, assim como este, saiu do Maranhão para tentar fazer carreira na corte. Foi teatrólogo, jornalista, poeta, contista. Foi autor de obras como *Vida alheia*, *Contos possíveis*, *Contos efêmeros*, dentre muitas outras. Patrono da Academia Brasileira de Letras e da Academia Maranhense de Letras. Em sua homenagem, o antigo teatro São Luís, construído no século XIX, passou, nas primeiras décadas do século XX, a se chamar Arthur Azevedo.

⁴⁹ Apud JÚNIOR, Magalhães R. *Arthur Azevedo e sua época*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1977, p. 29.

Aluísio apresentava postura similar. Em artigo publicado no jornal *Folha Nova* do Rio de Janeiro e transcrito em março de 1883 pelo jornal *O Paiz* de São Luís, diz o seguinte:

Maranhão não é Athenas Brasileira, Maranhão não é mais que uma triste província de terceira ordem, sem originalidade, sem caracter nacional, sem litteratura, sem sciencia de espécie alguma, sem a menor noção de bellas Artes e sem comércio ao menos. A opinião pública é lá formada e dirigida por meia dúzia de portuguezes ignorantes e retirados dos negócios; a sociedade diverte-se a fallar mal da vida alheia; o trabalho mais rendoso é o tráfico de escravos, e os taes athenienses de maior monta na província, os únicos que ela respeita, não passam de uns typos pretenciosos, cheios de regras grammaticaes e tolices [...] por conseguinte quebra-se o tal clichê de Athenas Brasileira, que o Maranhão não merece semelhante distincção.⁵⁰

Aluísio e Arthur Azevedo mantinham restrições ao culto da “Athenas brasileira”, tão comum entre os maranhenses da geração a qual pertenceram, e não só⁵¹. Nos anos de sua juventude, quando escreveu *O mulato*, e pouco após sua ida para o Rio de Janeiro, onde produziu o artigo acima citado, Aluísio era enfático ao combater o uso desse título. No romance *O Mulato*, o personagem principal, Raimundo, trata com desdém o personagem Freitas que se põe a decantar as belezas da Atenas⁵².

Mais tarde, porém, o escritor usa o cognome para identificar São Luís. No prefácio da segunda edição do livro *O Mulato*, publicada em 1889, ele declara: “e agora oito bons anos se escoaram depois que parti de Atenas”⁵³. E em correspondência particular, posterior ao momento em que fazia críticas à sociedade maranhense em jornais locais como *O Pensador*, *Pacotilha* e *A Flecha*, Aluísio se referia ao Maranhão em tom bastante cordial e distinto daquele que usou no artigo publicado em 1883. Exemplo é o trecho extraído de carta escrita em Vigo (Espanha) em 1896 e endereçada ao amigo Pedro Freire:

⁵⁰ AZEVEDO, Aluísio. *O Paiz*, São Luís, 16 de março de 1883. Publicações gerais, p. 1.

⁵¹ Em sua dissertação de mestrado, *Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão*, José Henrique de Paula Borralho estuda a maneira como construções do século XIX, como o mito da Atenas brasileira, servem até hoje para legitimar moradores, intelectuais, literatos, artistas e políticos a falarem pelo Estado (BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão**. 2000. 318 fl. Dissertação (Mestrado em História) UNESP, Assis, 2000.

⁵² AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 92-93.

⁵³ *Id. ibid.*, p. 8.

E particularmente Vigo, eu dir-te-ei que isto é uma espécie de Maranhão, mas sem a índole hospitaleira de nossa terra, sem o oriental aseio dos nossos costumes entre ricos e pobres, sem aquella doce ingenuidade das famílias do norte do Brasil e aquella providencial virtude das senhoras de toda idade e condição, e principalmente, sem aquella vivacidade satyrica dos maranhenses e aquella dominadora intelligencia dos nossos patrícios, que por toda parte se espalha e por toda parte domina”.⁵⁴

Quero mostrar, com base nas citações apresentadas, que é difícil e inviável abordar um autor, esperando dele sempre uma mesma postura, e enfatizar o ponto de vista crítico de Aluísio Azevedo em relação à sociedade letrada de São Luís no momento da publicação de *O Mulato*. Apesar da existência de poetas de renome nacional como Gonçalves Dias, de tipografias conceituadas, da exaltação saudosista de muitos maranhenses que se diziam atenienses de origem francesa, São Luís apresentava, em fins do século XIX, uma sociedade que vivia de aparência, das sombras de sua fase áurea que estavam a desaparecer. E esta fragilidade é facilmente perceptível, quando se verifica o pequeno alcance das produções literárias da época que, além de parcas e deficientes, eram reservadas a um público quantitativa e qualitativamente bastante reduzido.

2.2 O naturalismo e *O mulato*: a vontade de verdade impregnando o romance

As formulações positivistas ganharam corpo no Ocidente no século XIX; o mundo acadêmico passava a primar pela cientificidade, afastando-se na medida do possível dos postulados teológicos e metafísicos. A realidade deveria ser analisada de forma objetiva, experimental e neutra; tentava-se entender o homem, suas ações e seus comportamentos de modo racional e científico, de forma que a realidade pudesse ser traduzida em leis naturais. Teóricos como Comte, Darwin e Taine destacavam-se nesse momento. O homem era visto como produto do meio, estando em evolução; algumas raças e povos, por suas características intrínsecas, tinham alcançado maior grau na escala evolutiva; sendo assim, tinham o direito de subjugar e mostrar aos demais o rumo da civilização.

Em fins do século XIX, no momento da publicação de *O mulato*, tais idéias começaram a ser difundidas num país ainda constituído por instituições como a monarquia, igreja católica e escravidão, porém, essas bases que caracterizavam o Brasil

⁵⁴ AZEVEDO, Aluísio. *Carta a Pedro Freire*. Vigo, 1896.

vinham sendo criticadas no seio da própria sociedade brasileira, pois eram vistas como empecilhos para que o país crescesse, sendo necessário que a jovem nação independente se desvinculasse das bases de pensamento do seu passado colonial.

As teorias modernas como o positivismo, o darwinismo e o evolucionismo, fortaleciam as idéias republicanas e abolicionistas que então afloravam e ganhavam respaldo no meio intelectual. O governo monárquico era visto por republicanos e abolicionistas como inviável para que o país alcançasse os rumos da civilização. Aluísio Azevedo, favorável a essas causas, assim se expressava sobre o assunto:

Falemos claro – o governo monárquico é incompatível com as ciências positivistas, das quais se fez adepto ultimamente o nosso bom monarca.

A monarquia não pode existir sem a metafísica, como o governo do papado não tem razão de ser sem a teologia, como o governo republicano só se acomoda com a filosofia positivista.⁵⁵

No que tange à escravidão, o pensamento científico em voga e defendido por estudiosos da Faculdade de Medicina da Bahia⁵⁶, como o maranhense Nina Rodrigues, acreditavam que o negro era biologicamente inferior e que essa inferioridade não se devia à sua condição social, mas sim, era causada pela própria morfologia e fisiologia de sua raça, jamais podendo igualar-se a um branco⁵⁷. Um aspecto importante a ser ressaltado é que essas teorias não entraram no Brasil por acaso, foram traduzidas e popularizadas no meio letrado porque estavam em concordância com pensamentos que elas buscavam legitimar.

Se o sistema escravocrata, no último quartel do século XIX, estava prestes a ruir, essas teorias raciais introduzidas no país, propagando a inferioridade do negro, não justificavam apenas o fato de seres humanos serem escravizados, como apresentavam uma argumentação que servia para legitimar a necessidade da presença do homem branco como guia da jovem nação, devido à sua suposta superioridade racial. Assim, ao negro e seus descendentes restava, em um novo projeto político que se desenhava no

⁵⁵ AZEVEDO, Aluísio. **O Pensador**, São Luís, 10 de junho de 1881. Crônicas. Apud MONTELLO, *op. cit.*, p. 203.

⁵⁶ Fundada em 1832, a Faculdade de Medicina da Bahia teve como núcleo a Academia Médico-Cirúrgica criada em 1813, sucessora da Escola Cirúrgica da Bahia instalada em 1808. Teve em seus quadros muitos médicos de destaque no cenário nacional, dentre os quais: Afrânio Peixoto, Oscar Freire e Nina Rodrigues, que voltava suas discussões para a temática racial, entendendo que o cruzamento racial explicava doenças e práticas sociais como a loucura e a criminalidade. *A Gazeta Médica da Bahia* – primeira revista médica brasileira – representou, nesse momento, uma possibilidade para esses estudiosos externarem suas teses.

⁵⁷ Cf. RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988, p. 268.

país, um papel secundário, sendo, portanto, evidente que a argumentação defendida por essas teorias raciais contribuía para uma interpretação social preconceituosa das problemáticas vivenciadas pela nação.

Como preceito fundamental para essa nova nação republicana e civilizada, a escravidão deveria ser extinta; não era o escravo em si e a condição social a que esteve submetido no período escravocrata que estavam na pauta principal, mas sim os males que a figura do negro e dos seus descendentes de raízes africanas traziam para o país. Envolvido nessas discussões, Aluísio criticava abertamente a igreja, a monarquia e a escravidão, apropriando-se de diferentes matrizes literárias e científicas para defender suas idéias escritas em artigos e romances, publicados em periódicos e livros no Maranhão, no Rio de Janeiro e no exterior.

A retórica positivista invadiu diferentes áreas do saber, do discurso médico ao literário. Quem não estivesse embasado cientificamente, quer seja para criar fórmulas de remédios, justificar crimes ou criar literatura, perderia o respaldo de seus pares por aquilo que escrevia. Neste contexto, o naturalismo empregado na literatura representou uma possibilidade de divulgação dos modelos científicos com uma linguagem mais coloquial.

Pela atuação de personagens dos romances naturalistas, vê-se agir o homem moderno amante das ciências, das artes e da literatura, observam-se também homens e mulheres atuando segundo características biológicas. A escrita, em todo e qualquer âmbito, deveria apoiar-se num discurso de verdade para ser aceita e legitimada socialmente, inclusive no meio literário, como aponta Foucault:

Creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção, penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro.⁵⁸

Nesse rol de cientificidade, muitos literatos do século XIX, como Flaubert, Balzac e Zola, lutaram teoricamente e principalmente através da sua prática literária por uma nova concepção de romance, que valorizasse a objetividade, a razão, o real. Naquele momento, a literatura não deveria servir apenas para devaneios, divagações e

⁵⁸ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005, p. 18.

distrações do espírito, deveria voltar-se mais para o contexto que para as belezas do texto, ter uma função didática; o que interessava era usar a escrita literária para se chegar ao conhecimento do social e não apenas para acalmar o espírito.

O livro *Do Romance* reúne quatro estudos escritos por volta de 1880 em que Emile Zola indica os requisitos para o autor ideal dentro dessa nova concepção de obra literária. A primeira preocupação que os romancistas “sérios” deveriam ter era subjugar a imaginação ao real. O romance não seria mais uma mera recreação do espírito e a maior qualidade de um escritor era ter senso do real.

O mais belo elogio que se poderia fazer a um romancista outrora era dizer: ‘Ele tem imaginação’. Hoje esse elogio seria visto quase como uma crítica. É que todas as condições do romance mudaram. A imaginação já não é mais a qualidade mestra do romancista [...] Alexandre Dumas, Eugène Sue tinham imaginação [...] Mas ninguém ousou associar a imaginação a Balzac e Stendhal.⁵⁹

Esse romancista moderno também deveria ser imparcial e científico a ponto de desaparecer por trás da obra, fazendo do romance uma análise crítica, contextualizada e documentada do homem que é influenciado pelo meio e pelas circunstâncias biológicas atuantes sobre ele. Ao autor caberia conhecer o máximo de seus personagens, fazer uma espécie de pesquisa de campo, observar o comportamento destes e reproduzi-los fielmente no papel. Zola costumava fotografar cenários que trabalharia em seus romances. Aluísio desenhava cenas e personagens colocando-os em cima de sua mesa para visualizar quando escrevia. De acordo com amigos do autor⁶⁰, essa era uma forma dele materializar seu convívio com os personagens, tendo-os por perto quando escrevia as cenas dos seus romances.

O naturalismo defendia contraditoriamente também a presença de uma forte relação entre autor e obra, havendo uma fusão entre ambos que, pelo menos na teoria de Zola, confundiam-se mutuamente. Pensava-se não serem distintas a realidade da cena e a personalidade do romancista, pois este “não pode narrar um fato, apresentar um personagem sem se colocar por inteiro nesse fato ou nessa personagem”⁶¹ – assim afirmava-se que a obra estava no homem.

A partir desta concepção, o trabalho do literato aproximou-se ao trabalho do

⁵⁹ ZOLA, Émile. **Do romance**: Stendhal, Flaubert, e os Goncourt. São Paulo: Imaginário, 1995, p. 24.

⁶⁰ OTÁVIO, Rodrigo. **Minhas memórias dos outros**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935, p. 79.

⁶¹ ZOLA, *op. cit.*, p. 32.

crítico e do historiador e ambos deveriam partir do documento humano para alcançar uma explicação científica do real. Mais uma vez Zola ergue a sua bandeira:

O parentesco do crítico e do romancista deve-se unicamente ao fato de que ambos como já o disse empregam o método naturalista do século. Se passássemos ao historiador, nós o veríamos, ele também, faz na história um trabalho idêntico, e com o mesmo instrumento.⁶²

O discurso pautado numa busca da verdade norteou diferentes campos do conhecimento no século XIX. Literatura e História se distanciaram, mas também se aproximaram em diversos momentos. Nesse período, a História queria firmar-se enquanto área do saber distinta do campo literário. A escola rankeana⁶³, baseada em preceitos positivistas, com seus métodos e práticas, respaldava socialmente e institucionalmente o historiador como portador de um discurso verdadeiro, baseado nas fontes oficiais encontradas nos arquivos. Acreditava-se que o documento falava por si só, cabendo ao historiador não interpretar, mas mostrá-lo tal qual existia, assim, estaria sendo imparcial e neutro, usando métodos científicos para chegar a uma verdade legitimadora do seu saber institucionalizado.

Atentando para a historicidade desse discurso, defendido por historiadores que buscavam demarcar os limites entre fato e ficção, separando o campo historiográfico do literário, Hayden White chama atenção para o fato de que, antes da revolução francesa, “a historiografia era considerada convencionalmente uma arte literária. [...] Entretanto, no começo do século XIX tornou-se convencional, pelo menos entre os historiadores, identificar a verdade como o fato e considerar a ficção o oposto da verdade”⁶⁴.

Apesar do distanciamento entre História e Literatura, a presença da linguagem real-naturalista provocou aproximação entre elas. Enquanto a Literatura tentava fugir da linguagem romântica em que predominava a valorização das emoções, a idealização e a imaginação literária, a História construía suas bases científicas na própria elaboração textual. Para o bem ou para o mal, o que não está aqui em questão, percebe-se que as duas disciplinas, influenciadas pelo discurso positivista, aproximaram

⁶² *Id. ibid.*, p. 42.

⁶³ O termo escola rankeana se refere à influência do historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886), considerado um dos maiores historiadores do século XIX e apontado como o precursor da disciplina chamada História Científica.

⁶⁴ WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 139.

seus objetivos no que se refere à busca do real, quer seja no discurso literário ou no historiográfico.

Conforme observei anteriormente, Zola traçou algumas características do escritor e da escrita naturalista que atravessaram o Atlântico e chegaram em terras brasileiras pela circulação de seus próprios textos ou dos textos de outros naturalistas como Eça de Queirós, mesmo com modificações e readaptações. A Corte era o grande centro de difusão dessas idéias, com seus jornais e revistas literárias de vinculação nacional⁶⁵; porém, os vapores não atracavam apenas nos portos cariocas e muitas dessas notícias chegavam a diferentes recantos do Brasil diretamente dos países europeus ou pelo intercâmbio cultural feito por viajantes e estudantes.

Diferentemente do que se poderia pensar, o naturalismo chegou à Corte brasileira levado por literatos do norte. Aluísio Azevedo com a obra *O mulato*, apesar das controvérsias, é considerado o introdutor do naturalismo no Brasil. Nelson Werneck Sodré⁶⁶ aponta que, pelo consenso do público, *O mulato* é aceito como inaugurador da escola naturalista no Brasil, mas enfatiza que, sem tomar em conta a decisão do público, os livros *O Coronel Sangrado* (1877) e *O Cacauiста* (1876) de Inglês de Sousa revelam mais traços naturalistas que a obra de Aluísio publicada anos depois. Outra autora que apresenta posicionamento similar ao de Sodré é Lucia Miguel Pereira, que comenta:

Foi com *O Mulato* e como iniciador do romance naturalista no Brasil, que Aluísio Azevedo se impôs à atenção dos letrados e do público. Na verdade, o título e a glória pertenciam mais a Inglês de Sousa e ao seu *Coronel Sangrado*. Mas tudo se passou como se este não existisse, como se Aluísio fôsse o primeiro escritor a experimentar os caminhos novos.⁶⁷

O certo é que a obra *O mulato* teve maior visibilidade nacional que as obras de Inglês de Sousa, contribuindo, para isso, o contato que Aluísio tinha com o meio literário da Corte, visto que anos antes da publicação do livro, entre 1876 e 1878, viveu no Rio de Janeiro ilustrando com caricaturas jornais como *O Fígaro*, *O Mequetrefe* e

⁶⁵ No Maranhão, os anúncios de jornais faziam referências à chegada de revistas publicadas na Corte, como por exemplo: “Revista Brasileira – Recebemos o número com que completa o 6º volume dessa interessante publicação quinzenal, que já conta 18 meses de proveitosa vida! Trás nesse número os seguintes artigos: I Memórias Posthumas de Braz Cubas (conclusão) por Machado de Assis; II A poesia popular no Brasil por Sylvio Romero [...]”. *O Paiz*, São Luís, 14 de janeiro de 1881. Publicações gerais, p. 2.

⁶⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *O naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 175.

⁶⁷ PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da literatura brasileira: prosa de ficção 1870-1920*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1950, p. 140.

Comédia Popular. Além disso, o livre trânsito de seu irmão Arthur Azevedo no meio literário carioca deve ter contribuído para a divulgação do romance.

Essa vivência no Rio de Janeiro propiciou a Aluísio Azevedo maior proximidade com o real-naturalismo que já vinha sendo discutido no ambiente da Corte, principalmente no que tange à obra de Eça de Queirós, em especial *O Primo Basílio*. Jean Yves Merriam destaca que nesse momento o romance de Eça de Queirós vinha gerando uma série de polêmicos artigos assinados por escritores como Machado de Assis, cujas críticas citavam a presença de imoralidades, pornografias e traços excessivamente carregados. Assim, Aluísio já conhecia o debate sobre o naturalismo antes de seu retorno ao Maranhão, onde escreveu *O mulato*. Supõe-se que existe probabilidade de sua obra ter sido influenciada mais por Eça de Queirós que por Zola, uma vez que, tanto no Rio como em São Luís, Zola era menos citado nas discussões.⁶⁸

Por outro lado, para Josué Montello, Aluísio só teria contato com esses debates após 1879, quando de sua volta ao Maranhão, por influência de Celso Magalhães, a quem devia sua inserção no debate sobre o naturalismo⁶⁹. Celso Magalhães era maranhense, pertencente a uma família aristocrática da região. Assim como muitos contemporâneos remediados de sua época, ingressou no curso superior de Direito na Faculdade de Recife, onde foi influenciado pelas idéias científicas européias, bem como, no âmbito da literatura, pelo naturalismo. Foi pioneiro nos estudos sobre o folclore brasileiro e, apesar de ser um abolicionista, entendia o negro como uma raça inferior, bestial, o que, para o autor, ficava evidente na sua produção cultural, que depreciava o folclore⁷⁰.

A partir da leitura dos autores citados e da documentação consultada, entendo que tanto os debates vivenciados por Aluísio quando caricaturista nos jornais cariocas quanto os amadurecidos quando cronista nos jornais maranhenses possibilitaram uma mudança de postura frente ao seu modo de escrever literatura. Vale lembrar aqui que o romance *O mulato* foi publicado pela primeira vez em 1881, apenas dois anos após o retorno do seu autor ao Maranhão, tendo este as experiências vividas no Rio de Janeiro ainda a pulsar em seu corpo.

Uma constante crítica feita aos escritores brasileiros nesse momento e

⁶⁸ MÉRIAN, *op. cit.*, p. 140.

⁶⁹ MONTELLO, *op. cit.*, p. 48.

⁷⁰ Cf. CORRÊA, Helidacy M. Muniz. **Bumba-meu boi do Maranhão: a construção de uma identidade**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Recife, 2001.

também posteriormente era que suas obras representavam uma imitação da moda literária européia, ou seja, faltava-lhes originalidade. Nas críticas feitas por Euclides Farias à obra *O mulato* no jornal *A Civilização*, a temática do plágio era constante. Segundo o crítico, que se referia a Aluísio como “Zote”, “Zolazinho”, era possível perceber na obra “uma imitação servil de alguns escritores portugueses, como Eça de Queirós, R. Ortigão G. Junqueiro, etc.,etc.; mas imitação miserável, sem o menor gosto nem critério”⁷¹. A referência a livros que teriam sido plagiados também era mencionada pelo crítico: “aí está o Zote, que engolindo dois romances de Eça de Queirós, e não sei se Naná de Zola, quer fazer do pobre Maranhão uma ilha de galinhas”⁷².

A esse respeito, acho contundentes os aspectos apontados por Ana Rubel Fanine em sua tese *Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo: aventuras periféricas*, em que a autora dialoga com diferentes vertentes críticas da literatura brasileira, apresentando posicionamentos distintos sobre o modo como a crítica nacional analisa a influência estrangeira na literatura real-naturalista brasileira. Aponta autores que escreveram em fins do século XIX e início do XX, como José Veríssimo e Lúcia Miguel Pereira, pensando a estética naturalista no Brasil como uma imitação literária, não tendo ligação com o contexto brasileiro, sendo pura cópia. Já o crítico Araripe Júnior, contemporâneo aos autores acima citados, e Nelson Werneck Sodré, que escreveu em meados do século XX, não analisam o naturalismo como simples cópia da moda européia, por entenderem que as idéias de Eça de Queirós e Zola, dentre outros, sofreram modificações – deslocamentos comuns aos processos de transplante cultural – ao adentrarem em solo brasileiro, pois se viviam realidades históricas distintas nos dois continentes. A Europa vivia um universo burguês mais homogêneo e o Brasil ainda vivenciava realidades históricas bastante ambíguas, nas quais escravidão e liberalismo mesclavam-se contraditoriamente⁷³.

Sobre esta relação entre escravidão e liberalismo, Alfredo Bossi ressalta que as idéias liberais importadas, ao entrarem em contato com a sociedade escravista, eram ressignificadas pelos partidários da escravatura para fortalecer seu poder. Assim, o liberalismo no Brasil não pode ser entendido no seu significado pleno, principalmente

⁷¹ FARIA, Euclides. *A Civilização*, São Luís, 2 de junho de 1881. Crônicas. *Apud* MONTELLO, *op. cit.*, p. 261.

⁷² *Id. ibid.*, p. 279.

⁷³ Cf. FANINE, Angela Maria Rubel. *Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo: aventuras periféricas*. 2003. 340f. Tese (Doutorado em Teoria Literária) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

no que se refere à defesa do trabalho livre. Em território brasileiro, as idéias liberais estavam mais associadas à defesa do direito de propriedade plena e do livre comércio que viesse a beneficiar os interesses de expansão da elite escravocrata. Portanto, “nada havia, a rigor, de excêntrico, deslocado ou postiço na linguagem daqueles políticos brasileiros que usando o termo liberalismo em um sentido datado, *pro domo sua*, legitimaram o cativoiro”⁷⁴.

A oligarquia nacional não demonstrava interesse em defender bandeiras ideológicas independentemente de qualquer consequência. Por isso, a abolição foi por muito tempo, ao longo do século XIX, colocada fora de cogitação, principalmente pela oligarquia decadente do nordeste que se apoiava no trabalho escravo como uma de suas últimas possibilidades de renda. A escravidão representava um limite para o liberalismo brasileiro e este também soube usar seus princípios, como a defesa da propriedade privada, para justificar a escravidão.

A elite política e intelectual soube jogar com as idéias liberais vindas da Europa, incorporando aquilo que lhe convinha e legitimava, descartando ou dando novo significado às formulações externas que não estivessem de acordo com os seus interesses. Portanto, perceber a apropriação de idéias na literatura, nos postulados políticos e nas teorias raciais não significa pensá-la como cópia.

Concordo com Fanine quando ela afirma que é importante dialogar com diferentes vertentes críticas, inclusive com as que entendem a literatura brasileira como um discurso de matrizes importadas, mas é também fundamental entender que este é um discurso vinculado a e constituído por um contexto local ativo que ora modifica e ora reforça tais matrizes, gerando ajustes e desajustes⁷⁵.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que a produção de Aluísio Azevedo, falo especificamente de *O mulato*, sofreu influências do naturalismo europeu, afinal, foi com essa escola e seus diferentes autores que Aluísio estava dialogando no momento de criação e redação de seu romance. Há que se considerar que a escrita resulta de leituras e releituras que emergem de um caldeirão cultural com muitos e diversos elementos. O texto é contruído como uma colcha de retalhos tecida pelo entrelaçamento de múltiplos e diferentes fios.

⁷⁴ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 202.

⁷⁵ FANINE, *op.cit.* , p. 48.

Na visão de Julia Kristeva⁷⁶, “a palavra literária não é um ponto (um sentido fixo), mas um cruzamento de superfícies textuais, um diálogo de diversas escrituras: do escritor, do destinatário (ou do personagem), do contexto cultural atual ou anterior”. Nesta noção está contida a idéia de que, ao criar textos ou usar palavras, as pessoas o fazem com base em muitos outros textos e palavras com os quais se deparam, estabelecendo ligações com o que Barthes⁷⁷ chama de um "mundo de significados sempre em expansão".

Acredito que o anseio por explicações com que se preocupava o naturalismo encontrou no Brasil outras problemáticas que deram um tom diferente do europeu à produção dos escritores naturalistas, inseridos numa sociedade monárquica, escravocrata e miscigenada em busca de uma identidade nacional e de postulados científicos que a explicassem e legitimassem.

Cabe lembrar que o Brasil da segunda metade do século XIX era um país que passava por um momento de transição, queria ser um país liberal, mas temia abrir mão da escravidão. Buscava uma identidade nacional legítima, ancorando-se em um discurso científico e portador de pretensões de verdade, sobretudo a que confirmasse a inferioridade racial de grande parte do povo. No campo literário, ao mesmo tempo em que tentava imprimir uma estética naturalista de cunho científico, voltada para uma realidade documentada, imparcial, tinha dificuldade em recusar o sentimentalismo romântico.

O mulato, considerado a primeira obra literária naturalista no Brasil, traz muito da fase de transição do romantismo para o naturalismo e isto é perceptível no processo de elaboração das diferentes edições do livro. Aluísio fez questão de destacar, no prefácio da segunda edição, que não se preocupou com a escola à qual seu livro pertenceria, afirmando:

[...] não a puxei a força de dentro de mim, foi ella que se formou por si mesma, sob o dominio immediato das impressões, e procurou vir à luz em forma de romance. Afianço que durante a gestação não me preocupei absolutamente com o effeito que o livro teria de produzir sobre o publico, nem tão pouco com a escola donde elle procedia⁷⁸.

⁷⁶ KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. Trad. Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 62.

⁷⁷ BARTHES, Roland. **S/Z**. Trad. Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 39.

⁷⁸ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 6.

Apesar de as características românticas estarem evidenciadas na estrutura do livro, nota-se uma preocupação de Aluísio em minimizar essa presença, adaptando sua obra à nova escola que se inaugurava. Um exemplo disso é a mudança radical que o autor promoveu no desfecho da obra. No manuscrito, o romance tem um final classicamente romântico, com a morte dos dois amantes:

[...] Ana Rosa entranhava na madeira as unhas assanhando sem nada dizer, sem um movimento de corpo, sinistra, estactica.
De repente deu um formidavel grito e cahiu para traz, inanimada.[..]
No dia seguinte nas ruas, nas repartições publicas, no açougue, na praça do comércio, nas lojas, nas quitandas, nas salas e nas alcovas, baquejava-se sobre a morte dos does amantes⁷⁹.

Este final foi modificado logo na primeira edição, de 1881, na qual Aluísio apresenta um desfecho com características mais naturalistas: poucos anos após a morte do protagonista Raimundo, Ana Rosa casa-se com Dias (assassino de Raimundo), um português que assim como seu pai era comerciante, com quem teve três filhos, ajustando-se ao que era socialmente esperado e conveniente.

É assim que Aluísio Azevedo, ao introduzir o naturalismo no Brasil, incorporou muito das leituras de matrizes européias que circulavam em seu meio, e entendo que não poderia ser diferente. *O mulato*, com seu misto de romantismo e naturalismo, demonstra bem os caminhos, tanto da escrita literária brasileira naquele momento, como de um autor que pouco tempo antes escrevera romances eminentemente românticos como *Uma lágrima de mulher* (1879), mas que vivenciara, na Corte e também em sua cidade natal, calorosas discussões sobre o real-naturalismo.

Ao apresentar Aluísio como introdutor do naturalismo e evidenciar algumas características do escritor e da escrita naturalista apontadas por Zola, não pretendo colocar a obra naturalista em uma “camisa de forças” e pensar que Aluísio Azevedo ou o próprio Zola, em suas composições, tenham seguido à risca os pressupostos da escola naturalista que beiravam a utopia quando relacionados ao campo da literatura. Como pensar em uma obra literária imparcial, sem imaginação? Interessa-me perceber quais eram as propostas dos naturalistas e de que modo elas estavam associadas com as discussões mais gerais que vinham sendo tratadas na sociedade brasileira do século XIX.

⁷⁹ AZEVEDO, Aluísio. **Manuscrito de O mulato**. S/local, S/data, fl. 424 e 425.

Percebem-se muitas contradições no naturalismo. Ao mesmo tempo em que defendia a imparcialidade e a cientificidade da literatura, recomendava que o escritor naturalista deveria também estar na obra, fazer parte dela, e se possível conhecer os locais que pretendia usar como cenário. Então, como seria possível ao autor se manter imparcial escrevendo sobre problemáticas e contextos por ele vivenciados? A riqueza da obra de Aluísio reside justamente nessa contradição entre teoria e ação que mostra vestígios de muitas influências e denuncia a presença de vozes distintas e visões diferentes que se entrecruzam na composição do discursivo literário. É uma experiência interessante e rica observar o naturalismo brotando na literatura azevediana, no entanto, dificilmente se entenderá esta obra pressupondo que ela está presa a um determinado modelo literário.

Se o naturalismo defendia a possibilidade de uma literatura que apreendesse a realidade em sua plenitude, trazendo para o romance uma preocupação com o real, impregnando-o com uma vontade de verdade, interessa, então, investigar de qual verdade se falava naquele momento. Quais idéias essa verdade tentava legitimar e quais outras descartava? Quais as estratégias usadas na composição da obra que, junto com o enredo e os personagens, fortalecem as idéias defendidas pelo autor e demonstram um posicionamento autoral?

1.3 O olho do autor anunciando sua escrita

“Eu conto o caso como o caso foi ...”⁸⁰. Assim escreve Aluísio Azevedo na epígrafe da primeira edição de *O mulato*, dando um tom forte e pessoal ao que irá tecer em sua obra. Percorrendo este romance escrito em terceira pessoa e com narrador onisciente, percebe-se sutilmente a presença do “eu” de Aluísio a interferir nos fatos narrados, como a dar credibilidade ao dito e a dizer que esse discurso sai de um lugar, e que sua voz de origem se responsabiliza por tal⁸¹.

Neste e em outros momentos, que irei destacar a seguir, nota-se um posicionamento autoral que é visível no corpo do texto com a presença de marcas de enunciação, como também em aspectos em torno da obra, que não podem ser

⁸⁰ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 1. ed. São Luís: Tipografia de O Paiz, 1881, p. 1.

⁸¹ A preocupação de Aluísio em demonstrar que seu romance abordava a verdade e em destacar o seu comprometimento com o texto é perceptível em outras epígrafes de suas obras, como, por exemplo, em *O cortiço*, quando ele escreve: “Periculum dicendi non recuso”, ou seja, “Exponho-me ao risco de falar” e “Lá vérité, toute la vérité, rien que la vérité”, ou seja, “A verdade, toda verdade, nada mais que a verdade” (AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 13).

entendidos como acessórios do livro, mas sim como, nas palavras de Roger Chartier, “dispositivos técnicos, visuais e físicos que organizam a leitura do escrito quando ele se torna livro”⁸².

No livro *O espelho de Heródoto*, principalmente no capítulo dois, *O olho e o ouvido*, François Hartog trabalha com maestria a representabilidade do jogo da enunciação presente no texto de Heródoto. O referido autor aponta um dos aspectos de tal jogo, a autópsia, na qual o olho é “marca de enunciação, de um ‘eu vi’ como intervenção do narrador em sua narrativa para provar algo”⁸³, assim, dizer que tal fato foi presenciado “com os próprios olhos” por aquele que narra é dar um tom de prova e verdade. Desse modo, aponta a importância de expressões como “eu vi”, “eu digo”, “eu escrevi”, “eu li”, presente em textos da Antiguidade, para dar credibilidade ao escrito, não podendo ser esses signos confundidos com marcas de vaidade, mas veracidade e, posteriormente, cientificidade.

Entendo que a presença dessas marcas de enunciação no texto causa também um forte impacto no leitor, representam um modo de o autor dialogar com seu público. Principalmente em textos eminentemente ficcionais como os romances, tais expressões dão idéia de fatos realmente ocorridos e que por isso não devem ser questionados pelos leitores, como se pode observar neste trecho de *O mulato*:

Onde está a religião desses miseráveis que dizem christãos e vendem seu semelhante como judeos venderam a Christo? – Jesus pregou a igualdade, a humanidade e o direito natural do homem! Em que consiste a religião a religião dessas senhoras maranhenses, que travam do chicote e escadeiram um negro a ponto de matal-o?! (**eu vi**)⁸⁴.
(grifo meu)

Ao incluir em seu texto o “eu vi” após o relato de maus tratos a escravos na cidade, o autor dá crédito ao fato narrado, pois ratifica a idéia de que este fato não é apenas mais um, ou qualquer um, retirado da imaginação do romancista, mas sim um acontecimento vivenciado por ele e possivelmente pela sociedade que está lendo o romance, sustentando a autoridade que respalda o autor ao fazer tal referência.

⁸² CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 8.

⁸³ HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 273.

⁸⁴ AZEVEDO, Aluizio, **O mulato**. 1. ed. São Luís: Tipografia de O paiz, 1881, p. 278.

As notas de rodapé também são vestígios de uma intenção enunciativa determinada, como aponta Hartog: “no pé de página, que assinalam ‘eu li’, isto é, eu também li – portanto, nós lemos: eu sou crível e vocês podem reconhecer-me como um par”⁸⁵. Assim, a presença do rodapé explicativo na obra literária também é uma forma encontrada pelo autor para dar um tom de veracidade ao romance. Ao abordar os maus tratos vivenciados pelos alunos nas escolas da cidade de São Luís, sob a autoridade dos professores que “rachavam de bolos as mãos das crianças e não lhes ensinavam coisa alguma”⁸⁶, Aluísio dá força à narrativa apresentando o seguinte rodapé explicativo sobre o assunto:

Somente cinco annos depois da epocha em que o romance figura fallar o personagem Raymundo, creou no Maranhão o bem intencionado Sr. Roberto Moreira uma escola particular de primeiras letras, á imitação dos Estados Unidos. Foi a primeira que aboliu o castigo corporal e merece por isso attenção dos homens modernos; pois, apesar de guerreados pelos muitos vícios da pessima educação maranhense, são patentes e incontestáveis os bons resultados que aquelle reformador em muito pouco tempo, tem colhido de seus esforços e fadiga⁸⁷.

Conforme ressaltai anteriormente, o naturalismo representou uma vontade de verdade para o romance, tendo como alvo o real e como “fantasma” a imaginação literária. Esta busca por veracidade se evidencia no romance de Aluísio notadamente nas marcas de enunciação que contribuíram para fortalecer suas idéias, dando à narração um ar de verdade, e ajudaram também a corroborar o pensamento naturalista, segundo o qual o romancista chegaria ao real através do uso de documentação, da realização de pesquisa e da vivência do autor que, juntas, deveriam respaldar seu escrito.

Os trechos citados da primeira edição – a epígrafe da obra, o “eu vi” após relatos de maus tratos a escravos e o rodapé explicativo – são passagens que não aparecem na segunda edição impressa sobre a responsabilidade da editora Garnier, que sofreu modificações por Aluísio Azevedo, conforme relata o autor no prefácio dessa mesma edição.

Outro dispositivo, este visual, usado na primeira edição de *O mulato* é a imagem fotográfica de Aluísio na primeira página do livro. De acordo com Roger Chartier, a representação física do autor através do seu retrato no livro consiste na primeira forma manifesta de sua presença que “torna imediatamente visível a atribuição

⁸⁵ HARTOG, *op.cit.*, p. 279.

⁸⁶ AZEVEDO, Aluísio, **O mulato**. 1. ed. São Luís: Tipografia de O Paiz, 1881, p. 275.

⁸⁷ *Id. ibid.*, p. 275.

a um eu singular freqüente no livro [...] sua função é idêntica: constituir a escrita como expressão de uma individualidade que fundamenta a autenticidade da obra”⁸⁸.

A imagem do autor fortalecendo a escrita como expressão da sua individualidade não é uma característica exclusiva da modernidade, porém, em fins do século XIX, a função-autor⁸⁹ assumia novos contornos, tornando possível identificar uma atitude mais autoral dos produtores de texto. No entanto, nem todos os escritores daquela época assumiram este tipo de postura. A partir destas constatações, julgo necessário contextualizar o aparecimento de tais características para melhor compreender a relevância da presença física (representada pela fotografia) de Aluísio em seu próprio livro e o modo como esta imagem reforça a intenção básica do seu romance que é fazer crítica social por meio de uma literatura combativa.

Sobre este tema, no livro *O que é um autor?*, Michel Foucault destaca que durante a Idade Média os textos que chamaríamos de “literários” eram lidos sem que a autoria fosse questionada, porém, a partir do século XVII ou já no XVIII, os discursos literários não podiam ser recebidos se não fossem dotados da função-autor⁹⁰.

Mais adiante nesse percurso histórico, o século XIX – notadamente na segunda metade, quando o positivismo se instaurou como reação ao idealismo da primeira metade do mesmo século – testemunhou a ressignificação da figura do autor na cena literária. Roland Barthes considera “lógico” pensar que “em matéria de literatura, tenha sido o positivismo, resumo e desfecho da ideologia capitalista, a conceder a maior importância à pessoa do autor”⁹¹. Para Barthes, esse foi o momento em que se formou o “império do autor”, crescendo em importância os trabalhos sobre sua vida, desejos, anseios e frustrações. Acreditava-se que entendendo a individualidade do gênio criador⁹², seria possível desvendar o significado da obra.

⁸⁸ CHARTIER, *op.cit.*, p. 53.

⁸⁹ Para Chartier, a “função-autor” não pode ser entendida de forma linear. Além de destacar que, em fins do XVIII e início do XIX, a figura do autor ganhou contornos definidos que solidificaram a sua concepção como aquele que tem plenos poderes sobre o texto, no qual sua pessoa ganha destaque, ocorrendo um aumento no número de trabalhos biográficos, Chartier aponta que, desde os séculos XV e XVI, o autor vinha demarcando seu território nas produções de forma mais direta. Ele associa a emergência da função-autor à “apropriação penal” dos discursos, o que gerou uma responsabilidade jurídica do escritor. Com a difusão da cultura impressa, as censuras da Igreja e do Estado, associadas à questão da propriedade literária, tornaram mais perigosa e desafiadora a circulação de textos. (CHARTIER, *op. cit.*, p. 33).

⁹⁰ Cf. FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* (e outros ensaios). Portugal: Veja / Passagens, 1992, p. 48-49.

⁹¹ BARTHES, Roland. A morte do autor. In: *O prazer do texto*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 49.

⁹² No final da década de 1960, Roland Barthes escreveu seu polêmico texto intitulado *A morte do autor*, no qual tece uma crítica ao modo como a teoria literária analisava a obra, focalizando-a na figura do au-

Inserida nesse contexto estava a escrita naturalista. Escrevendo sobre como deveria proceder à crítica moderna e dando o exemplo do estudo de Taine sobre a vida de Balzac, Zola destaca as preocupações que um estudioso deve ter para analisar uma obra. Além de reunir documentos, ler artigos publicados na imprensa e interrogar amigos, o crítico bem-sucedido é aquele que:

preocupa-se ainda com os locais onde Balzac viveu, visita a cidade onde nasceu, as casas que ocupou, os horizontes que atravessou. Tudo se encontra, assim, investigado pelo crítico, os ascendentes, os amigos, até que ele conheça absolutamente Balzac, em seus íntimos recônditos, como o anatomista conhece o corpo que acaba de dissecar. Assim ele pode ler a obra. O produtor lhe dá e lhe explica pelo produto⁹³.

Tendo em vista esse olhar sobre o autor na literatura do século XIX, acredito que o nome, a imagem fotográfica e as marcas de enunciação (como o “eu vi”) presentes na obra *O mulato* são elementos que assinalam uma forte intervenção do romancista que, em sua obra, não apenas aborda problemáticas que envolviam a sociedade de seu tempo, mas também as critica. Estes aspectos reforçam a responsabilidade do autor para com a obra, notadamente no romance naturalista, no qual a preocupação com a vida social se relaciona a um compromisso político do escritor que, além de conhecer a realidade, deseja contribuir para modificá-la.

Como se poderia denominar esse tipo de crítica feita por Aluísio? Seria uma literatura engajada? Benoit Denis, em *Literatura e engajamento*, explicita duas acepções da noção de literatura engajada: a primeira, historicamente datada do pós-guerra e que tem em Jean Paul Sartre seu maior expoente, mescla um compromisso político e um compromisso social do intelectual com as camadas menos favorecidas. Sob este prisma, a literatura engajada se sustenta fundamentalmente numa preocupação com o social, constituindo-se em espaço onde o escritor declara a autoria e apresenta sua visão de mundo, fazendo ruir qualquer pretensão de neutralidade discursiva.

tor, associando mecanicamente a escrita deste à sua vida, como se tudo o que representasse em seus livros tivesse necessariamente que estar associado ao seu percurso pessoal, à sua história de vida. A vida se explicava pela obra e vice-versa, criando uma camisa de forças na análise da literatura. Não concebendo a análise da obra por esse viés de supervalorização do autor, Barthes propõe o apagamento do autor – ou melhor, como o próprio título indica, a morte do autor –, pois acreditava que dar um autor a um texto é dotá-lo de um significado único e fechar a escrita.

⁹³ ZOLA, *op. cit.*, p. 30.

O escritor engajado coloca em jogo bem mais do que a sua reputação literária; ele arrisca a si mesmo integralmente na escritura, fazendo aparecer aí a sua visão do mundo e as escolhas que dirigem a sua ação.[...] engajar-se consiste assim em colocar a sua pessoa na linha de frente da obra literária, isso significa também que o escritor assume a hipótese de que ele possa ser julgado a partir de suas obras.⁹⁴

Na perspectiva sartriana, o escritor engajado é aquele voltado para os problemas de sua época, portanto, escreve sobre o tempo presente; também recusa uma escrita literária destinada ao leitor de elite e para isso faz um “apelo ao profano” para atingir um maior número de leitores, colocando a estética como preocupação secundária – para Sartre, o conteúdo e a viabilidade da mensagem para um número maior de leitores é o aspecto primordial.

A segunda acepção⁹⁵ envolve uma linha de engajamento mais flexível que inclui autores que abordam o social, porém com diferentes estilos e interesses, como, por exemplo, Voltaire e Zola. Concordo com Benoit Denis quando ele afirma que “toda obra literária, qualquer que seja a sua natureza e a sua qualidade, é engajada, no sentido em que ela é portadora de uma visão de mundo e [...] queira ela ou não, se revela assim impregnada de posição e escolha”⁹⁶. Também considero coerente o argumento do mesmo autor de que falar de escritores do século XIX como Hugo e Zola enquanto escritores engajados é colocar sobre eles um olhar, uma experiência e uma visão de literatura que eles não possuíam.

Deste modo, apesar de o termo literatura engajada poder englobar autores que tinham preocupações voltadas para o social, como era o caso de Aluísio Azevedo, penso que as expressões “literatura de combate” e “romance de costumes” caem melhor à literatura azevediana de fins do século XIX. Uma das preocupações centrais da literatura engajada, não presente em Aluísio, é não apenas falar ou inserir na escrita as classes menos favorecidas⁹⁷, mas escrever para elas, com intuito de que a leitura lhes

⁹⁴ DENIS, Benoit. **Literatura e engajamento**: de Pascal a Sartre. Bauru: EDUSC, 2002, p. 46.

⁹⁵ Dentre os autores que trabalham nessa segunda acepção, destaca-se Roland Barthes.

⁹⁶ *Id. ibid.*, p. 36.

⁹⁷ No livro *A micro-história*, Carlo Ginzburg mostra como, na literatura do século XIX, literatos como Balzac, com seu romance histórico de costumes, chamam a atenção dos historiadores para uma história que não era por eles trabalhada, uma vez que a vertente positivista se preocupava em fazer uma história política e de elite, na qual o social e seu cotidiano eram considerados preocupações menores, não dignas do trabalho dos historiadores de então. Assim, os costumes e o cotidiano das camadas populares não eram abordados pela historiografia. Os romances do século XIX, por outro lado, trouxeram à cena também as camadas populares, o que, porém, não significava que fossem leituras destinadas a essas camadas, mesmo que dessem visibilidade a elas. Cf. GINZBURG, C. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa / Rio de Janeiro: DIFEL / Bertrand Brasil, 1989.

traga bagagem cultural, permitindo uma visão crítica e transformadora dos dilemas sociais nos quais estão inseridas.

Em *O mulato*, Aluísio dá a ler uma interpretação da sociedade maranhense, apontando costumes, peculiaridades e preconceitos, tudo isso costurado com fios de um discurso crítico que difere da imparcialidade e da neutralidade preconizadas pelos positivistas de então. É perceptível na obra a presença de uma “literatura de combate”, na qual Aluísio levanta problemáticas que fervilhavam na cidade; ele parece não fazer questão de disfarçar seu posicionamento marcado na teia do romance.

As críticas a instituições como a escravidão, a monarquia e a igreja católica presentes no romance não eram práticas isoladas, muito pelo contrário, faziam parte de uma luta maior, em âmbito tanto local quanto nacional, por uma sociedade civilizada que, para os modernos do século XIX, começaria com o advento da República e a formação de uma sociedade composta de homens livres.

No livro *Literatura como missão*, Nicolau Sevcenko descreve como os escritores brasileiros de fins do século XIX estavam imbuídos de um exercício intelectual como atitude política: o homem de letras deveria voltar-se para os problemas sociais e estes estavam associados aos males advindos da sociedade “fossilizada” do Império. Para aqueles homens, o compromisso com uma mudança social se traduzia em uma questão ética. Nessa perspectiva, a Europa apresenta-se como um modelo a ser seguido, representando para esses intelectuais “a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele [esse tal novo mundo] se prometia”⁹⁸.

Esses intelectuais primavam por uma modernização das estruturas da nação e viam em seus escritos uma forma de contribuir para a mudança no cenário nacional. Eles formaram uma geração que se desenhou a partir da década de 1870 e era composta de nomes como Tobias Barreto, Arthur Azevedo, Aluísio Azevedo, Euclides da Cunha e Coelho Netto.

⁹⁸ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 96-97.

Toda essa elite europeizada esteve envolvida e foi diretamente responsável pelos fatos que mudaram o cenário político, econômico e social brasileiro: eram todos abolicionistas, todos liberais democratas e praticamente todos republicanos. Todos eles trazem como lastro de seus argumentos as novas idéias européias e se pretendem os seus difusores no Brasil.⁹⁹

Imbuídos das mesmas idéias também estavam alguns maranhenses, como o promotor público Celso Magalhães, o professor e jornalista Manuel Bethencourt e o próprio Aluísio Azevedo que, pelo menos num primeiro momento, utilizaram as tribunas da província do Maranhão para professar seus pensamentos. Cabe lembrar que jornais como *O Pensador*, *A Pacotilha* e *A Flecha* representaram uma possibilidade de expansão dessas idéias para além do círculo de estudos e debates desses intelectuais.

Os reclames publicados nos jornais maranhenses traduzem o rebuliço causado por eles numa sociedade que se modernizava. O estilo dos intelectuais ditava a moda e era usado como pretexto para vender produtos na capital maranhense. Anúncios de venda de chapéus e luvas “á Pensador” e “Republicanos” eram veiculados pela imprensa local. As idéias modernas estavam presentes e influenciavam a população de diferentes maneiras; nos jornais, saíam das crônicas e passavam aos anúncios, como mostram os seguintes textos:

Chapéus á Pensador! O fonseca despachou lindos chapeos de palha á Pensador. Que vende por preços cômodos para a boa rapaziada adeptos das ideas modernas. Já restão poucos, por isso á elles, antes que acabem.¹⁰⁰

Leques á Pensador á 500 réis!! O Fonseca tem á venda lindos leques intitulos á Pensador, e muito propios para theatro, que vende por 500 réis cada um. Que vende por preços cômodos para a boa rapaziada adeptos das ideas modernas. Já restão poucos, por isso á elles, antes que acabem.¹⁰¹

Não tem rivaes!! Chapeos de feltro elegantíssimos intitulos Republicanos. Vendem Magalhães e Pinho. Livraria commercial. Rua do Trapiche.¹⁰²

O questionamento às estruturas da nação estava em pauta e os intelectuais de fins do século XIX apresentavam também a importância do texto literário como expressão e, principalmente, difusor de críticas à sociedade vigente. As funções do escritor e do romance em países como a França eram veiculadas na imprensa

⁹⁹ *Id. ibid.*, p. 97.

¹⁰⁰ **O Paiz**, São Luís, 14 de abril de 1881. Anúncios, p. 4.

¹⁰¹ **O Paiz**, São Luís, 12 de abril de 1881. Anúncios, p. 2.

¹⁰² **Pacotilha**, São Luís, 30 de maio de 1881. Anúncios, p. 3.

ludovicense, demonstrando a necessidade de uma nova postura do escritor local. Em crônicas ao jornal *O Pensador*, Aluísio Azevedo assim se expressava:

O escritor tem obrigação de ser consciencioso, breve, preciso, porque já não escreve para mostrar o seu estilo e sim para expor seu modo de pensar sobre qualquer objeto, sobre qualquer questão, sobre qualquer indivíduo.

O próprio romance, tão fútil até aqui quando hoje não se propõe discutir uma tese, demonstrar um fato, bater um preconceito [...] há de passar desapercibido e cair no fim do artigo das nulidades.

Ele hoje, como a pintura, como a escultura, como a música, como a oratória, e como a poesia, acha-se influenciado pela corrente revolucionária, que rebentou na França e ameaça absorver todo o mundo.¹⁰³

Em *O mulato*, as falas do personagem Raimundo muitas vezes representam a oportunidade de dar a ler essa crítica, a partir do discurso literário.

[...] é a moral que ensina com o exemplo e aconselha com a experiência – a moral positivista! E’ a caridade que não estabelece generosos diversos de miseria, nem se arroga o direito de castigar ou perdoar, e nem espera recompensa na vida eterna - porque ella se dirige ao homem e não a Deus! Não despreze o ladrão por ter roubado, nem a prostituta por ter si vendido! [...] O patíbulo da lei, a excomunhão da igreja e o desprezo da sociedade, uma raiva surda e devastadora como a lepra. E quem fez o ladrão, e quem creou a prostituta? – Foi a ignorancia materna, que não lhes vertem no coração a moral e a caridade praticas – as mães que eduquem as crianças no trabalho ! [...] Não tenha medo que o fedelho succumba! ao contrario a saude se fortalecerá o corpo! a intelligencia se preparará para receber os grandes thesouros da sciencia, o coração para sentir os grandes deveres civis e domésticos e para finalmente supportar no bojo esse amor imenso, universal – esse amor pela humanidade, que é manancial de todas as luzes, de todo progresso e de toda civilização¹⁰⁴.

Nesta passagem do romance, assim como em diversas outras, percebe-se a preocupação do protagonista Raimundo em mostrar a importância das idéias positivistas para o progresso do país. O discurso do personagem se conciliava à luta por uma sociedade voltada para o trabalho e guiada não por uma moral religiosa, mas por uma moral científica, que era base dos ideais positivistas.

Cristã, supersticiosa, escravocrata, monárquica eram adjetivos atribuídos à nação e criticados por intelectuais como Aluísio que, embasados no cientificismo, queriam fazer do romance um “raio-X” dos problemas sociais e, a partir dele, mostrar

¹⁰³ AZEVEDO, Aluísio. *O Pensador*, São Luís, 20 de outubro de 1881. Crônicas. Apud MONTELLO, *op. cit.*, p. 88.

¹⁰⁴ AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. 1. ed. São Luís: Tipografia de O Paiz, 1881, p. 271-272.

como essas características representavam um empecilho para que o país seguisse os rumos da civilização ditados pelos europeus. É nesse contexto que apareceram no romance as figuras de médicos e advogados que, ao olhar a sociedade com lente diferenciada, atuavam como porta-vozes do moderno. Em *O mulato*, o papel foi assumido pelo advogado Raimundo que, partindo da premissa de ser um homem estudado e viajado, marca em seu discurso uma alteridade em relação aos discursos dos seus conterrâneos que falavam pelo senso comum ou por influência do discurso religioso.

A literatura representava um instrumento de combate social e os intelectuais se viam como principais vetores de mudanças. Assim, no naturalismo, o literato e seu texto teriam importância quando “centrassem sua concepção de literatura na ‘realidade’, esquecendo-a enquanto ficções, enquanto produção. Uma obra fica valorizada desde que análoga ao real. Um escritor, desde que semelhante a uma câmara”¹⁰⁵.

Como se preconizava que a relação entre escritor e texto, entre texto e realidade social, deveria estar explícita no romance, não é sem motivo que muitos contemporâneos de Aluísio, inclusive o próprio autor, conseguiam identificar suas feições ou seus comportamentos nas personagens dos romances naturalistas.

O texto literário representava, então, uma faceta da luta dos escritores por espaço e poder na sociedade brasileira, como afirma Sússekind: “se os romances dão voz àqueles que detêm um discurso científico, parecem sugerir que se faça o mesmo no país, que detenham poder aqueles que têm saber”¹⁰⁶. Desse modo, os literatos sustentavam a importância do romance como fonte de saber e demarcavam sua interferência no processo de decisão sobre os rumos que seriam (ou deveriam ser) tomados pela nação.

Por meio de sua prática intelectual e literária e do posicionamento autoral estabelecido no interior da obra *O mulato*, Aluísio tece críticas à sociedade maranhense, usa acontecimentos e pessoas conhecidas da cidade para, com outros nomes e em outras coordenadas espaço-temporais, dar vida ao seu romance. Foi exatamente essa sociedade criticada e caricaturada na obra que, num primeiro momento, constituiu o público leitor de Aluísio.

¹⁰⁵ SÚSSEKIND, Flora. **Tal Brasil qual romance?** Uma ideologia e sua história: o Naturalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984, p. 101.

¹⁰⁶ *Id. ibid.*, p. 129-130.

Entendo que a presença do autor anunciando sua escrita, tanto na representação física (a imagem fotográfica) quanto nas marcas de enunciação como o “eu vi”, enfatiza o comprometimento do escritor com seu texto. E essa era uma questão prioritária para escritores brasileiros que, como Aluísio, naquele momento, viam no romance um modo de propagar as idéias modernas e contribuir para a construção de uma nação civilizada, o que começaria pela luta por uma sociedade republicana e livre da escravidão. Assim, intermediado pelo romance, o autor interagiu com a cidade e com as problemáticas locais e nacionais candentes de sua época.

“EU VI”: REPRESENTAÇÕES DA ESCRAVIDÃO

As histórias “inventadas” por Aluísio Azevedo abordam aspectos da sociedade escravocrata de seu tempo – obviamente que com o olhar particular desse autor, que poderia estar ou não de acordo com muitos outros que também vivenciaram as problemáticas da época. A escrita de Azevedo se apoiava tanto no referencial naturalista científicista, portador de um discurso de verdade, quanto no caráter de testemunho do autor, que falava sobre uma sociedade que não lhe era alheia. Seu romance situa-se num tempo e num espaço também vividos pelo romancista, narrando fatos que possivelmente presenciara. Esse é um aspecto que o autor fazia questão de afirmar no seu texto através do uso de marcas de enunciação como “eu vi”.

A escravidão foi representada de diferentes formas na literatura brasileira. Essa temática¹⁰⁷ assume centralidade em muitos romances, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, quando a questão racial ganha uma nova significação por parte da elite intelectual preocupada em entender o país tendo em vista a elaboração não apenas de um passado mítico, como também do futuro que estava sendo desenhado para a jovem nação. De acordo com Cléria Botelho da Costa,

O projeto de nossos literatos procurou definir-se como um ato de suplência, chamando para si a missão de conferir unidade a um país com fendas de todas as ordens. E a escravidão propiciava inúmeras cisões na sociedade brasileira que deveriam ser encobertas com o manto do nacionalismo¹⁰⁸.

Diferentes interesses atuam então na prática da escrita literária, na qual representações ora podem ser inventadas, ora ocultadas. Como afirma Zilá Bernd, “no caso da literatura brasileira este outro é o negro cuja representação é frequentemente ocultada, ou o índio cuja representação é, via de regra, inventada”¹⁰⁹. Em ambos os casos, observamos, no século XIX, a presença de uma função sacralizadora da literatura

¹⁰⁷ Sobre a relação entre escravidão e literatura, destaco os seguintes estudos: SAYERES, Raymond S. **O negro na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1958; BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993; NAVAS-TORÍBIO. **O negro na literatura maranhense**. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 1990; FLORES, Moacyr. **O negro na dramaturgia brasileira 1838-1888**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995; NASCIMENTO, Sílvia Helena. **Personagens negras: tigres, gajeiros e domésticas** na obra de Adolfo Caminha nos fins do século XIX. 2000. 167fl. (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

¹⁰⁸ COSTA, Cléria Botelho da. O imaginário do medo: a escravidão em Manuel Macedo. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (org). **Literatura e história: identidades e fronteiras**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

¹⁰⁹ BERND, Zila. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 33.

fortalecendo estereótipos e mitos.

No romantismo¹¹⁰, autores como José de Alencar e Gonçalves Dias, preocupados com a construção da identidade nacional através da literatura, buscavam na exaltação do índio e das belezas naturais elementos que distinguissem o Brasil em relação aos demais países, reconstruindo um passado nacional que não estivesse automaticamente ligado à figura do colonizador português. Nessa perspectiva de análise, o negro pouco aparece na literatura romântica. Como ressalta David Brockshaw,

Na medida em que o negro apareceu no final da literatura indianista, foi para contrastar com o índio. Dessa forma, o negro, representando a realidade da raça colonizada, labutava nas plantações do colonizador, não era páreo para o mítico índio em termos de atração literária. Se o índio por natureza era corajoso e profundamente orgulhoso de sua independência, o negro era de índole escrava humilde e resignada¹¹¹.

Com a emergência do movimento abolicionista, em especial após a abolição do tráfico de escravos, em 1850, e a Lei do Ventre Livre, de 1871, a temática escravidão ganha na literatura novos contornos, visto que não era possível apenas ocultar a figura do negro, num país em que a abolição “batia às portas” e novas problemáticas, como a miscigenação, se faziam presentes. Assim, a literatura romântica passa também a dar certa ênfase à temática da escravidão, como, por exemplo, em *A escrava Isaura* (1873), de Bernardo de Guimarães, e *As vítimas algozes* (1869), de Joaquim Manuel de Macedo. Dentre os aspectos enfatizados nesses romances, estava o fato de que “a escravidão era ruim para os donos de escravos porque colocava-os em contato com degenerados morais”¹¹².

O naturalismo deu uma nova roupagem ao trato com a temática escravidão, em especial pela sua relação com o pensamento científico da época. O fato de a

¹¹⁰ Segundo Ivana Stolze Lima, a literatura romântica se voltou para a história, buscando no passado aspectos que singularizassem a nação. Nessa perspectiva, Gonçalves Dias, por exemplo, procurava conciliar nação e humanidade, criticando a exclusão do índio do projeto nacional, sendo a história moldura de formação da nacionalidade (LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 179).

¹¹¹ BROCKSHAW, David. **Raça & cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 27.

¹¹² *Id., ibid.*, p. 32.

sociedade escravocrata pensar o negro como inferior não era algo novo: a própria Igreja Católica, desde os primórdios da colonização, tratou de difundir essa postura, utilizando-se de passagens bíblicas para justificar a escravização do negro. Porém, com a disseminação do discurso positivista, a questão racial ganha nova interpretação: o negro passa a ser considerado inferior, não apenas pelos desígnios de Deus, mas também por uma justificativa aceita como verdade na época. Dessa visão cientificista os romancistas, como Aluísio Azevedo, se apropriarão de diferentes formas.

A questão racial passava a ser alvo de calorosas discussões em diferentes âmbitos da sociedade, inclusive no meio literário, em que negros e principalmente mestiços passavam a fazer parte de forma mais intensa da trama dos romances. Fazendo uso das histórias “inventadas” por Aluísio Azevedo, do agir dos personagens, de sua significação e de possíveis contradições na trama do romance, objetivamos, neste capítulo, analisar como a escravidão e conseqüentemente os sujeitos participantes dessa instituição foram representados por Aluísio Azevedo na linguagem romanesca, no mesmo momento em que, “obcecado pela captura do real-nação e pela caça ao documento, o discurso dos nossos intelectuais nasceu na confluência entre o discurso histórico e o discurso literário”¹¹³.

Problematizando a relação entre história, ficção e literatura, Luís Costa Lima destaca a aporia da verdade como um aspecto que caracteriza o discurso do historiador, marcando um diferencial em relação à ficção, que tem na mimese seu princípio orientador. Evitando confundir mimese com realidade, o autor questiona a afirmação simplista de que a história traz em seu discurso a verdade, enquanto a literatura expõe a imaginação. Desse modo, ressalta que

A verdade da história sempre mantém um lado escuro, não indagado. A ficção, suspendendo a indagação da verdade, se isenta de mentir. Mas não suspende sua indagação da verdade. Mas a verdade agora não se pode entender como “concordância”. A ficção procura a verdade de modo oblíquo, i.e., sem respeitar o que, para o historiador, se distingue como claro ou escuro¹¹⁴.

Nesta análise não enfatizarei necessariamente a veracidade da narrativa, nem acho que, pelo fato de se tratar de um romance realista-naturalista – baseado, portanto, em pressupostos científicos e no testemunho do autor, que vivenciou fatos por

¹¹³ VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 241. 1988.

¹¹⁴ LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 156.

ele narrados – *O mulato* traga uma representação¹¹⁵ mais ou menos verídica do social. Concordamos com Mônica Velloso, quando, ao destacar a relação simplista de estudar a literatura como refletora do mundo social, afirma que,

se o escritor exterioriza seu ser no mundo social, ele também o interioriza como realidade objetiva. Não há, portanto, um mundo dos fatos pairando sobre os indivíduos. Essa relação unilateral e objetiva entre os termos não existe. Existe, sim, uma profunda dinâmica entre indivíduos e sociedade feita de interações, deslocamentos e modificações¹¹⁶.

Acreditamos, sim, que o autor assume uma postura frente ao social feita de interações, deslocamentos e modificações e que, ao assumir essa postura, destaca ou erige “verdades”, para dar ênfase ao rumo da história que se propõe narrar. A ficção não é nem o real, nem o seu oposto, mas sim uma sutil forma de apreendê-lo.

2.1 O universo escravo em diferentes perspectivas

Domingas, Mônica, Benedito, Brígida e outros personagens que tinham em comum a origem escrava são, sem dúvida, personagens secundários e, em muitos momentos, meros figurantes na trama do romance *O mulato*. Esses personagens chegaram a ser “distinguidos” pelo autor com nomes, enquanto outros personagens escravos ou libertos aparecem apenas com cognomes do tipo “mulata gorda”, “inha compadre”, “preto velho”. Neste tópico, percorrerei a história de alguns desses personagens secundários ou meros figurantes na trama do romance.

O modo como esses escravos aparecem na trama do romance e sua significação para o conjunto da obra não devem ser menosprezados. Isso porque tanto a ênfase dada pelo autor a determinados personagens, tratados com maior minúcia (como, por exemplo, o comerciante Manuel Pescada, o mulato enriquecido Raimundo, o cônego Diogo, a jovem casamenteira Ana Rosa, a malvada beata Maria Bárbara),

¹¹⁵ Analiso, neste estudo, a noção de representação tendo por base as reflexões apontadas por Chartier. Para esse autor, representação é uma construção feita a partir do real cuja importância não é dada pelo critério de verdade, mas pelo de credibilidade, não sendo seu reflexo, mas uma construção potencialmente multifacetada que envolve um conjunto de práticas impregnadas de posições e escolhas. Nessa perspectiva, representar é dar sentido ao ausente, é também criar, pois, muitas vezes, aquele que representa descreve a sociedade como pensam que ela é ou como gostariam que ela fosse. Assim, Chartier enfatiza a necessidade de entendermos os motivos e interesses que perpassam as lutas de representação e o discurso daquele que representa, pois esse é um aspecto fundamental para acessarmos os significados da representação cujos desafios são enunciados em termos de dominação e poder (CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFIL, 1990, p. 17-19).

¹¹⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Op. cit.*, p. 239-e 240.

quanto a pouca ênfase dada às personagens escravas ou libertas, com exceção de Raimundo, são aspectos que carregam consigo uma significação importante para entendermos o modo como Aluísio representa a escravidão em sua obra.

As personagens negras de Aluísio aparecem com um misto de fidelidade, imoralidade e selvageria. Quanto mais próximas estão do mundo branco, fazendo os gostos e vontades de seus senhores, mais possibilidades têm de camuflar sua índole bárbara e conseguir “vantagens” na sociedade escravocrata. As personagens Domingas e Mônica são exemplos singulares dessa abordagem feita pelo autor.

Domingas era uma negra retinta, escrava do campo que nunca colocara os pés na cidade. Entra na trama no momento em que seu senhor, José da Silva, português, contrabandista de escravos, foge do Pará por ter contra ele se rebelado sua escravaria. Domingas age como traidora dos outros escravos, contando a seu senhor o plano que contra ele se formara. Fogem ambos para o interior do Maranhão, Domingas se torna amante de José da Silva e desse envolvimento nasce Raimundo. No ato do batismo, a criança e sua mãe receberam as respectivas cartas de alforria¹¹⁷.

No meio rural da sociedade escravocrata brasileira, as possibilidades de liberdade para os escravos eram remotas, caso em que se enquadrava Domingas. Nos centros urbanos, havia uma maior possibilidade de os escravos juntarem algum dinheiro, formando seu pecúlio¹¹⁸, principalmente em razão de uma maior circulação de moeda e da presença de escravos trabalhando nas ruas da cidade, oferecendo seus serviços diretamente a terceiros, como a típica figura do escravo de ganho. No campo, no entanto, essa possibilidade era mais restrita, uma vez que o serviço geralmente se dava dentro dos limites da propriedade senhorial. Em ambos os casos,

Cada escravo sabia bem que, excluídas as fugas e outras formas radicais de negação do cativo, sua esperança de liberdade dependia do tipo de relacionamento que mantivesse com o seu senhor particular. A idéia era convencer os escravos de que suas chances de alforria passavam necessariamente pela obediência e fidelidade em relação aos seus proprietários [...] a concentração do poder de alforriar

¹¹⁷ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 51.

¹¹⁸ O pecúlio só foi um dispositivo legalmente aceito através da lei de 1871. Através dele, o escravo que juntasse dinheiro por doações, heranças, por seu trabalho e outros poderia indenizar seu proprietário e comprar sua liberdade. Apesar de a formação do pecúlio por parte do escravo ser uma prática comum ao longo do século XIX, só foi legalizada tardiamente, o que “chegou a ser considerado por muitos observadores do século XIX uma disposição inscrita em lei, antes mesmo que tivesse ocorrido” (MENDONÇA, Joseli Nunes. **Cenas da abolição**: escravos e senhores no parlamento e na justiça. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 57).

exclusivamente nas mãos dos senhores fazia parte de uma ampla estratégia de produção de ex-escravos em negros libertos, ainda que fiéis e submissos a seus antigos proprietários¹¹⁹.

Essa relação particular para conseguir a alforria, estabelecida entre senhor e escravo, aparece no romance principalmente via resignação e passividade dos escravos em relação aos senhores. Esses personagens não demonstravam fazer nenhum tipo de chantagem, intriga ou coisa do gênero para conseguirem a tal alforria, apenas aceitavam a sua condição de escravos e buscavam fazer todos os gostos e vontades de seus senhores como uma espécie de gratidão espontânea. Aparentemente, nem demonstravam lutar pela liberdade, que aparece no romance como um prêmio concedido pela bondade senhorial.

Após a alforria, Domingas continuou a servir na fazenda de José da Silva: a condição de liberta trouxe efetivamente poucas mudanças para sua vida. Além disso, depois de ter sido cruelmente açoitada por Quitéria, esposa de seu amante, permaneceu na fazenda, inclusive após a morte de seus senhores. Quitéria foi estrangulada por seu esposo, após ter sido flagrada em adultério com o padre Diogo. Transcorrido pouco tempo desse episódio, José da Silva foi morto com um tiro pelas costas, supostamente disparado por Diogo. Antes de sua morte, porém, “José entregou a fazenda á Domingas e mais três pretos velhos, que alforriou logo”¹²⁰.

A personagem Mônica transparece ainda mais essa subserviência aos desejos senhoriais. A cafuza Mônica, que fora ama de leite de Ana Rosa, mesmo tendo seus filhos vendidos quando pequenos, condição necessária para ocupar tal posto e poder cuidar exclusivamente da filha de Mariana, sempre demonstrou enorme fidelidade a seus patrões, principalmente a Ana Rosa, dedicando “um amor maternalmente extremoso, uma dedicação desinteressada e passiva”¹²¹.

Ana Rosa era cuidada por Mônica com total contemplação, uma espécie de “santa” que deveria ser venerada com atenção especial, conforme pode ser percebido no diálogo abaixo:

- Mããpretinha! O’ senhores!
- O que é, yayá? Não se agaste!
- Você tem um somno de pedra! Oh!

¹¹⁹ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 51.

¹²⁰ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 55.

¹²¹ *Id. ibid.*, p. 105.

Deu um estalo com a língua.

- Dispa-me!

Estendeu-se negligentemente em uma cadeira, entregando á criada os pés pequeninos e bem calçados.

Monica tomou-os, com amor, entre as suas mãos negras e calejadas; descalçou-lhe cuidadosamente as botinas, saccou-lhe fóra as meias; depois, com um desvello religioso, como um devoto a despir a imagem de Nossa Senhora, começou a tirar as roupas de Anna Rosa¹²².

Resignada, amável e cuidando de Ana Rosa “com a docilidade de um cão”¹²³, depois de muitos anos servindo a família e já em idade avançada, Mônica foi alforriada a pedido de Ana Rosa. Apesar de o narrador enfatizar que a escrava servia sua ama de forma desinteressada, foi a conduta de extrema dedicação de Mônica para com Ana Rosa que tornou concreta a possibilidade de alforria:

Manuel dera-lhe a carta a pedido da filha, o que muita gente desaprovou. “terás o pago!...” diziam-lhe. Mas a boa preta deixou-se ficar em casa dos seus senhores e continuou a desvellar-se pela yayá melhor que até então, mais captiva do que nunca¹²⁴.

Nessa perspectiva, acenar com a possibilidade de alforria e transformar cativos em dependentes era um instrumental utilizado pelos proprietários. Esse “benefício” senhorial era freqüente entre escravos idosos, pois, acostumados com o cativo e tendo pautado suas vidas nesses moldes, em idade avançada e sem a força física da mocidade, esses escravos viam na alforria mais um ato simbólico de liberdade do que uma possibilidade concreta de construir outro tipo de vida.

O fato de Mônica continuar “mais cativa do que nunca” após sua alforria, conseguida por intermédio de Ana Rosa, servindo-a como antes, pode ser lido não apenas pelo amor que sempre dispensou à sua senhora. Pode também ser compreendido pelo fato de a ex-cativa ter em torno de cinquenta anos de idade e Ana Rosa representar para ela a possibilidade de manutenção de um teto para se abrigar e condições para viver, além de um referencial de “família”.

Ocorre, então, na prática da alforria, um jogo de interesses de ambas as

¹²² *Id. ibid.*, p. 103-104.

¹²³ *Id. ibid.*, p. 300.

¹²⁴ *Id. ibid.*, p. 105.

partes, que, conforme evidencia Robert Slenes, tanto envolvia uma política de domínio senhorial baseada na distribuição de “méritos” entre “dependentes” quanto abre um espaço que nos permite ver a luta dos escravos pela sobrevivência. Desse modo, “as tramas senhoriais iam ao encontro de certas estratégias dos cativos para lidar com o mundo inseguro em extremo”¹²⁵.

Autores¹²⁶ como João José Reis, Eduardo Silva, Maria Cristina Wissembach, Sílvia Hunold Lara, dentre outros, abordam a escravidão na perspectiva de repensar o significado da resistência escrava. Para esses autores, o escravo não pode ser analisado apenas como “força de trabalho”, assim como a resistência escrava não pode ser pensada somente como forma extrema de negação ao regime, como no caso da formação dos quilombos. As artimanhas utilizadas pelos escravos, no seu cotidiano, para criar espaços de autonomia e fazer com que, de certa forma, seus gostos e vontades fossem respeitados, tornam-se aspectos importantes na abordagem desses autores. Nessa perspectiva, “passividade” e “rebelião”, que são pólos aparentemente antagônicos¹²⁷, podem fazer parte de estratégias usadas pelos cativos, como afirmam Reis e Silva:

[...] o que aparentava ser concessão senhorial resultava de barganhas entre senhores e escravos, barganhas estas cheias de malícias de ambas as partes. Se os barões cedem e concedem é para melhor controlar. Onde os escravos pedem e aceitam é para melhor viver, algo mais do que um mero sobreviver¹²⁸.

No romance, afetividade, bondade e resignação aparecem como uma possibilidade de o escravo, em contato com o branco, conseguir concessões na sociedade escravocrata e melhorar sua índole bárbara. Tendo em vista que um dos objetivos do romance naturalista de cunho abolicionista era demonstrar a péssima influência dos negros, com seus valores movidos por uma natureza supersticiosa e

¹²⁵ SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no oeste paulista. In. ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 277-268.

¹²⁶ Ver: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos e vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)**. São Paulo: HUCITEC, 1998; LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹²⁷ Gilberto Freire aparece como um dos estudiosos que, nos anos de 1930, se destacou por defender uma imagem harmônica e paternal da escravidão, leitura essa que criava uma imagem do escravo como passivo. Já nos anos 1940/1950 começam a se desenvolver, com destaque para Clóvis Moura, trabalhos que invertem a idéia de Gilberto Freire, enfatizando a rebelião negra e a violência escravocrata, criando uma imagem do escravo como um misto de rebelde e herói.

¹²⁸ REIS, João José; SILVA, Eduardo, *Op. cit.*, p. 8.

imoral, o narrador freqüentemente retoma esses aspectos para evidenciar os malefícios que representava a escravidão e o contato dos negros no cotidiano das famílias senhoriais.

O contato do negro com o branco, independentemente da crítica do autor ao forte preconceito racial da sociedade escravocrata, apresentava-se sempre numa relação desproporcional. Na leitura do romancista, era o branco quem mais perdia no contato com o negro. A passagem a seguir, uma fala do personagem Freitas, demonstra o modo como esse perigo é ressaltado:

As negras, principalmente as negras!... São umas muruchabas, que um pae de família tem em casa, e que dormem debaixo da rede das filhas e que lhes contam historias indecentes! E' uma immoralidade! [...] o peor é que ellas contam ás suas sinhazinhas tudo o que praticam ahi por essas ruas! Ficam as pobres moças sujas de corpo e de alma na companhia de semelhante corja!¹²⁹

Mônica, escrava fiel, a “mãe pretinha” que dormia debaixo da rede de Ana Rosa e lhe fazia todos os caprichos, ao ser descrita no romance, teve logo destacados aspectos relacionados à sua supersticiosidade: “Tinha ao pescoço um barbante, com um crucifixo de metal, uma pratinha de duzentos réis, uma fava de cumaru, um dente de cão e um pedaço de lacre encastado em ouro”¹³⁰.

Supersticiosidade e feitiço¹³¹ são práticas desqualificadas no romance, tidas como “coisa de negro” e sendo, portanto, motivo de desmoralização das famílias, que, convivendo com o negro, acabavam vivenciando práticas consideradas indignas de uma sociedade civilizada. A idéia de progresso perpassava, então, o cientificismo, a valorização do observável, daquilo que se poderia comprovar. Daí a supervalorização do discurso médico ditando as regras da atuação feminina e desvalorizando práticas e o contato com a religiosidade de origem africana.

Essa influência do negro na criação infantil passou a ser vista como algo prejudicial. O discurso médico de fins do século XIX defendia que as crianças deveriam ser cuidadas especialmente pelas mães, a começar pela amamentação, o que evitaria o

¹²⁹ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 75.

¹³⁰ *Id. ibid.*, p. 105.

¹³¹ Analisando os jornais paulistas de fins do século XIX, Lilia Schwarcz destaca representações ambíguas em relação à feitiçaria: se por vezes o feiticeiro é considerado um elemento temido, por outro lado, suas ações eram freqüentemente ironizadas, servindo de alvo de chacota (SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. *Op. cit* p. 125-128.

perigo físico e moral representado pelas chamadas “mães de leite”. No romance, assim que Ana Rosa soube que estava grávida, passou a se preocupar com o modo como seu filho seria criado e, embora o narrador, ao longo do romance, retrate constantemente a ama de Ana Rosa como figura de cuidados exemplares, Iaiá parecia não confiar em sua influência, “queria ser a própria a criar o seu filho e, por coisa nenhuma desta vida, o confiará à melhor ama”¹³².

Esse discurso é também fortalecido na fala de Raimundo, que representa, no romance, os ideais positivista, republicano e abolicionista. Assim, esse personagem aborda a ênfase que deveria ser dada na educação moderna para as mulheres, destacando que, às filhas, logo ao nascer, se deveria:

[...] dar-lhe exercícios, alimentação regular, excelente musica, estudos práticos e principalmente bons exemplos; depois evitar que ella fosse, como é de costume aqui, perder nos bailes o seu bello sono de criança e estragar o cérebro e o seu coração, quando mal se principiavam a formar; evitar rigorosamente o contacto das pretas que em geral são debochadas e supersticiosas¹³³.

O negro aparece na obra *O mulato* com representações antagônicas, mas que agem no sentido de salientar e complementar o seu potencial perigo para a sociedade. Ora o negro é representado como o inocente, aquele que apanha, sofre maus tratos dos seus senhores, que é revistado como um animal nas praças da cidade, que se deixou escravizar e que é vítima dessa instituição, ora é retratado como culpado, por contaminar seus senhores com sua índole imoral e supersticiosa, capaz, portanto, de influenciar o branco, exercendo algum tipo de poder¹³⁴ maléfico sobre ele.

Inocentes ou culpados, os escravos “inventados” por Aluísio demonstram fraqueza e fragilidade, representam um perigo independentemente da faceta que venham a assumir e, mesmo quando agem com revolta, suas atitudes são atribuídas à manifestação de uma índole desordeira e selvagem. Era no interior da sociedade que o negro deveria permanecer para encontrar algum benefício: quanto mais longe desse

¹³² AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 349.

¹³³ AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. 1. ed. Maranhão: Typografia. do Paiz, 1881, p. 268.

¹³⁴ Concorde com Foucault, quando afirma que não devemos “[...] tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras [...] Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem [...] nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissões [...]” (FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 19. ed. Rio de Janeiro: Grall, 1982, p. 183.

lócus, mais aparecem retratados como figuras desumanas. O modo estereotipado como aparecem os quilombolas no romance demonstra esse aspecto:

O sertão da província está cheio de mocambeiros, onde vivem os escravos fugidos com suas mulheres e seus filhos, formando uma grande família de malfeitores. Esses desgraçados, quando não podem ou não querem viver da caça, que é por lá muito abundante e de fácil venda na vila, lançam-se á rapinagem e atacam na estrada os viajantes, travando-se, ás vezes, entre uns e outros, verdadeiras guerrilhas, em que ficam por terra muitas vítimas¹³⁵.

Os quilombolas aparecem como pessoas sem destino, que agem por puro instinto e contaminam o ambiente em que estão inseridos com sua periculosidade. Sua imagem estava associada ao medo e à morte. De forma geral, os negros eram representados negativamente no romance.

Na sociedade oitocentista, a noção de “cor” delimitava não só um grupo racial, mas também lugares sociais. Nesse sentido, Hebe Mattos trabalha na perspectiva de que etnia e condição estavam inter-relacionadas. Segundo a autora,

A palavra negro foi utilizada na linguagem coloquial, por quase todo o século XIX, como uma espécie de sinônimo de escravo ou ex-escravo, com variantes que definiam os diversos tipos de cativos, como o africano – comumente chamado de “preto” até meados do século – ou o cativo nascido do Brasil – conhecido como “crioulo” –, entre outras variações locais ou regionais¹³⁶.

Nesse sentido, termos como “negro” e “preto” aparecem freqüentemente como equivalentes a escravo, enquanto o termo “branco” estava associado à liberdade. Na visão de Hebe Mattos, essa representação sofreu modificações na segunda metade do século XIX, com o crescimento demográfico de negros e mestiços, livres ou libertos, período em que os brancos livres deixaram de ser exceções controladas¹³⁷. Em *O mulato*, os termos “preto” e “negro” aparecem como sinônimos e geralmente associados ou substituindo os nomes de escravos e libertos pejorativamente, indicando inferioridade.

Esse perfil de inferioridade dos personagens negros começa a ser

¹³⁵ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 59.

¹³⁶ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCAS-TRO, Luiz Felipe de (org.) **História da vida privada no Brasil Império**: a corte e a modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 342.

¹³⁷ Cf. MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. O significado da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 38.

apresentado aos leitores pelo modo como são caracterizados no romance. Muitos nem mesmo são nomeados: é a sua cor, ou seja, o seu pertencimento racial, que constitui o fator que os situa na narrativa. Nesses personagens, o fator raça determina o comportamento, construindo uma relação de alteridade em relação aos demais personagens: o negro é sempre o outro, o diferente. Essa diferença é representada a partir do referencial de uma elite que se dizia branca, pura e civilizada. É essa elite que está sendo retratada com minúcia, constituindo-se no referencial do bom e do belo no romance, referencial esse não exatamente encarnado pelo branco que vive sob a égide de antigas instituições, como a monarquia, a igreja e a escravidão, mas sim pelo o homem moderno. O negro, nesse contexto, é o outro de quem se fala e cuja fala pouco importa, é o feio e fora dos padrões estéticos, biológicos e comportamentais.

Aspectos relacionados à cor e seus traços característicos aparecem logo no início da descrição das personagens. Benedito, por exemplo, é apresentado no romance como “um pretinho seco, retinto, muito levado dos diabos; pernas compridas, beijos enormes, dentes branquíssimos”¹³⁸. Brígida era uma “mulata corpulenta, a carapinha muito trançada e cheia de flores, um vestido de chita com três palmos de cauda, recendendo a cumaru”¹³⁹.

Assim, os nomes dos personagens, raramente citados, são frequentemente substituídos por vocábulos como “negro”, “negrinho”, “preta”, “preto velho”, “mãe pretinha”, “cabra”, “bode”, “macaco”, “os sujos” e outros termos dessa natureza. Quanto mais distantes dos padrões estéticos e biológicos dos brancos, mais eram retratados como feios e doentios. A descrição do encontro de Raimundo, que quase nada evidenciava em sua cor a miscigenação de que era fruto, com sua mãe, uma preta retinta, é um exemplo singular da manifestação dessas características nos negros evidenciadas por Aluísio:

Raymundo sentiu-se chamado á cantaria do chão, humedecia-lhe a testa um suor aborrecido, chegou a duvidar que a figura que tinha diante dos olhos, fosse humana – vinham-lhe a memória as características e os contos singulares de Hoffman [...]Raymundo via-lhe dentes enormes e descarnados, os olhos esbugalhados, a se torcerem convulsivamente nas órbitas profundas, a caveira a desenhar-se angulosamente através das carnes, as clavículas a romperem a pelle,

¹³⁸ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 85.

¹³⁹ *Id. ibid.*

as pernas seccas e cheias de movimentos trágicos¹⁴⁰.

Essas descrições, na verdade, reproduzem uma representação que fazia parte do pensamento científico de cunho positivista de fins do século XIX, segundo a qual o negro estava situado num patamar inferior na escala evolutiva, patamar muito semelhante ao dos animais irracionais. A referência a escritores que possivelmente influenciaram Aluísio com esse tipo de pensamento aparece na citação acima, quando o narrador destaca a figura de Hoffman. De acordo com David Brookshaw¹⁴¹, Hoffman foi um autor nascido na Alemanha que muito influenciou escritores voltados para a temática racial do século XIX. Em 1896, Hoffman publicou o livro *Race Traits and Tendencies of the American Negro*, tornando-se um intérprete da inferioridade negra influenciado pelas teorias darwinistas sobre a seleção natural.

Diferentes teorias raciais influenciaram autores brasileiros na segunda metade do século XIX. Thomas Skidmore¹⁴² destaca três blocos de pensamento racista: a escola etnológico-biológica, a escola histórica e o darwinismo social. Todas colocavam a inferioridade racial do negro como algo inquestionável, tendo, porém, maneiras distintas de defender esse pressuposto.

A escola etnológico-biológica ou poligenista não acreditava numa origem comum para as raças, rompendo com a visão monogenista aceita pela Igreja. Assim, defendia o pressuposto de que a inferioridade das raças estava relacionada a diferenças físicas, também atribuídas às diferentes regiões climáticas habitadas, tendo a superioridade dos brancos como resultado direto de sua criação como espécie diferenciada.

A escola histórica, que teve em Gobineau seu principal representante, partia do pressuposto de que a raça branca ariana era indiscutivelmente superior. Acreditava que essa superioridade era tanto biológica quanto historicamente construída, sendo os arianos aqueles que atingiram o mais alto grau de civilização, devendo, por isso, não apenas ser tomados como modelo para os demais povos, como também obter, a partir da superioridade a eles conferida, o direito de subjugar as demais raças.

¹⁴⁰ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 1. ed. Maranhão: Typografia do Paiz, 1881, p. 314.

¹⁴¹ BROCKSHAW, *op. cit.*, p. 42.

¹⁴² SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 65-69.

A terceira escola de pensamento racista destacada por Skidmore é o darwinismo social. De acordo com esse autor, Darwin rompia com o pensamento poligenista, que defendia a criação da espécie humana de formas diferenciadas. Para Darwin, o processo evolutivo começava por uma única espécie e, nesse processo, os mais aptos predominariam. Assim, os darwinistas sociais acreditavam que os negros faziam parte de uma raça inferior, menos apta, logo condenada a desaparecer.

É importante ressaltar que, durante o século XIX, não havia uma definição precisa do conceito de raça¹⁴³, mas sim um conjunto de teorias, por vezes contraditórias, que eram interpretadas e reformuladas de acordo com as necessidades do público ao qual se destinavam. A noção de raça, segundo Lílian Schwarcz¹⁴⁴, tinha uma base de interpretação biológica e social, cuja significação era constantemente negociada e em construção.

Na trama construída por Aluísio Azevedo, o negro é o outro de quem se fala, aparece em todos os cantos, nas ruas, nas praças, no comércio, dentro dos casarões, nas fazendas, nos mocambos... No entanto, não são dignos de maiores exemplificações por parte do narrador. Seus costumes, sua cultura, são ocultados e até suas falas, no romance, são raras, principalmente com uso do discurso direto, existindo poucos diálogos que envolvam esses personagens, sobretudo entre dois negros.

Destaca-se mais o comportamento do branco frente ao negro, mesmo quando são enfatizados possíveis comportamentos que os negros deveriam ter, como, por exemplo, frente à situação de maus tratos a que estavam submetidos. As falas, nesses casos, não se dão a partir dos personagens negros, mas através do entendimento que um personagem branco ou pertencente a esse mundo, como era o caso de Raimundo, tinha sobre como os negros deveriam agir.

No romance, o negro é um personagem secundário, “fiel”, “imoral” ou “selvagem”, não é ele quem assume o centro da cena. A relação entre sua aparição e o desenrolar do romance demonstra isso. No primeiro capítulo, por exemplo, Aluísio Azevedo dá a ler imagens da cidade, como a situar o leitor no ambiente em que será tramada a história:

¹⁴³ Cabe destacar que o termo raça “implica indivíduos com patrimônios genéticos diferentes (...) Hoje começa a ter curso a expressão ‘espécie humana’, que é única e abrange todos os seres humanos” (SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 193).

¹⁴⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo da miscigenação. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 20, p. 147. 1994.

Era um dia abafadiço e aborrecido. A podre cidade de São Luiz do Maranhão parecia entorpecida pelo calor. Quasi que se não podia sahir á rua: as pedras escaldavam; as vidraças e os lampeões faiscavam ao sol como enormes diamantes; as paredes tinham reverberações de prata polida; as folhas das arvores nem se mexiam; as carroças d'agoa passavam ruidosamente a todo o instante, abalando os prédios; e os aguadeiros, em mangas de camiza e pernas arregaçadas, invadiam sem cerimonia as casas para encher as banheiras e os potes. Em certos pontos não se encontrava viva alma na rua; tudo estava concentrado, adormecido; só os pretos faziam as compras para o jantar ou andavam no ganho¹⁴⁵.

A cidade é apresentada como um lugar calmo, melancólico, abafadiço e deserto, com exceção da Praia Grande, com sua movimentada Rua da Estrela, local de maior circulação de pessoas e dinheiro, devido à intensa movimentação comercial. Nesse local, estavam situados os grandes casarões da cidade, com seus sobrados, mirantes e azulejos portugueses. Os negros aparecem nesse cenário, como no restante da obra, com sua imagem sempre associada ao mundo do trabalho: era o negro vendendo nos tabuleiros, no serviço de ganho, em afazeres domésticos, vendendo peixes, no carroto.

Quando o autor adentra o os personagens, seu cotidiano, suas características – enfim, contando suas histórias –, os negros raramente são apresentados, como os personagens acima evidenciados, Mônica, Brígida e Benedito. Eles continuaram sem ter uma história específica para além do trabalho e da relação que mantinham com seus senhores, não são retratados seus costumes, sua cultura e muito pouco do seu cotidiano na cidade é mostrado. Entram em cena antes para dar a conhecer as histórias dos seus proprietários do que as suas próprias

O desfecho do romance *O Mulato* deixa evidente o papel secundário e pouco significativo dos personagens negros na trama. Como terminaram suas histórias? Tiveram filhos? Fugiram? Foram vendidos para o sul? Continuaram morando com seus senhores até seus últimos dias? Essas são questões que o romance não possibilita responder, tornando-se interessante e revelador o fato de o autor não tecer comentários sobre o fim desses personagens na trama.

Entendo que esse posicionamento do autor em relação ao negro evidencia que sua preocupação não era retratar o negro e seus costumes, mas sim as problemáticas postas pela escravidão na sociedade, através do olhar da elite. Apesar de a sociedade

¹⁴⁵AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 9.

escravocrata ser o alvo da crítica de Aluísio, essa mesma sociedade, representada pela parcela da elite intelectual e branca, é que teria possibilidade de reverter a situação da nação e transformá-la da condição monárquica e escravocrata para a condição republicana e de trabalho livre.

Desse modo, o negro é apresentado na narrativa como uma figura de menor importância, não enquanto problemática do romance, mas enquanto personagem de ação na narrativa, recebendo menor atenção por parte do autor. Esse fato não é de se estranhar, uma vez que, naquele momento, o negro era visto pela ciência como biológica e socialmente inferior, posicionamento esse com o qual o romance, através da ação dos personagens, demonstra estar em concordância. O negro faz sua aparição como uma figura temida, pois, mesmo quando bonzinho e passivo, representava um perigo inerente à sua vontade. Assim, a crítica ao preconceito racial presente em *O mulato* está de acordo com os moldes da época, não significava que o autor defendesse que brancos e negros fossem iguais nem que estes devessem ocupar algum lugar significativo na sociedade após a abolição: quanto mais apagados da cena social brasileira, melhor, quer pelo branqueamento, quer sendo mandados de volta para a África, proposta apontada por Aluísio Azevedo no romance.

2.2 Senhoras e senhores: mirem-se no espelho

O escravo, seus desejos, costumes e cultura são raramente evidenciados em *O Mulato*. Conforme destaquei anteriormente, aparecem na trama do romance de forma secundária, apenas mostrando sua relação com o mundo dos brancos. A escravidão é, então, apresentada pelo olhar da elite, através do qual, sob diferentes perspectivas e com variados interesses, o autor dá visibilidade ao sistema escravocrata, criando discursos diferenciados através da ação dos personagens.

A escravidão é representada no romance como um mal social, instituição que coloca o branco em contato com o negro, raça tida como supersticiosa, imoral, inferior. Esse contato teria corrompido as famílias, a moral religiosa, a educação – enfim, significava um empecilho para que o país se tornasse civilizado. Essa é, então, uma problemática apresentada no romance pela ótica da elite, que deveria ser resolvida pela própria elite. Percebemos nesse posicionamento do autor o motivo da pouca ênfase dada aos personagens negros, escravos ou libertos e o destaque dado aos personagens da elite e seus costumes.

Mostrar como o sistema escravocrata cria vícios indelévels no comportamento social e a necessidade de seu término são aspectos abordados na obra. Entender o modo como o autor enfatiza um olhar específico sobre a atuação de diferentes segmentos dessa elite frente à escravidão é uma questão que abordarei neste tópico.

Um aspecto importante a destacar é que trabalho com diferentes edições¹⁴⁶ da obra *O mulato*, e que essas edições apresentam mudanças significativas no trato com a escravidão. A primeira edição, de 1881, apresenta diferenças em relação à segunda edição, de 1889, cujo texto modificado é utilizado nas publicações posteriores. No que tange à escravidão, viés da obra que estamos evidenciando neste estudo, a edição de 1881 apresenta passagens com um posicionamento mais contextualizado do autor em relação ao discurso abolicionista em voga período, muitas das quais foram retiradas da segunda edição. Dentre várias “pequenas” alterações feitas ao longo da obra, a segunda edição exclui cerca de 20 páginas contínuas, situadas na primeira edição entre as páginas 264 e 284 do romance. Nessas páginas, o personagem Raimundo, defensor das idéias positivistas e símbolo do homem moderno no romance, faz críticas à sociedade escravocrata maranhense semelhantes àquelas feitas por Aluísio¹⁴⁷ nos artigos de sua autoria publicados em jornais de São Luís.

Jean Yves-Merrian comenta que essas passagens retiradas da primeira edição foram transportadas artificialmente da prosa para o romance e contribuíram para fortalecer Raimundo com o papel de protagonista das idéias positivistas e republicanas defendidas por Aluísio:

[...] as idéias positivistas e republicanas de Aluísio Azevedo tinham amadurecido a partir de 1881 e seu dogmatismo de neófito, que no romance transparecia através de longas passagens onde Raimundo expunha com veemência suas idéias, deve ter-lhe parecido fora de propósito oito anos depois de haver deixado o Maranhão¹⁴⁸.

¹⁴⁶ O cuidado do autor com a composição da obra está presente não apenas nas edições impressas, mas também desde os manuscritos, em que a preocupação com a descrição da cidade de São Luís e seus costumes, bem como aspectos relacionados à caracterização dos personagens e à presença de passagens com traços excessivamente românticos re-elaborados por Aluísio.

¹⁴⁷ A respeito da relação entre o discurso do autor e os discursos dos doutores, no romance naturalista, Flora Süssekind aponta um aspecto interessante. Segundo sua abordagem, “não é que os ‘autores’ falem por meio dos ‘médicos’ de seus romances. Falam nos textos é de própria busca de um poder dentro da sociedade brasileira. Se, nos seus romances, dão voz àqueles que detêm o discurso científico, parecem sugerir que se faça o mesmo no país, que detenham poder aqueles que têm saber” (SÜSSEKIND, *op. cit.*, p. 229-230).

¹⁴⁸ MÉRIAN, *op. cit.*, p. 255.

Segundo Merrian, com essas alterações, o romance “ameniza” muitas passagens que deram lugar às críticas em 1881, e que foram motivos de ressentimentos na província, tanto que, na segunda edição, diminui a dimensão maranhense no romance¹⁴⁹. As mudanças entre a edição de 1881 e a de 1889 devem ser entendidas no contexto das respectivas publicações. Assim, se na primeira edição Aluísio Azevedo era um jovem escritor, que publicava seu primeiro livro por uma tipografia de sua província, muito eufórico e envolvido ativamente com a causa republicana e abolicionista, criticando sem piedade a sociedade maranhense e ainda inseguro no trato com a estética naturalista, na segunda edição já era um autor reconhecido nacionalmente, ciente das críticas e dos elogios que sofrera após o lançamento da obra e inserido em problemáticas outras que não apenas a da escravidão em si, já abolida no momento da segunda edição.

Cabe destacar que nem todas as mudanças entre as publicações de uma obra dependem dos gostos e vontades do autor do texto. As intervenções editoriais também podem ser responsáveis por mudanças significativas no momento de elaboração de um livro, colocando-nos, assim, frente ao problema da instabilidade dos textos, como ressalta Roger Chartier: “as intervenções editoriais encurtam os textos, amputam fragmentos ou episódios considerados inúteis, comprimindo as frases, suprimindo relativas e intercaladas, adjetivos e advérbios”¹⁵⁰.

Desse modo, chego a perguntar se a retirada das páginas em que, em muitos momentos, o protagonista Raimundo tece críticas à escravidão faz parte apenas da vontade do autor de excluir passagens anacrônicas, pelo fato de, no momento da segunda edição, já ter sido abolida escravidão. Da mesma maneira, podemos indagar acerca da supressão de vinte páginas contínuas. Tais ações podem fazer parte de decisões editoriais, tanto em relação ao conteúdo da obra quanto em relação à redução do número total de páginas, que, dentre outras coisas, poderia interferir nos custos finais da publicação.

Na verdade, não sabemos ao certo, mas essas são suposições que não podem deixar de ser enfatizadas, uma vez que nos colocam frente à complexidade de interesses que envolvem a publicação de uma obra, e também à variedade de sujeitos atuantes nesse processo. Como exemplo da instabilidade dos textos presentes na obra *O mulato*,

¹⁴⁹*Id. ibid.*, p. 254.

¹⁵⁰ CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 70.

em relação às páginas acima mencionadas, retiradas na segunda edição brasileira de 1889, parte delas, inclusive as passagens referentes à crítica da escravidão, são retomadas na edição Argentina, publicada em 1904. Desse modo, o livro não pode ser analisado como um todo homogêneo: ele pode se modificar a cada edição, tanto em relação ao seu conteúdo quanto em relação à sua forma. Concordamos com Roger Chartier quando afirma que “os descuidos do autor, os erros dos tipógrafos, as interferências dos revisores, tudo contribui para a construção de sucessivos textos do mesmo trabalho”¹⁵¹.

Tendo em vista que se tem por objetivo, neste trabalho, analisar as representações da escravidão na obra *O mulato*, com destaque para o contexto em que primeiramente foi dada a ler, faz-se necessário retomarmos, em alguns momentos, a primeira edição, como já estávamos fazendo anteriormente, para melhor visualizarmos a discussão sobre a escravidão feita por Aluísio Azevedo, no momento da publicação da obra.

Em *O mulato*, Aluísio exibe um olhar diferenciado sobre a atuação dos distintos segmentos sociais frente à escravidão. O modo como os personagens lidam com essa instituição é percebido também na delimitação de papéis entre os sexos. Na atuação das personagens femininas, é destacada com ênfase a relação entre senhor e escravo na esfera privada; já os personagens masculinos são mais enfatizados nas discussões sobre a problemática da escravidão, num âmbito público e político.

Diferentes esferas da sociedade estavam bem delimitadas na obra; as mulheres, por exemplo, pertenciam à esfera privada¹⁵², responsáveis em gerir a casa, os filhos, os escravos domésticos; os homens pertenciam à esfera pública, os assuntos políticos e intelectuais eram tidos como de seu domínio. Como destaca Elizabeth Abrantes,

As imagens femininas construídas pela sociedade brasileira ao longo do tempo e que continuam presentes no século XIX, com novas nuances marcadas pelas posturas filosóficas e científicas da época, apresentavam as mulheres como seres amáveis, dóceis, frágeis, inferiores, submissos, sendo essas características “naturais” ao sexo

¹⁵¹ *Id., ibid.*, p. 40.

¹⁵² “A representação do lar, da família, em termos naturais, e da esfera pública, ao contrário, como instância histórica, foi uma herança vitoriana da qual emerge o dualismo público / privado, reafirmando o privado como espaço da mulher, ao destacar a maternidade como necessidade e o espaço privado como *locus* da realização das potencialidades femininas” (MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. São Paulo: EDUSC, 2000, p. 20).

feminino. Nesse imaginário social, exaltava-se a virgindade, o papel de esposa e mãe exemplares [...] amparados na idéia de “natureza frágil e débil” da mulher, reforçava-se a tradição de sua vida tutelada pelo homem, seja seu pai, irmão ou marido, que devia garantir-lhe a proteção, o sustento e também a honra¹⁵³.

Esses estereótipos presentes no século XIX foram fortalecidos pelo discurso científico da época, que, mesmo focalizando a importância da mulher para a nação, uma vez que, pelos moldes positivistas, a figura da mãe aparece como principal educadora dos filhos, continuava vendo a mulher como um ser inferior ao homem, logo necessitando de sua tutela.

Sem pretender generalizar o perfil feminino e a atuação dessas diferentes personagens em relação à escravidão, percebemos que, quanto mais distanciadas de características como afetividade, docilidade, fragilidade, típicas do que se esperava da mulher no século XIX, mais essas personagens eram representadas como doentias e cruéis para com os escravos.

O espaço urbano é associado, no romance, à idéia inovadora de civilização, progresso e modernidade: quanto maiores fossem as cidades e quanto mais distantes dos costumes provincianos, mais as pessoas estariam propensas a enfrentar os novos hábitos físicos e morais advindos da onda civilizatória. Em *O mulato*, ambientado num contexto provinciano, Aluísio cria uma São Luís marcada por práticas sociais consideradas típicas de lugares atrasados, onde imperavam a hipocrisia, o preconceito e a falsa moral.

Essa crítica, abordada em diferentes aspectos, fica perceptível na atuação de personagens femininas como Quitéria e Bárbara, personagens utilizadas de forma mais enfática no romance para tecer críticas aos costumes preconceituosos da província. Os comportamentos morais dessas personagens estão ligados aos seus modos de vida, o que evidencia certa oposição entre o viver no ambiente urbano e no rural e a relação do viver nesses ambientes com a atuação feminina frente aos escravos.

Quitéria Inocência de Freitas Santiago, esposa de José da Silva, mulher rica do interior da província, religiosa e que tinha grande repulsa aos negros, é caracterizada no romance pelo contraste entre sua forte religiosidade e a crueldade que demonstra para com os escravos.

¹⁵³ ABRANTES, Elizabeth Sousa. A educação feminina em São Luís (século XIX). In: COSTA, Wagner Cabral (org.). **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: EDUFMA, 2004, p. 143.

Foi uma fera! A suas mãos, ou por ordem dela, vários escravos sucumbiram ao relho, ao tronco, a fome, á sede e ao ferro em braza. Mas nunca deixou de ser devota, cheia de superstições; tinha uma capela na fazenda onde a escravatura todas as noites com as mãos inchadas pelos bolos ou as costas lanhadas pelo chicote, entoava supplicas á Virgem Santíssima, mãe dos infelizes¹⁵⁴.

Em sua obra, Aluísio joga com o limite tênue entre o real e o ficcional, de modo que, ao fazer sua crítica aos costumes provincianos, utiliza-se de casos conhecidos, fator que respalda os aspectos abordados acima, inserindo o romance nas problemáticas vivenciadas pela cidade no âmbito da modernidade. Assim, na primeira edição da obra, por exemplo, a passagem acima citada atingia uma dimensão mais local, ao lembrar o caso polêmico do crime da Baronesa ocorrido na província, que ganhou notoriedade em toda a região alguns anos antes da publicação da obra. O trecho acima citado é apresentado da seguinte maneira na edição de 1881:

Quitéria foi uma mulher má: si existisse hoje conheceria já o banco dos réus, mas naquelles tempos sem responsabilidade, em que o escravo era uma mercadoria portugêsa, o que só servia para fartar a ganancia dos traficantes em prejuízo do Brasil, ella, como muitas senhoras brasileiras dessa epocha, era impudicamente em sua fazenda – o accusador, o juiz e o carrasco.

Em suas próprias mãos ou a sua ordem mais de seis escravos succumbiram ao chicote, ao tronco, a fome, a sede e ao ferro em brasa, porém sempre foi devota, cheia de superstições (...)¹⁵⁵.

A história de Quitéria segue tecendo uma crítica ao modo como a frágil religiosidade católica, entrelaçada à deficiente educação feminina, fortalecia nas senhoras escravocratas, principalmente aquelas que se encontravam afastadas das cidades e dos olhares do poder público, o sentimento de posse sobre a vida e a morte dos escravos e agregados. A passagem em que Quitéria leva Domingas ao tronco, por desconfiar que o filho da ex-escrava, pela cor da pele e pela ternura com que era tratado em sua fazenda, seria filho de seu marido, é bastante indicativa do requinte de crueldade que a mulher, na visão do autor, poderia atingir, quando educada nos moldes que imperavam no tempo da colonização:

¹⁵⁴ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 51.

¹⁵⁵ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 1. ed. Maranhão: Typografia. do Paiz, 1881, p. 55.

Estendida por terra, com os pés no tronco, cabeça raspada e mãos amarradas para trás, permanecia Domingas, completamente nua e com as partes genitais queimadas a ferro em brasa. Ao lado, o filhinho de tres annos gritava como um possesso, tentando abraçal-a, e, de cada vez que elle se aproximava da mãe, dois negros, a ordem de Quitéria, desviavam o relho das costas da escrava para dardejol-o contra a criança. A megera, de pé, horrivel, bebida de colera, ria-se, praguejava obscenidade, uivando nos espasmos flagrantés da cólera. Domingas, quasi morta, gemia, estorcendo-se no chão. O desarranjo de suas palavras e dos seus gestos denunciava já sintomas de loucura¹⁵⁶.

Aluísio defende a idéia de que a educação feminina deveria ser reestruturada, para que a mulher viesse a perder os costumes arcaicos. Para tanto, era necessário abandonar o fanatismo religioso, que, sob a maléfica influência dos padres, corrompia as famílias, para que assim pudessem cumprir o papel social de mãe, enquanto principal educadora dos filhos. Não podemos deixar de enfatizar que as mulheres priorizadas no romance são as da classe abastada, sendo a elas que o autor faz menção.

Esse posicionamento estava em consonância com as idéias positivistas em voga, vigentes num momento em que os intelectuais reorganizavam suas interpretações sobre o futuro da nação e a formação de uma identidade nacional, atribuindo à mulher uma “nova” importância social, o que não impedia que continuassem a ratificar uma visão sacralizante do papel feminino através da literatura.

Tendo em vista que a visão sacralizante está ligada à fixação e recuperação de mitos, a mulher “ideal” representada por esses intelectuais continuava a ser aquela voltada para o espaço privado, cuja função primordial era manter o equilíbrio familiar, cumprindo seu papel de mulher, mãe e esposa, que, pela sua inferioridade moral e mental, continuaria sendo criatura de segunda ordem, sob o jugo da figura masculina.

Ao fazer crítica à educação feminina, o autor, através das falas do personagem Raimundo, tece um discurso semelhante ao que defendia nos artigos de jornal, conforme observamos na passagem abaixo, em que Raimundo, em diálogo com Manuel, faz a seguinte colocação sobre o procedimento que entendia adequado para a criação feminina. Segundo ele, os pais deviam

¹⁵⁶ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 52.

Dar-lhe esse bella educação moderna, que se basea nas sciencias positivistas e tem por alvo a felicidade commum dos povos. O senhor deveria ter muito em conta que sua filha não saísse pretenciosa, fútil, romantica e doentia, como o geral das senhoras maranhenses – devia preparal-a para saber estudar a si mesma e conhecer physiologicamente a sua constituição medica – com o que ella não se casaria como por ahi brutalmente fazem, sem estar o organismo completamente desenvolvido e o coração habilitado para comprehender seus direitos de esposa e reconhecer seus deveres sagrados de mãe – preparal-a finalmente para boa dona de casa aceiada, intelligente, forte, com o gosto cultivado, o corpo desenvolvido e o character accentuado, capaz de educar homens úteis, sábios e bons e não paspalhões tolos, rachiticos e religiosos como temos até hoje –sujeitos que, desde a escola só aspiram á cartinha de doutor e não se habitam a ganhar a vida de outro modo, porque a tola mamãe habituou-se a se envergonhar de qualquer trabalho braçal¹⁵⁷.

Nessa citação, observa-se o modo como a literatura naturalista, baseada nos preceitos científicos vigentes na época, cria todo um perfil do que deveria ser o comportamento adequado da mulher para que os homens viessem a gerir a nação de forma adequada. Assim, é dado no romance todo um destaque às personagens femininas, pois, se a mulher era responsável, na visão do autor, pela educação dos filhos, seria essa educação que conscientizaria esses indivíduos da necessidade de uma sociedade de base republicana e anti-escravocrata. Logo, associar os maus tratos aos escravos, focalizando-os na atuação de personagens femininas, foi uma estratégia usada pelo autor para chamar atenção da necessidade da educação positivista, para que, pensando-se num futuro construído em outras bases, fossem deixados para trás costumes advindos da herança colonial, como os maus tratos aos escravos.

Maria Bárbara, avó de Ana Rosa, mulher criada na fazenda, que veio residir na cidade já em idade avançada, após a morte de sua filha Mariana, com intuito de educar a neta e tomar conta da casa de Manuel, é também um exemplo emblemático na obra. Através de sua história, observamos o modo como Aluísio contrasta costumes rurais e urbanos presentes nas mulheres escravocratas maranhenses. Ao descrever essa personagem, destaca que

Maria Barbosa (sic) tinha o verdadeiro typo das velhas maranhenses criadas na fazenda. Tratava muito dos avós, quase todos portuguezes; muito orgulhosa; muito cheia de escrupulos de sangue. Quando fallava nos pretos dizia “os sujós” e, quando se referia a um mulato, dizia “O cabra”. Sempre fôra assim e, como devota, não havia outra. Em Alcântara tivera uma cappela de santa Bárbara e obrigava a sua

¹⁵⁷ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 1. ed. Maranhão: Typografia do Paiz, 1881, p. 268-269.

escravatura a rezar ahí todas as noites, em côro, de braços abertos, ás vezes algemados¹⁵⁸.

Conforme destacamos no primeiro capítulo, a obra *O mulato* também faz críticas aos costumes urbanos dos ditos “atenienses”. Assim, não queremos mostrar com nossa abordagem que o autor cria uma imagem do interior da província como espaço arcaico, em contraposição à cidade de São Luís como um espaço refinado, moderno e idealizado. Porém, percebemos estar presente na obra a idéia de que, quanto menor o lugar e mais distante da civilização – cujo símbolo maior seriam as cidades européias e, no âmbito do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro –, mais propensas as pessoas estariam a práticas sociais antiquadas. Daí o autor fazer uso da figura feminina de origem rural e seus maus tratos aos escravos como símbolo do atraso e modelo de práticas arcaicas, uma vez que a mulher, por si só, simbolizava, já no século XIX, “fraqueza”, “fragilidade”, “debilidade”, apresentando essas características ainda mais aguçadas quando se tratava da mulher rural, educada longe do contexto urbano e dos avanços da civilização.

Dunshee de Abranches, maranhense, contemporâneo, amigo de Aluísio Azevedo e, assim como este, pertencente à chamada segunda geração de intelectuais maranhenses, ao escrever sobre o comportamento de algumas mulheres da alta sociedade de São Luís, em seu livro de memórias *O cativo*, faz questão de enfatizar que,

Nascidas e criadas por gente viciosa, sem a menor educação religiosa e moral, acabaram casando com homens de posição e vindo para a capital, onde quase todas não perderam os hábitos adquiridos no meio das senzalas e das abusões fetichistas¹⁵⁹.

A mulher é apresentada como um ser ambíguo: ao mesmo tempo em que é vista como um “anjo” de bondade e submissão, é também interpretada como um “demônio”. Em *O mulato*, a figura feminina, quanto mais distante da vivência pregada pelos preceitos positivistas de uma educação moral e intelectual, mais propensa estaria a ser afetada pelos males da escravidão, bem como sujeita a praticar atos de crueldade em relação aos cativos, aspectos que não seriam vistos como atitudes condizentes às mulheres que recebessem uma educação moderna.

¹⁵⁸ AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 15.

¹⁵⁹ ABRANCHES, *op. cit.*, p. 32.

Mesmo tendo o romance naturalista evidenciado a importância da mulher, como afirma Graciela Bresch – esse é o “instante em que a mulher exerce o papel de mãe educadora dos futuros membros do país, ela demanda mais cuidado e respeito, o que claramente não se traduz em liberdade e igualdade social”¹⁶⁰ –, a figura feminina continuou sem poder de decisão, sendo os homens os gestores da esfera pública.

As personagens masculinas de *O mulato* eram aquelas que geriam a esfera pública, os assuntos políticos e intelectuais estariam sob seu comando e a eles cabiam as tomadas de decisão. Essas personagens constituiriam, no romance, o centro irradiador das idéias que influenciavam práticas sociais. Logo, percebemos a discussão sobre o sistema escravocrata, suas possíveis resistências e críticas perpassando principalmente as falas dos homens da elite ao longo do romance.

A crítica à escravidão enquanto sistema que corrompia a sociedade, criando práticas cotidianas desumanas, como os maus tratos aos escravos e preconceitos arraigados contra qualquer pessoa que tivesse alguma ligação sanguínea com negros, é perceptível no texto de Aluísio, independentemente da edição lida e estudada. Observamos, porém, que, na primeira edição, a crítica à escravidão se apresenta de forma mais enfática e polêmica, com uma ligação mais próxima ao discurso abolicionista de fins do século XIX.

Nas páginas excluídas da segunda edição, há um diálogo entre Manuel e Raimundo que expressa o posicionamento diverso e polêmico sobre a escravidão e a abolição existente naquele momento. Manuel, porta-voz das elites tradicionais, apoiava-se no governo imperial e nos preceitos católicos para defender interesses dos senhores escravocratas; já Raimundo se apresentava como porta-voz de idéias republicanas e abolicionistas.

Manuel Pescada, próspero comerciante de São Luís residente na Rua da Estrela, local de intenso movimento comercial e de morada da elite comercial da cidade, enriquecera principalmente após a morte de seu irmão José da Silva, pai de Raimundo, possivelmente por ser ele responsável por administrar os bens de seu sobrinho até que este atingisse a maioridade. Figura fortemente influenciada pelo cônego Diogo, aparenta fragilidade na defesa de seus posicionamentos, conforme observamos na passagem abaixo:

¹⁶⁰ DRESCH, Graciela. **A representação da identidade nacional em figuras femininas de Aluísio Azevedo**. Universidade Federal de Santa Maria (Mestrado em Letras). Santa Maria, 2005, p. 40.

O conego, despertou.

- Padre?!

Era a vontade do José...

Ora, deixe-se disso! retrucou Diogo, levantando-se com impeto. – Nós já temos por ahi muito padre de côr!

- Mas compadre, venha cá, não é isso...

Ora o que, homem de Deus, E' só ser padre! Ser padre! E no fim de contas estão se vendo, as duas por três, superiores mais negros que as nossas cozinheiras![...] o governo deveria proibir aos cabras certos mistéres.

[...] Não diga asneiras! Pois você queria ver sua filha confessada, casada por um negro? Você queria, seu Manuel, que a dona Anica beijasse a mão de um filho da Domingas? Se você viesse a ter netos queria que eles apanhassem palmatoadas de um professor mais negro que esta batina? Ora, seu compadre, você as vezes até me parece tolo!

Manuel abaixou a cabeça, derrotado¹⁶¹.

Manuel possuía escravos e entendia a escravidão como prática lícita. Para ele, “o que é verdade é que a escravatura é autorizada por lei”¹⁶², logo, não seria passível de discussão. O escravo era uma propriedade como outra qualquer, além do mais, também defendia que o “serviço da lavoura, cá pelo norte pelo menos, é só possível ao negro”¹⁶³.

Na segunda metade do século XIX, observou-se uma mudança do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste, com destaque para a cultura cafeeira do Sudeste, o que contribuiu para a entrada de imigrantes, bem como para acentuar o tráfico interprovincial de escravos, principalmente num momento de crise da escravidão. Assim, a mão-de-obra escrava representava uma das poucas “tábuas de salvação” dos escravocratas do Norte, que, à beira da falência, encontravam na venda de seus escravos para o Sul uma forma de camuflar a crise.

Tendo em vista a crise das plantações do Nordeste nesse período, como foi o caso da cultura algodoeira no Maranhão¹⁶⁴, muitos escravocratas dessa região temiam mais ainda pela abolição da escravatura, principalmente se esta viesse a ser realizada sem indenizações, pois, não podendo contratar imigrantes, tendo nos escravos uma de suas poucas fontes de renda, a abolição apressaria, na visão dos escravocratas, o processo de falência que já estava em andamento.

¹⁶¹ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 31.

¹⁶² AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 1. ed. Maranhão: Typografia do Paiz, 1881, p. 282.

¹⁶³ *Id., ibid.*, p. 282.

¹⁶⁴ Ver: RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão 1850-1888**. São Luís: SIOGE, 1990.

O personagem Manuel representa os interesses dessa elite tradicional e decadente que, mesmo fazendo críticas ao trabalho escravo, como sendo um serviço de péssima qualidade, que degradava moralmente a família, não abria mão da escravidão. Raimundo, por sua vez, é o personagem usado para tecer uma crítica embasada em idéias do movimento abolicionista, crítica essa que, apesar de não ser muito evidenciada ao longo da obra, fica mais aparente nas passagens existentes na primeira edição de *O mulato*.

Aluísio defende a tese da educação moderna como mecanismo possível de mudança social. Daí ressaltar a importância da educação feminina e trazer como porta-voz dessas idéias o personagem Raimundo, “homem miltrado”, como dizia o cônego Diogo, alguém que estudou em Coimbra, conhecia quase toda a Europa, possuidor de hábitos requintados e que, ao chegar à sua “provinciazinha”, tinha respaldo para defender essas idéias modernas. Para Raimundo, o não investimento na educação seria uma estratégia do governo, com apoio da Igreja, para melhor exercer a manipulação social. Em diálogo com Manuel, argumenta que o governo deveria

Impor a escola como lei, multa aos infratores e prisão no caso de renitência! Mas é que ao governo não convém isso!

- Porque?

- Por uma razão muito simples – porque á forma do governo que nos rege não convém a verdadeira instrução das classes baixas. Onde iria parar a metaphisica e o mysticismo de nossa constituição, si não fosse a ignorancia e o mysticismo do povo? Creia, senhor Manuel, que, no dia em que o povo conhecer seus direitos e seu valor, baqueia com todas as nossas velhas instituições catholicas e absurda, mas por enquanto...¹⁶⁵

Nessa concepção, monarquia, Igreja e escravidão representam, no romance, instituições que fortaleciam a ignorância da nação, estando a luta pela abolição intimamente ligada a uma nova postura frente ao modo de governar. A escravidão é entendida como um erro dos tempos da colonização portuguesa, constituindo-se, desde então, enquanto crime, um roubo contra a liberdade do homem. Desse modo, Raimundo questionava: “O senhor não considera um roubo escravizar um homem? Não acha pelo menos que o ladrão que levasse sua carteira era menos criminoso do que o que levasse sua liberdade?”¹⁶⁶.

¹⁶⁵ AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. 1. ed. Maranhão: Typografia do Paiz, 1881, p. 275-276.

¹⁶⁶ *Id., ibid.*, p. 280.

A idéia da escravidão como crime era divulgada pelo movimento abolicionista, que, a partir da segunda metade do século XIX, principalmente nas décadas de 1870 e 1880, ganha maior propagação, em especial nas capitais brasileiras. Destacam-se, nesse momento, nomes como o do abolicionista Joaquim Nabuco¹⁶⁷; em seus livros, encontramos posicionamentos sobre a escravidão muito parecidos com os defendidos em *O mulato*. No livro *A escravidão*, escrito por Nabuco por volta de 1870 e publicado incompleto postumamente pela Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, no ano de 1949, o referido autor expõe o seguinte argumento: “A ocupação do homem pelo homem chama-se pirataria, despotismo, escravidão, assassinato: não se chama propriedade [...] Temos portanto uma propriedade baseada em um crime, e essa posse criminosa por uma prescrição legal muito rápida convertida em domínio”¹⁶⁸.

O sistema escravocrata era criticado em suas bases: questionava-se o direito à propriedade escrava. Nabuco entendia que, nesse caso, existiam dois aspectos em discussão: se a escravidão era legalmente aceita pelo Estado, logo era o Estado que teria de prestar contas aos senhores; por outro lado, não era em razão dessa suposta legalidade que a propriedade escrava deixaria de ser um crime, pois violava o direito natural do homem à liberdade¹⁶⁹.

Nabuco era considerado um abolicionista moderado, favorável à abolição, defendendo suas idéias no parlamento, dirigindo-se aos senhores, pois não acreditava que os escravos pudessem interferir diretamente no processo abolicionista. Para ele, essa era uma decisão que cabia à elite resolver. Emília Viotti da Costa destaca que abolicionistas como Luiz Gama¹⁷⁰ chegaram a defender opiniões mais ortodoxas para a época; segundo a autora, Gama, “já em 1870, argumentava, em defesa de um escravo

¹⁶⁷ Joaquim Nabuco nasceu em Recife, em 1843. Pertencente à elite local, estudou na Faculdade de Direito de São Paulo onde participou ativamente de mobilizações favoráveis à abolição. Foi eleito para o parlamento, onde continuou a lutar pela causa abolicionista.

¹⁶⁸ NABUCO, Joaquim. **A escravidão**. Recife: FUNDAJ; Massangana, 1988, p. 34.

¹⁶⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 35.

¹⁷⁰ Luiz Gonzaga Pinto Gama nasceu em 1830 na cidade de Salvador, filho da negra livre Luíza Mahin com um fidalgo baiano. Vendido ilegalmente como escravo pelo pai, conseguiu provas dessa ilegalidade apenas aos 18 anos, quando conquistou sua liberdade. Lutou em diferentes frentes contra a escravidão, foi advogado provisionado, jornalista e escritor de poemas como os publicados no livro **Primeiras trovas burlescas de Getulino**. Como destaca Elciene Azevedo (1998), nesses poemas Gama faz uma denúncia contra a discriminação racial e não deixa de abordar o fato de ter sido escravo, fazendo uma crítica inclusiva ao próprio “mundo letrado”, em que muitos julgavam o valor literário pelo critério racial e não pelo estético (AZEVEDO, Elciene. “Lá vai verso!”: Luiz Gama e as Primeiras trovas burlescas de Getulino. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). **A história contada**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 149.

que mata o senhor, o mata em legítima defesa”¹⁷¹. Esse posicionamento também é perceptível nos questionamentos levantados no livro de Aluísio, como a seguinte fala de Raimundo:

E será razoável condenar um escravo por ter matado o senhor? Ainda mesmo que esse escravo estivesse no seu juízo perfeito? Para que o escravizaram? Para que fizeram de um homem uma besta? As bestas feras não são responsáveis pelos seus actos! E demais, na minha fraca opinião, foi um crime por crime – um escravizou, o outro matou – ficamos quites!¹⁷²

Raimundo chegava, em alguns momentos, a incentivar que os escravos revidassem fisicamente aos maus tratos sofridos, com o objetivo de dar uma lição no governo, por este não acabar com a escravidão:

Quer que lhe diga com franqueza qual é a minha opinião a esse respeito e quais seriam os conselhos que daria a um escravo?! Não seja tolo! – quando o homem que se diz teu senhor, for-te ao pello, responda-lhe com uma bofetada e cospe-lhe nas ventas [...] – faze o que fez o escravo do João Homem – enterra-lhe dous palmos de ferro na barriga. Mata-o!¹⁷³

Essas idéias, apontadas num momento específico do romance, não são abordadas na obra como um todo. *O mulato* pouco mostra a reação dos escravos aos maus tratos. Evidencia, sim, o significado desse comportamento para as senhoras e os senhores pertencentes à elite escravocrata. Assim, através desse posicionamento, Raimundo não estava defendendo uma revolução de escravos; pelo contrário, acreditava que essas atitudes isoladas chamariam a atenção do governo para tomar algum posicionamento quanto à questão ou, pelo menos, que, enquanto não fosse abolida a escravidão, medidas alternativas fossem tomadas para minimizar problemas advindos da escravidão. Propunha, então:

Quanto não se pudesse fazer a independência logo, decretassem-se leis enérgicas, que ampliassem mais a do ventre livre, por exemplo – remeter logo os negros africanos para a pátria – isso seria justa; decretar que ficava livre todo e qualquer escravo por morte de senhor; não consentir vendas, nem trocas, nem herança, forçadas ou indirectas, de escravos, etc., etc. – isto si não é legal, era ao menos justo!...¹⁷⁴

¹⁷¹ COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: Global, 2001, p. 74.

¹⁷² AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 1. ed. Maranhão: Typografia do Paiz, 1881, p. 277.

¹⁷³ *Id. ibid.*, p. 279-280.

¹⁷⁴ *Id. ibid.*, p.282-283.

Nas falas de personagens como Raimundo e Manuel, dentre outros, Aluísio dá visibilidade à discussão em torno da escravidão e da abolição presentes na época em que publica a obra. Observamos que, na primeira edição, conforme destacamos em passagens acima citadas, o romance é mais enfático na crítica à escravidão e entendemos que, nas páginas suprimidas, há um discurso mais combativo e engajado do autor em relação à escravidão.

Essas passagens se situam também num momento estratégico da obra: aparecem quando Raimundo, mesmo sem saber, entra em contato com suas origens, ocasião em que conhece o lugar em que nasceu e encontra sua mãe. O momento posterior é aquele em que Raimundo pede a mão de Ana Rosa em casamento e, finalmente, fica sabendo de sua origem escrava devido à negativa do pedido vinda de seu tio Manuel. Este justificava que não poderia casar sua filha com um homem “de cor”, motivo de vergonha para sua família e de não aceitação social. Essas passagens ocorrem num ponto central do desenrolar da trama e, em nossa leitura, fortalecem a crítica à escravidão presente na obra. Também entendo que o fato de o autor usar a figura de Raimundo, um mestiço que, apesar de estudado, é discriminado socialmente, não pela cor em si, mas por sua origem, insere as personagens numa problemática que estava sendo ponto central nas discussões científicas e literárias do século XIX – a questão da influência da mestiçagem na constituição da nação.

2.3 Mistura racial, saída nacional

Num momento em que se acreditava na existência de raças que distinguiam as pessoas e moldavam suas características internas e externas, sendo qualquer resquício de negritude motivo de preocupação, enfatizar o mestiço era colocar em discussão questões latentes na sociedade. Dessa forma, a obra *O mulato*, através de sua narrativa, dá a ler várias dessas problemáticas. Para fazer essa leitura, portanto, seguiremos a história do mulato Raimundo, tendo em vista que pretendemos pensar a formulação dessas representações através da obra literária.

O personagem de Raimundo é um dos mais bem elaborados pelo autor, não por ser descendente de negros, mas por ser um mulato que em quase nada lembrava sua origem escrava, nem em seus traços corpóreos, nem nos seus modos de comportamento. Aparece como símbolo possível do que, no futuro, poderia ser “um typo

verdadeiramente brasileiro”¹⁷⁵. Segredos não revelados, palavras ditas pela metade, indiretas – tudo isso fazia parte de um “quebra-cabeça” que culminava na origem de Raimundo e encobria perguntas sem respostas que o acompanhavam desde a mais tenra idade. Segundo a descrição que lhe é feita, ele seria

[...] um typo acabado de brasileiro, se não foram os grandes olhos azues, que puxara do pae. Cabellos muito pretos, lustrosos e crespos; tez morena e amulatada, mas fina; dentes claros que reluziam sob a negrura do bigode; estatura alta e elegante; pescoço largo, nariz direito e fronte espaçosa. A parte mais característica da sua phisionomia eram os olhos – grandes, ramalhudos, cheios de sombras azues; pestanas eriçadas e negras, palpebras de um roxo vaporoso e humido; as sobrancelhas, muito desenhadas no rosto, como a nankim, faziam sobresahir a frescura da epiderme, que no lugar da barba raspada, lembrava os tons suaves e transparentes de uma aquarella sobre papel de arroz¹⁷⁶.

Num país havia muito tempo miscigenado como o Brasil¹⁷⁷, Raimundo passava tranqüilamente por um “branquinho nacional”¹⁷⁸, não só no Brasil, mas em sua longa estada pela Europa, aonde foi estudar aos cinco anos de idade, retornando aos vinte e seis. Nem em seus traços físicos nem comportamentais indicava a sua temida origem escrava.

Raimundo, filho de um português com uma de suas escravas chamada Dominga, herdou a herança do pai, estudou nas melhores universidades européias, viajou bastante, conheceu mundo afora, formou-se em Direito e voltou ao Brasil para seguir carreira. Seu destino final era a Corte, que parecia um destino simples e facilmente traçado, porém tinha que voltar ao Maranhão liquidar negócios e tentar desvendar seu passado. Veio ao encontro do espelho que constantemente lhe era oferecido, cujo reflexo exterior não fora capaz de transmitir a mensagem latente a ser desvendada. Só posteriormente entenderia o que Amância queria dizer quando lhe falou “Mire-se! Quer um espelho?!”¹⁷⁹.

¹⁷⁵ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 1. ed. Maranhão: Typografia do Paiz, 1881, p. 50.

¹⁷⁶ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 47-48.

¹⁷⁷ Segundo o censo de 1872, na província do Maranhão, “em relação às raças, são livres: 52.267 brancos, 71.662 pardos, 12.504 pretos e 5.509 caboclos; 51.246 brancas, 72.699 pardas, 12.780 pretas e 54.340 caboclas; escravos: 11.679 pardos e 25.210 pretos, 11.652 pardos e 26.398 pretas” (SENRA, Nelson de Castro. **História das estatísticas brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 434.

¹⁷⁸ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 116.

¹⁷⁹ *Id. ibid.*, p. 168.

Raimundo percebeu a repulsa à sua figura logo que chegou à cidade. Apesar de, em grande parte da obra, não saber precisamente o motivo dessa repulsa, Raimundo a percebia. Olhares atravessados, convites não feitos, portas fechadas – tudo isso ajudava a compor o quadro de exclusão social que passou a sentir. Raimundo era parte daquela sociedade, sabia que tinha raízes lá, que seu dinheiro vinha daquele meio, porém, a cada dia que passava e com o aumento da ojeriza à sua pessoa, percebia que era marcado pela diferença.

Todo o segredo que estranhamente rondava Raimundo veio à tona quando ele se envolveu afetivamente com sua prima Ana Rosa, senhorita da elite maranhense, branca, descendente de portugueses, filha de ilustre comerciante da cidade cuja família sonhava com um casamento “digno” de sua posição social e sanguínea. É no momento em que Raimundo tem a negativa do pedido de casamento com sua prima Ana Rosa que fica sabendo de sua origem escrava, por intermédio de seu tio Manuel:

- Recusei- lhe a mão de minha filha, porque o senhor é... é filho de uma escrava...

- Eu?!

- O senhor é um homem de cor!... Infelizmente está é a verdade...

Raimundo tornou-se lívido. Manuel prosseguiu, no fim de um silêncio:

- Já vê o amigo que não é por mim que lhe recusei Anna Rosa, mas é por tudo! A família de minha mulher sempre foi muito escrupulosa a esse respeito, e como ella é toda a sociedade do Maranhão! Concordo que seja uma asneira; concordo que seja um prejuízo tolo! O senhor porem não imagina o que é por cá a prevenção contra os mulatos!...¹⁸⁰

Raimundo viveu grande parte de sua história nesse emaranhado contraditório que o formava, com o branco e o negro a pulsar e a brigar no seu interior. O meio e as pressões em que estava envolto influenciaram suas ações no romance: quanto mais próximo de suas origens ligadas à escravidão, mais esse personagem é apresentado como feio e triste. Logo que deixou de viver ao lado de sua mãe, a negra Domingas, e passou a viver com a família de seu pai, “Raymundo, de feio que era, tornou-se uma criança forte, sã e bonita”¹⁸¹. E assim Raimundo prossegue sendo descrito, à moda mais romântica que naturalista, apresentando uma suposta superioridade intelectual, física e moral que só é novamente abalada ao entrar em contato com o preconceito racial da sociedade maranhense.

¹⁸⁰ *Id. ibid.*, p. 240.

¹⁸¹ *Id. ibid.*, p. 56.

Aos ditos “homens de cor” libertos ou nascidos livres, carregar as marcas da cor da escravidão significava, mesmo não sendo eles cativos, continuar sofrendo os estigmas da escravidão. O discurso científico de fins do século XIX, ao corroborar e defender a tese da inferioridade do negro¹⁸² e de seus descendentes, contribuía para marcar a diferença e o território de atuação desses homens e mulheres na sociedade escravocrata.

Numa sociedade em que “preto é preto, branco é branco, nada de confusões”¹⁸³, ser mulato representava uma ameaça e gerava uma repulsa, era uma forma de a elite não apenas dar ao outro um espelho para que ele se enxergasse, mas era também uma forma de essa mesma elite se ver refletida no outro pelo qual tinha repulsa. O mulato era parte do que ele mesmo desprezava – o negro –, mas também parte do branco que o excluía.

O romance naturalista, com sua preocupação com o social, incorporava em seu enredo problemáticas da época. Uma questão posta naquele momento e trabalhada também através da linguagem literária é a influência da miscigenação nos destinos do país, quando se acreditava, com respaldo no pensamento científico, que o negro era uma raça inferior e que o país, para se tornar civilizado, à moda européia, deveria afastar-se o máximo possível de tudo que lembrasse a África, continente bárbaro, e, conseqüentemente, a escravidão.

No caso do Brasil, o problema percebido por muitos estudiosos que, com base nas teorias raciais, estudavam a nação é que um país altamente miscigenado como o Brasil não poderia ser explicado apenas pelo binômio preto versus branco. Logo, com base nessa constatação, aprofundaram-se os estudos em torno dos mestiços e da miscigenação. Dentre eles, destacam-se autores como Sílvio Romero, em sua *História da literatura brasileira*, e João Batista Lacerda, com sua tese *Os méfis*. Em relação às obras literárias, podemos citar, além de *O mulato* (1881) e *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, *O cacaualista* (1876), de Inglês de Sousa, e o *O bom-crioulo* (1895), de Adolfo Caminha.

¹⁸² Segundo Yvonne Maggie após a abolição da escravidão, o termo negro, ganha um distintivo, pois, “foi nesse período que o termo *negro*, e não *preto*, passou a ser usado na literatura especializada, definindo aqueles que eram biologicamente inferiores aos brancos” (MAGGIE, Yvonne. “Aqueles a quem foi negada a cor do dia”: as categorias cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.) **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCUZ / CCBB, 1996, p. 227.

¹⁸³ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 266.

Em fins do século XIX, fazia-se uma “representação mestiça” do país e, frente a essa representação, a questão do cruzamento das raças se tornava um aspecto central para a compreensão dos destinos da nação:

O desafio de entender a vigência e absorção das teorias raciais no Brasil não está, portanto, em procurar o uso ingênuo do modelo de fora e enquanto tal desconsiderá-lo. Mais interessante é refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país¹⁸⁴.

As teorias raciais do século XIX, em suas diferentes correntes, tinham em comum pensar o negro segundo a perspectiva da inferioridade em relação ao branco, porém apresentavam distintas formas de refletir sobre essa relação. Brookshaw destaca que, sob o rótulo genérico de positivismo, estavam agrupadas perspectivas distintas de analisar a questão racial. Estudando a influência do positivismo e do darwinismo social, o autor destaca que os positivistas apresentavam uma postura mais conciliatória, enfatizavam as diferentes “qualidades” presentes nas raças, acreditando ser a afetividade e a passividade características intrínsecas dos negros. Segundo o referido autor, essa perspectiva de análise contribuiu para que muitos intelectuais negros¹⁸⁵ fizessem uso, na literatura, do “estereótipo do negro fiel, a fim de defender sua raça e ilustrar as qualificações que ela possuía para entrar na pequena burguesia”¹⁸⁶.

Os darwinistas sociais entendiam como primordial o fator raça. Baseada na idéia de seleção natural, sobreviveriam os mais fortes, estando os mais fracos fadados a desaparecer em razão da competição. Com base nessa teoria, “o negro era considerado um elemento subjugado na sociedade brasileira”¹⁸⁷. Nessa perspectiva, a miscigenação, com o predomínio gradual dos brancos, apresentava-se como uma saída possível:

A respeito da raça, os darwinistas sociais a consideravam um fator primordial de desenvolvimento: os Estados Unidos eram industrialmente poderosos, eram racialmente superiores, enquanto o Brasil, com sua vasta população negra e mista estava destinado ao subdesenvolvimento, a menos que pudesse purificar-se em termos étnicos¹⁸⁸.

¹⁸⁴ SCHWARCZ, *op. cit.*, 1993, p. 19.

¹⁸⁵ Dentre esses literatos estão: Lima Barreto, Manuel Querino e Hemetério José dos Santos.

¹⁸⁶ BROOKSHAW, *op. cit.*, p. 55.

¹⁸⁷ *Id. Ibid.*, p. 51.

¹⁸⁸ *Id. ibid.*, p. 51.

Um impasse era criado para a elite intelectual brasileira: se, por um lado, as teorias raciais condenavam a mistura racial e traziam em seu bojo um significado negativo e pessimista, relacionando a palavra miscigenação à idéia de povo degenerado, por outro, a questão da miscigenação devia também encontrar uma saída viável, pois, ao mesmo tempo em que não se podia negar essa realidade no país, desejava-se construir uma identidade nacional baseada na imagem de progresso, o que se tornava um problema.

Lilia Moritz Schwarcz escreveu sobre o modo como as teorias raciais no Brasil fizeram uso de abordagens distintas para legitimar idéias locais, atualizando o que combinava e descartando o que poderia ser problemático para a construção de uma argumentação racial para o país. Ao estudar a influência do darwinismo e do evolucionismo, a autora ressalta, por exemplo, que do darwinismo social se adotou o suposto da diferença e da hierarquia entre as raças. Sem se problematizarem as implicações negativas da miscigenação e do evolucionismo social, sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas estavam em constante evolução, obscurecendo a idéia de que a humanidade era uma¹⁸⁹.

Enfatizar a diferença entre as raças era fundamental para a elite nacional, que construiu sua riqueza e seu poder com base nessa diferença e, de certa forma, a manutenção dessa idéia representava uma maneira de legitimar e postergar seu poder. Não sendo possível ocultar a figura do negro e sua influência nesse processo, a saída posta por muitos estudiosos brasileiros, nesse momento, foi o branqueamento. De acordo com Thomas Skidmore,

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e “menos adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser uma inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas¹⁹⁰.

¹⁸⁹ Cf. SCHWARCZ, *op.cit.*, p. 18.

¹⁹⁰ SKIDMORE, *op.cit.*, p. 81.

Desse modo, o autor aponta que, implícita à tese do branqueamento, estava uma visão radical e otimista, pois nessa tese estava presente o pensamento de que a miscigenação tornaria a população mestiça cada vez mais branca cultural e fisicamente.

A busca de soluções para a questão da miscigenação passou a ser um dos motivadores dessa elite intelectual brasileira que pensava a questão racial como fundamental para entender o futuro da nação. Nessa perspectiva, destacam-se estudiosos como o já acima referido Sílvio Romero, que, através de uma postura combativa, defendia que a literatura deveria se voltar ao popular e ao estudo da realidade nacional, valorizando mais o processo histórico criador da literatura brasileira que o mérito artístico da obra. Desse modo, Romero problematizava a questão racial, influenciando outros intelectuais na reflexão da realidade local.

Para esse mesmo autor, meio, raça e cultura são princípios básicos, “nele, o princípio biológico da raça aparecia como um denominador comum para todo o conhecimento. Tudo passava pelo fator raça, e era a ele que se deveria retornar quando o que se buscava explicar era justamente o futuro da nação”¹⁹¹. O negro assume destaque em seus estudos, é apresentado como um elemento importante na miscigenação brasileira, porém representa também um elemento que, na visão do autor, deveria desaparecer gradualmente no processo de miscigenação. É nessa percepção de bases darwinistas que consiste o otimismo por vezes perceptível no pensamento de Romero em relação ao país na posterioridade. Desse modo, afirmava:

Sabe-se que na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós, das raças puras a mais numerosa, pela imigração européia tem sido e tende ainda mais a sê-lo, a branca [...] Dentro de dois ou três séculos, a fusão étnica estará talvez completa e o brasileiro mestiço bem caracterizado¹⁹².

Dante Moreira Leite aponta que, para Sílvio Romero, a História do Brasil não seria nem a história dos portugueses nem a dos tupis ou a dos negros isoladamente, mas sim a história de um novo tipo, que seria o mestiço, resultado de fatores como: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imigração estrangeira. Assim, para Romero, o cruzamento seria não só físico, mas de sentimentos e idéias¹⁹³.

¹⁹¹ SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 153-154.

¹⁹² ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943, p. 85.

¹⁹³ LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 186-187.

A discussão em torno da questão racial não se limitou às páginas dos livros científicos, dos bancos das universidades, das estratégias políticas, mas encontrou também na literatura uma forma de elaborar reflexões. Poderia ser uma preocupação desnecessária pensar que os autores naturalistas, estudando a realidade com base em preceitos científicos aceitos na época, criassem os perfis dos seus personagens negros e mestiços, seguindo à risca uma ou outra teoria racial em voga no momento. Porém, percebemos uma profusão de diversificadas idéias que, juntamente com a perspectiva e a capacidade inventiva de cada autor, inserem seus textos em problemáticas que perpassavam as teorias raciais. Desse modo, diferentes interpretações raciais se fundem e se confundem no agir dos personagens.

Na obra *O mulato*, a figura do mestiço é apresentada com um misto de pessimismo e otimismo, perpassando uma relação interior enigmática em sua caracterização. Essa relação fica visível no modo como Ana Rosa se sentia atraída pela contradição formadora de Raimundo. Conforme o narrador, a moça

Entontecia de pensar nele, o *hybridismo daquela figura*, em que distinção e fidalguia do porte se harmonisavam caprichosamente com a rude e orgulhosa fraqueza de um selvagem, produzia-lhe na razão o efeito de um vinho forte, mas de uma doçura irresistível e trahidora; ficava estonteada; perturbava-se toda com a lembrança do contraste daquela phisionomia, com a expressão contraditória daquelles olhos, supplicantes e dominadores. A um tempo sentia-se vencida e humilhada defronte daquelle myto; reconhecia-lhe certo imperio, certa preponderancia, que jamais descobrira em ninguem; quanto mais o comparava aos outros, mais o achava superior, único, excepcional¹⁹⁴ (grifo meu).

O mulato, por não pertencer a nenhuma raça específica, era visto então como uma figura enigmática, ambígua, que causava em si e nas pessoas que o cercavam reações contraditórias. Aos olhos de Ana Rosa, Raimundo era um homem elegante, de porte europeu, que possuía doçura, expressão dominadora, e ao mesmo tempo era também um selvagem e traidor. Todas essas características contrastavam no personagem, evidenciando a diversidade racial com a qual era formado. Sobre a figura do mulato recaía também uma carga de sensualidade, que atraía as mulheres e demonstrava, no romance, a hipocrisia da sociedade local:

¹⁹⁴ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 106-107.

Não lhe chegava ás mãos um só convite para baile ou para simples saráo; cortavam muita vez a conversação quando elle se aproximava; tinham escrupulo em fallar na sua presença de assumptos, aliás, innocentes e communs [...] Todavia uma circumstancia o intrigava, e era que, se os chefes de família lhe fechavam a casa, as moças não lhe fechavam o coração; em sociedade o repeliam todas, isso é exato, mas em particular o chamavam para a alcova. Raymundo via-se provocado por varias damas, solteiras, casadas e viúvas, cuja leviandade chegava ao ponto de mandarem-lhe flores e recados, que ele fingia não receber, porque, no seu character educado, achava a coisa ridicula e tôla¹⁹⁵.

Raimundo é moldado pelo narrador de forma bipolar: os aspectos positivos estavam relacionados à raça branca; em compensação, os traços da raça negra eram tratados de modo pejorativo, mostrando que o romance fazia uma crítica à intolerância racial na sociedade maranhense. Trata-se, porém, de uma crítica inserida num contexto em que se pensava a questão racial sob a perspectiva da inferioridade do negro.

Algumas expressões usadas em passagens do romance, como “Deus te faça branca”¹⁹⁶, “brancura daquelle caráter”¹⁹⁷, “com as negras côres da sua experiencia”¹⁹⁸, nos inserem num vocabulário possivelmente coloquial naquela sociedade oitocentista, que tinha nos brancos o modelo do bom e do belo. Não é a toa que Raimundo, mulato símbolo no romance, tem sua descrição dentro dos padrões esperados pela sociedade de elite e distante do estereótipo criado para os negros, que eram associados a coisas ruins, reforçando o estereótipo de negatividade da raça, que identificava o negro com o mal.

Para Raymond Sayres, Raimundo vem representar no romance a perspectiva de que “um mulato inteligente e educado é superior a um branco preconceituoso”¹⁹⁹. Assim, não é qualquer mulato²⁰⁰ que tem condição de competir com um branco, ele tem que seguir um determinado padrão para ser aceito, assim como a sociedade tem que se despir de preconceitos para aproveitar o potencial dos mestiços. Frente a essa interpretação da mestiçagem, Aluísio faz uma crítica ao fechado e preconceituoso meio ludovicense, marcado pela hipocrisia e pela falta de moral que, voltada para práticas e comportamentos do passado, dificultava a aceitação dos mulatos.

¹⁹⁵ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 118.

¹⁹⁶ *Id. ibid.*, p. 217.

¹⁹⁷ *Id. ibid.*, p. 242.

¹⁹⁸ *Id., ibid.*, p. 250.

¹⁹⁹ SAYERS, Raymond S. **O negro na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1958, p. 419.

²⁰⁰ No romance, percebemos esse posicionamento por parte do autor devido à ênfase dada ao mulato de elite. Outros personagens mulatos, que viviam um cotidiano próximo do mundo dos escravos e da população livre pobre, não recebem maiores destaques. Em obras posteriores de Aluísio Azevedo, como *O cortiço*, a população mestiça será abordada com maior riqueza de detalhes.

A meu ver, o romance defende a integração do mulato na sociedade, o que seria uma condição para que um país miscigenado alcançasse o progresso. Daí apresentar os prejuízos sofridos num ambiente fechado e preconceituoso como o maranhense, no qual, mesmo não sendo a presença do mestiço fato raro, inclusive nas “altas” rodas da sociedade, fazia-se questão de ignorar sua presença. O diálogo entre comerciantes de São Luís sobre os mestiços expressa esse posicionamento que perpassa a obra:

Habilidade?... – segredou o outro, com mysterio de quem revela coisa prohibida. – Talento! Digo-lhe eu! Esta raça crusada é a mais esperta de todo o Brasil! Coitadinho dos brancos se ella pilha uma pouca instrução e resolve fazer uma chinfrinada. Então é que vae tudo pelos ares! Felizmente não lhe dão muita ganja!²⁰¹

Raimundo é apresentado sob perspectivas contraditórias, mas que mostravam, em sua representação, certa coerência. Se o personagem, por um lado, apresenta uma imagem de homem bonito, inteligente e engajado em problemáticas sociais, como a luta pela abolição, por outro lado passa também a imagem, como destaca Dresch, de ser “um elemento fraco no romance. Ainda que suas qualidades sejam exaltadas ao longo da obra, Raimundo parece subjugado pelos mais fortes, como postula a teoria da seleção natural de Darwin”²⁰².

A fraqueza de Raimundo fica evidente quando, ao descobrir sua origem escrava, mesmo sendo um crítico do preconceito racial que marcava a sociedade maranhense, não tem forças para reagir à repulsa social de que era alvo e, mesmo tendo um discurso pronto para justificar a tacanhez da mentalidade escravocrata, sente-se vencido pelo meio. É nesse momento que sua paixão por Ana Rosa aflora com maior intensidade, por enxergar em sua prima uma superioridade que o atrai com maior força. Nessa atitude pode-se ler a tese de que o elemento de raça inferior tem atração pelo de raça superior:

E sentiu um grande desejo, uma necessidade de amar, de ser amado – formar família, e um abrigo onde se pudesse esconder da maldita sociedade! Mas só queria para junto de si Anna Rosa – desejava-a como por um direito e, conhecendo a supposta superioridade della, exigia-a com muito mais ardor²⁰³.

²⁰¹ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 262.

²⁰² DRESCH, *op. cit.*, p. 69.

²⁰³ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 1ed. Maranhão: Typografia do Paiz, 1881, p. 325.

Aluísio mantém em seu texto a perspectiva de diferença entre as raças, enfatizando o branqueamento como uma saída viável para a formação da nação²⁰⁴. Esse posicionamento pode ser observado pelo desenvolver da atuação de alguns personagens, como, por exemplo, Domingas, escrava e negra retinta que encontrou em José da Silva uma segurança, pois, enquanto sua amante, ela e seu filho tinham tratamento diferenciado em relação aos outros escravos. Domingas é retratada no romance como uma personagem fraca e vulnerável, que trai os outros negros e enlouquece com as maldades de Quitéria. Mas é do relacionamento informal, mantido com seu dono, que nasce Raimundo, mulato que puxara ao pai e em quase nada lembrava a sua mãe.

A concretização do amor do mulato Raimundo e sua prima Ana Rosa, na figura de uma criança, representaria, então, um novo melhoramento da raça, o que não se concretiza devido às intrigas tramadas pelos ludovicenses – a avó beata, que abominava negros; o cônego, que incentivou o assassinato de Raimundo; o disfarçado português Dias, que escondia a maldade em sua cara de piedade; e o próprio Manuel, que, mesmo achando asneira e tolice não casar sua filha com Raimundo por este ser mulato, não tinha coragem de enfrentar os preconceitos da sociedade da qual fazia parte.

Ana Rosa acaba sendo influenciada pelo meio: casa-se por conveniência com um comerciante português, como seu pai, tem filhos e assume, então, a postura que era esperada para uma dama de uma posição social como a sua – casar-se de acordo com o gosto da família, com um homem que podia dar continuidade aos negócios de seu pai e que, independentemente de outrora lhe ter causado repugnância, resumindo Dias no início do romance como “um homem que não tem coragem de comprar uma escova de dentes!”²⁰⁵, torna-se uma esposa fiel e dedicada ao marido e a seus filhos.

A não aceitação do mulato está associada, no romance, à idéia de sociedade atrasada, aspecto que o autor deixa visível ao retratar os costumes e falsidades presentes na dita “Atenas brasileira”. Ao mesmo tempo em que Aluísio tece uma crítica ao preconceito racial, aponta também como esse preconceito está associado a antigas e tradicionais instituições como a Igreja, a escravidão e o governo imperial:

²⁰⁴ Conforme destaca Manoel Guimarães, do conceito de nação ficaram excluídos índios e negros, por não serem portadores da noção de civilização, ficando esse conceito restrito aos brancos, carregando consigo forte marca excludente e depreciativa do “outro”, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento de sua construção (GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Nação e civilização nos trópicos**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7, 1988.

²⁰⁵ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 42.

Ah! Mas um dia esse governo que não teve intelligencia de seus deveres, pagará bem cara a vergonha incúria.

- Quando do ventre livre rebentar uma nova geração de parias, mulatos, livres, inteligentes e repudiados pela velha sociedade dos brancos, quando vierem esses leões – então segure-se bem o governo no seu throno, porque essa geração há de devoral-o! – E será bem feito!²⁰⁶

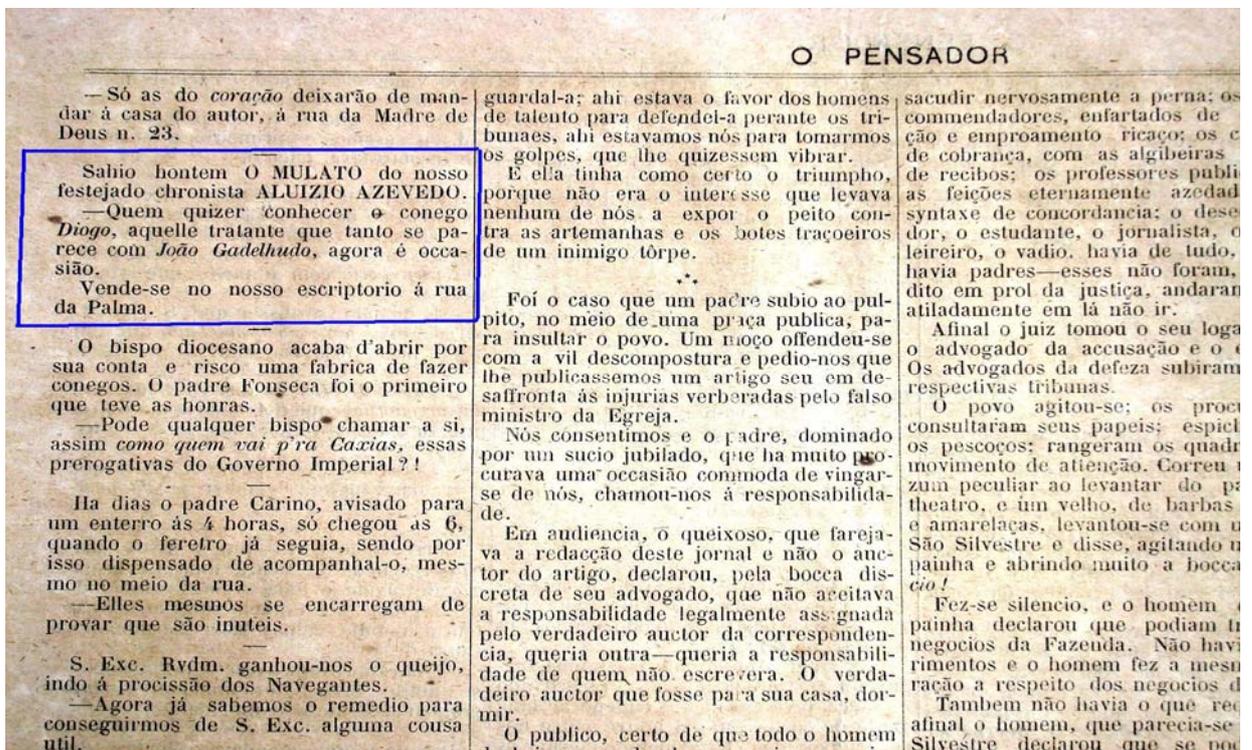
A figura do mulato engendra representações ambíguas: se, por um lado, é o “bode”, o “cabra” apresentado em sentido pejorativo no romance, por causar repugnância na elite devido à sua ascendência escrava, por outro lado é também representado como um “leão”, que simboliza força e vivacidade, aquele capaz de amedrontar as elites e desestabilizar o *status quo*.

Seria, então, numa sociedade de bases modernas que os mulatos teriam maior probabilidade de demonstrar seu potencial, encoberto até então por pressões retrógradas da sociedade escravocrata. Desse modo, tendo a mestiçagem como realidade e o branqueamento como saída viável para o Brasil afastar o atraso em que se encontrava, Aluísio segue, então, tecendo, entre o pessimismo e o otimismo, representações sobre a mestiçagem. Raimundo representava o que poderia ter dado certo, se não fossem pressões de um meio arcaico e atrasado como o maranhense.

A contradição vivida pela sociedade maranhense é, então, um ponto que serve de costura para o autor tecer toda a sua trama. Essa sociedade que se dizia “ateniense”, berço de grandes escritores, extremamente católica, com seus santos, promessas, confissões e festividades, era, por trás de sua “máscara”, uma sociedade encurralada no passado, o que inviabilizava, na visão do literato, o progresso, o desenvolvimento e a modernização. Nessa perspectiva, enfatizar um personagem mulato e levantar discussões sobre a mestiçagem e a abolição era uma forma de dar visibilidade a problemáticas internas e estruturais vividas na sociedade oitocentista, pois estava em jogo também, naquele momento, a luta por um novo projeto político para o país, centrado no republicanismo, do qual literatos como Aluísio se viam como porta-vozes.

²⁰⁶ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 1. ed. Maranhão: Typografia do Paiz, 1881, p. 283.

NA BOCA DO POVO: NOTÍCIAS DE O MULATO PELAS RUAS DE SÃO LUÍS E MAIS...



CAPÍTULO III

NA BOCA DO POVO: NOTÍCIAS DE *O MULATO* PELAS RUAS DE SÃO LUÍS E MAIS...

3.1 “Amanhã, se não amanhecer chovendo?”

Grande sucesso do dia!
O Mulato
Romance de Aluizio Azevedo
Vende-se na redação do pensador²⁰⁷.

Com essas palavras, o jornal *O Paiz*, em 9 de abril de 1881, numa manhã de sábado, anunciava pela primeira vez em suas páginas a venda do livro *O Mulato* de Aluizio Azevedo. A tipografia desse jornal ficou responsável pela publicação dos 1.000 exemplares da primeira edição, de aproximadamente 500 páginas. Segundo Laurence Hallewell, essa “foi uma produção medíocre em papel imprensa”²⁰⁸. Custava 3:000 réis e Podia ser adquirido, por exemplo, na redação dos jornais *Pensador*, *Pacotilha*, ou na casa do simpático Pachorra.

Publicação luxuosa o livro não possuiu, enredo novo tampouco. Afinal, o que poderia apresentar de novo na história de um mulato rico, cujo amor por uma jovem branca foi interrompido pelo preconceito racial que predominava as mais diferentes esferas da sociedade, inclusive a própria Igreja Católica?

Entendo que, além das novidades advindas da maneira naturalista de narrar, um Naturalismo permeado de romantismo, que escandalizava e seduzia os leitores com suas cenas detalhadas, pretensamente fotográficas, e a relação da obra com os fatos vivenciados na cidade, o momento polêmico de sua publicação e o modo diferenciado como o romance foi anunciado em São Luís também constituem aspectos que potencializaram polêmicas e contribuíram para chamar a atenção dos leitores.

Notícias sobre a publicação do livro foram espalhadas pela cidade das mais variadas formas: anúncios em jornais, cartazes pregados pelas paredes, quadros retratando cenas do livro e até uma polca²⁰⁹ em homenagem à publicação são alguns

²⁰⁷ Anúncios. *O Paiz*, São Luís, 9 abr. 1881, p. 3.

²⁰⁸ HALLEWELL, *op .cit.*, p. 109.

²⁰⁹ A polca é uma dança originária da Boêmia (Império Austríaco). Criada no século XIX foi rapidamente difundida pela Europa, chegando ao Brasil em meados desse século, tem como atrativo a aproximação física dos dançarinos.

exemplos que aguçaram a curiosidade e ouriçaram os sentidos da população, a meu ver, independentemente de terem lido o livro ou não. Toda essa propaganda em torno da publicação de uma obra literária era novidade para o público maranhense e representava uma nova estratégia de venda, bem sucedida, como vamos observar posteriormente.

Os anúncios, por exemplo, foram veiculados em quase todos os jornais que circulavam na capital naquele período, sendo que alguns se restringiam a dados mais gerais sobre o livro, como título, preço e locais de venda. Vejamos alguns exemplos:

O Mulato! O Mulato!
 Quem não tiver ainda servido com um volume d'O Mulato, e não quiser ficar sem lê-lo, queira dirigir-se á casa do popular e sympathico Pachorra, a rua das Barrocas n. 17 onde encontrará a sua disposição alguns desses volumes. Preço 3\$000²¹⁰.

O MULATO
 Romance maranhense de
 Aluízio Azevedo
 Hoje²¹¹.

O Mulato
 Romance de Aluízio Azevedo, vende-se na redação do Pensador e nesta typ. a 3.000 rs. o volume²¹².

Os anúncios não se limitaram a dados gerais do livro, em alguns jornais foram utilizados para provocar polêmica. No jornal *O paiz*, por exemplo, foi observado, antes da publicação do primeiro informe de estréia do livro, todo um clima de suspense marcado por anúncios que instigavam a curiosidade dos leitores. Esses anúncios aparecem quase um mês antes do primeiro informe da publicação de *O mulato*. Acompanhem-los.

Na edição de 15 de março de 1881, aparece um espaço reservado para anúncios em branco. Cabe destacar que esse era um jornal de grande circulação, não só na capital, como também no interior da província, e era sempre muito procurado para anúncios. No dia 17 de março, aparece um espaço reservado para anúncios apenas com um ponto de interrogação; no dia 18 de março, no mesmo espaço, vem a seguinte pergunta “O que será?”; no dia 19 de março, já aparece a frase “Não há pressa”; dia 20 de março: “E’ serio!”; no dia 22 de março, o anúncio diz o seguinte: “Está por um tris”; no dia 24 de março, aparecem os seguintes sinais gráficos “.....”; na edição do dia 25

²¹⁰ **Diário do Maranhão**, São Luís, 12 abril de 1881. Anúncios, p. 3.

²¹¹ **Publicador Maranhense**, São Luís, 9 de abril de 1881. Anúncios, p. 3.

²¹² **Pacotilha**, São Luís, 14 de abril de 1881. Anúncios, p. 4.

de março, lemos “Accussem o Borges”; no dia 31 de março: “Breve”; no dia 7 de abril, é anunciado o seguinte: “Amanhã, se não amanhecer chovendo”.

Se amanheceu chovendo ou não naquele dia 8 de abril, não sabemos, mas a probabilidade foi grande, uma vez que, no Maranhão, o mês de abril apresenta chuvas constantes. O certo é que, depois do instigante suspense, finalmente, no dia 9 de abril de 1881, apareceu o anúncio do grande sucesso do dia, o livro *O mulato*, de Aluísio Azevedo²¹³.

O jornal *O Paiz* contribuiu para acentuar o clima de novidade que cercou a estréia do livro, o que deveria interessar à sua tipografia, responsável pela impressão. Porém, é perceptível uma preocupação desse jornal em se manter afastado das polêmicas expostas pelo escritor ao longo do romance, deixando evidente em suas páginas ressalvas às idéias ali contidas, conforme se observa na seguinte nota:

Publicou o Sr. Aluísio Azevedo um outro romance, o *Mulato*. Conquanto não sejam aceitáveis todas as idéias do jovem autor, todavia é incontestável que seu trabalho revela talento, e gosto por esse genero de litteratura, e que muitas scenas dos costumes maranhenses achão-se nelle reproduzidas com fidelidade²¹⁴.

Como destaca João M. Cordeiro, “O país caracterizava-se por ser um jornal sereno, tanto quanto possível imparcial, eqüidistante, sobretudo das facções políticas, religiosas e anti-religiosas, então em acirradas contendias”²¹⁵. Entendo também que essa atitude supostamente imparcial seja sim uma forma de posicionamento evidenciado pela tentativa do jornal de se esquivar de possíveis críticas e ressentimentos que a história de *O mulato* causaria.

Assim, apesar de ter contribuído para acentuar essa aura de suspense que instigou ainda mais o interesse do público e causou rebuliço em torno da publicação, o jornal *O Paiz* não representou, posteriormente ao lançamento do livro, um espaço de grande discussão e debate, limitando-se a alguns anúncios gerais sobre a venda do livro e a publicação de um ou outro artigo vindo de outras províncias.

²¹³ Ver o texto referente à nota n. 208.

²¹⁴ **O Paiz**, São Luís, 10 de abril de 1881. Publicações gerais, p. 2.

²¹⁵ CORDEIRO, João Mendonça. **O Mulato** – cem anos de um romance revolucionário. São Luís: E-DUFMA, 1987, p. 85.

Foi principalmente nos jornais *Pacotilha* e, sobretudo, em *O Pensador*, no qual Aluísio diariamente publicava artigos, crônicas, críticas teatrais e outros textos, que anúncios e notícias sobre a obra ocorreram com maior frequência. Na coluna *Echos da Rua*, escrita por Aluísio, observa-se a indicação do romance explicitando uma tentativa do autor de encaminhar o tom das críticas e dos pontos polêmicos que, pelo menos num primeiro momento, era de seu interesse que fossem evidenciados. Desse modo, assim se posiciona na referida coluna, tanto antes quanto após a publicação do livro:

O Mulato. Com este título será no princípio do mez vindouro publicado um romance do Sr. Aluízio Azevedo, no qual **o author propõe-se argumentar abusos religiosos, que se dão n'esta cidade.** Recebem-se assignaturas nesta redação²¹⁶ (grifo nosso).

Sahio hontem O MULATO do nosso festejado chronista Aluísio Azevedo.

- **Quem quiser conhecer o conego Diogo, aquelle tratante que tanto se parece com João Gadelhudo,** agora é occasião. Vende-se no nosso escritório á rua da Palma²¹⁷ (grifo nosso).

João Gadelhudo era o nome “carinhoso” que os redatores do jornal *O Pensador* dispensavam, quando faziam suas críticas, ao cônego João Tolentino Guedelha Mourão, reitor do Seminário Santo Antônio. O embate envolvendo segmentos da Igreja Católica e jovens ligados ao jornal *O Pensador* era acirrado na cidade, tendo chegado, inclusive, a envolver processo criminal.

João Tolentino Guedelha Mourão veio para São Luís em 1878, com o intuito de moralizar o clero maranhense. Nesse mesmo ano, retorna a São Luís Aluísio Azevedo²¹⁸, vindo do Rio de Janeiro, onde trabalhou como caricaturista em *O Fígaro*, *Revista Ilustrada*, *O Mequetrefe* e *A Comédia Popular*, dentre outras atividades. Na Corte, usou suas caricaturas para fazer crítica ao modo como estava se desenvolvendo a sociedade brasileira. Nessa perspectiva, a crítica à Igreja Católica já representava um ponto de destaque em sua produção naquele momento.

²¹⁶ *O Pensador*, São Luís, 10 de janeiro de 1881. Echos da rua, p. 3.

²¹⁷ *O Pensador*, São Luís, 10 de abril de 1881. Echos da rua, p. 3.

²¹⁸ Aluísio residiu no Rio de Janeiro entre 1876 e 1878. Objetivando aprimorar-se nas técnicas da pintura, matriculou-se como aluno ouvinte na Academia de Belas Artes. O fato de seu irmão Artur Azevedo estar no Rio de Janeiro e já ter certa visibilidade no meio jornalístico contribuiu para a inserção de Aluísio como caricaturista em jornais fluminenses.

A morte do seu pai, David Gonçalves de Azevedo²¹⁹, foi, naquele momento, o motivo do retorno de Aluísio ao Maranhão. No entanto, para além de resolver questões familiares, sua vinda contribuiu para acirrar as problemáticas vivenciadas e postas em evidência na sociedade local e nacional, como a luta pela abolição da escravidão, o combate ao excesso de poder da Igreja e a crítica à monarquia, tendo como perspectiva uma pretendida reestruturação da nação pautada em idéias científicas. Essas eram bandeiras de luta travadas nacionalmente, e a província maranhense – especialmente sua capital – não ficou fora da discussão.

Nessa perspectiva, alguns acontecimentos contribuíram para acirrar o debate então travado. A entrada na imprensa jornalística, em fins de 1880, dos jornais *A Civilização*, órgão dos interesses católicos, e *O Pensador*, veículo dos interesses da sociedade moderna, foi um exemplo. O debate entre o clericalismo e o anticlericalismo era intenso nessas folhas, sendo ilustrativa disso a tônica de uma das primeiras crônicas publicadas pelo jornal *O Pensador* endereçadas à redação do jornal *A Civilização*:

O homem moderno não empresta – dá! Não dá por amor de Deus – dá por amor a humanidade.

[...]

As virtudes modernas instituíram um novo poder – o poder do trabalho; isso, que era dantes uma função desprezível, converteu-se hoje em fonte de riqueza e dignidade – o homem que mais trabalha mais direito tem à vida e às honras sociais. Por consequência é neste ponto muito mais legítimo e muito melhor ganhar o salário do ator do que o salário do padre.

Aquele percebe o pagamento do serviço que apresenta – se o não fizer bem feito será mal remunerado; ao passo que este, seja qual for o modo de desempenhar seu mister, o lucro é sempre o mesmo – é sempre a recompensa mal-entendida de um serviço sem valor real, sem verdadeira utilidade – absurdo escandaloso que só terminará com o desenvolvimento dos tempos²²⁰.

A imprensa foi palco do acirramento dos debates, porém essa crítica também saiu das páginas dos jornais e ganhou vida através das caricaturas. Segundo Jean-Yves Mérian, “pouco antes do Natal de 1880, começaram a circular centenas de

²¹⁹ David Gonçalves Azevedo era português e trabalhou inicialmente como comerciante na capital maranhense. Posteriormente, tornou-se vice-cônsul de Portugal no Maranhão, o que não representava um cargo de grandes ganhos financeiros, porém dava para levar uma vida moderada. Viúvo, era muito cortejado na cidade. Sua união com Emília Amália Pinto de Magalhães, mais conhecida como Emília Branco, sobrenome de seu primeiro esposo, foi motivo de muito falatório, por coabitar com uma mulher separada do marido.

²²⁰ AZEVEDO, Aluísio. *O Pensador*, São Luís, 30 de setembro de 1881. Crônicas. Apud MONTELLO, *op. cit.*, p.66-68.

caricaturas dos membros mais conhecidos do clero de São Luís do Maranhão”²²¹. Sobre essas caricaturas, Josué Montello também relata que, “como o mestre da caricatura, entre os rapazes de *O Pensador*, era Aluísio Azevedo, fácil será concluir que não seria outro o autor da gravura agressiva que Dom Antônio remeteu ao ministro”²²².

Aluísio Azevedo estava intimamente ligado a esses acontecimentos, que culminaram num processo judicial movido por membros da Igreja Católica contra o jornal *O Pensador*, motivado pela forte tônica de um artigo publicado por Arthur Jansen Tavares, em represália a um sermão no qual padre Batista criticou maçons e outros segmentos considerados inimigos da Igreja Católica²²³.

Esse processo causou uma grande mobilização popular, tornou-se um espetáculo, conforme podemos observar na crônica de Aluísio Azevedo a respeito da primeira audiência criminal ocorrida sobre o caso:

Às onze horas não havia lugar para uma bengala – o povo enchera tudo. Mil pessoas ali estavam, naquele recinto antipático, suando, na agonia de uma grande indignação.

Via-se o negociante, distraído de seus trabalhos, apertado na extremidade de um banco, com o chapéu-de-sol entre os joelhos, o olhar fito, a boca dilatada pelo calor; ao pé dele o operário, com a cabeleira empastada de suor, o sobrolho fechado e um varapau ao lado; destacava-se o pelintra entalado na pressão de seus colarinhos hirtos; o empregado público, sempre metódico e cuidadoso de suas calçadas brancas engomadas; o medico, apressado e distraído, a sacudir nervosamente a perna; os velhos comendadores, enfartados de comoção e emproamento ricaço; os caixeiros de cobrança, com as algibeiras pejadas de recibos; os professores públicos com as feições eternamente azedadas pela sintaxe de concordância; o desembargador, o estudante, o jornalista, o cabeleireiro, o vadio, havia de tudo; só não havia padres – esses não foram e, seja dito em prol da justiça, andaram muito atiladamente em lá não ir²²⁴.

O referido processo teve início em 7 de abril de 1881, e o livro *O mulato* foi lançado, como indicado acima, em 9 de abril de 1881. Assim, essa polêmica que envolveu a população como um todo, principalmente segmentos das elites financeira e intelectual da cidade, como clérigos, maçons, jovens escritores, contribuiu para que *O mulato* saísse finalmente dos prelos da tipografia de *O Paiz* e ganhasse as ruas de São Luís num momento de grande efervescência e polêmica.

²²¹ MÉRIAN, *op. cit.*, p. 160.

²²² Cf. MONTELLO, Josué, *op. cit.*, p. 17. As caricaturas não foram localizadas nos jornais do Maranhão.

²²³ Cf. MÉRIAN, *op. cit.*, p. 161.

²²⁴ AZEVEDO, Aluísio. *O Pensador*, São Luís, 10 de abril de 1881. Crônicas. Apud MONTELLO, *op. cit.*, p. 183-184.

Conforme evidenciado nos capítulos anteriores, o livro estava diretamente ligado a problemáticas da sociedade brasileira, as quais, principalmente a partir da década de 1870, vinham intensificando seu olhar para as contradições de uma sociedade escravocrata, monárquica e ancorada na moral religiosa que, ao mesmo tempo, pretendia-se moderna e civilizada.

Tendo a civilização como horizonte a atingir, escritores nacionais, como Aluísio, voltavam-se para um projeto de nação modernizada, porque republicana, abolicionista e sob as rédeas do cientificismo. Mas, ao mesmo tempo, era também um projeto conservador, porque eminentemente elitista, o que não poderia deixar de ser diferente, quando se pensava na postura de muitos intelectuais que, mesmo abolicionistas e denunciando o preconceito racial, acreditavam na inferioridade do negro, concepção essa compartilhada por grande parcela da nação.

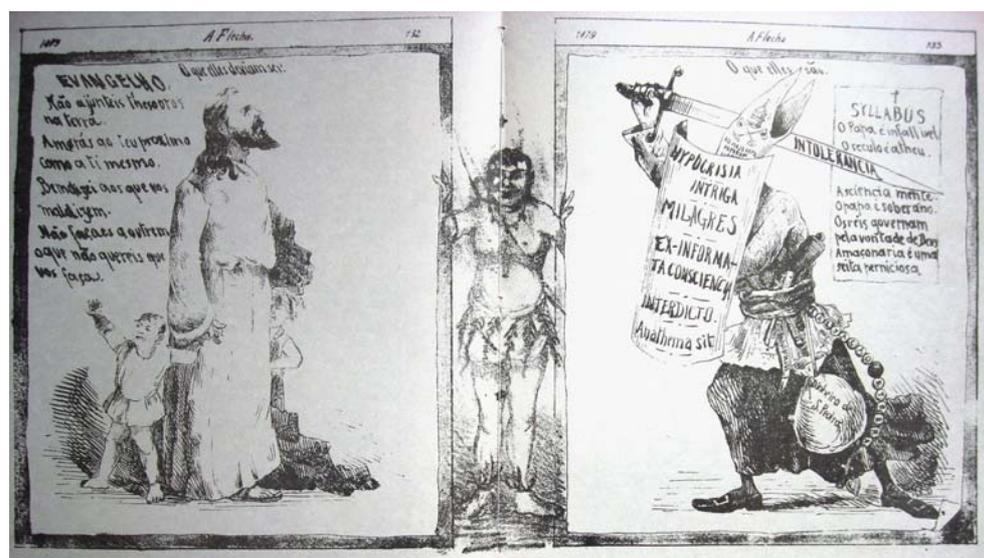
O mulato é um livro de denúncia social, em que o autor assume uma postura engajada e muito associada, principalmente quando de sua primeira edição, a pessoas e casos ocorridos no Maranhão. Nesse contexto, o espaço de debate é estendido para além da obra, de modo que eu diria que Aluísio soube muito bem usar *O mulato* para polemizar, sobretudo em relação aos costumes e práticas vivenciadas na cidade. O autor soube, também, usar as polêmicas em circulação nos jornais para dar uma maior visibilidade ao seu livro.

Como observamos nos anúncios anteriormente citados, é feita uma relação direta do livro com a crítica à Igreja Católica atuante na cidade. Isso fica evidente, por exemplo, quando afirma que “o author propõe-se argumentar abusos religiosos, que se dão n’esta cidade”²²⁵. Outro aspecto que ressalta essa relação é a comparação entre um conhecido padre de São Luís da época, João Guedelha, e um personagem do livro, Diogo, um padre maquiavélico que, por trás de uma aura de bondade, é capaz de matar e agir preconceituosamente, defendendo, acima de tudo e de todos, seus interesses pessoais.

O mulato é dado a ler num contexto de debate acirrado entre religiosos e livres pensadores. Esse fato é usado para atrair leitores e marcar a tônica da recepção da obra, principalmente num primeiro momento, quando se pensa o público leitor ludovicense. Conforme indica Josué Montello, o livro deve ter sido escrito entre fins de

²²⁵ **O Pensador**, São Luís, 10 de janeiro de 1881. Echos da rua, p. 3.

1879 e começo de 1880. Sua escrita, portanto, não foi contemporânea às polêmicas religiosas que marcaram seu lançamento e que foram associadas ao livro no momento de sua divulgação²²⁶. Na verdade, a crítica à Igreja Católica por parte de uma elite intelectualizada da cidade era uma questão que já vinha sendo forte motivo de discussão. Para termos uma noção do teor crítico que vinha sendo desenvolvido na imprensa, basta ver, por exemplo, uma caricatura publicada pelo jornal *A flecha* de 1879, ano em que possivelmente Aluísio começou a escrever *O mulato*.



João Afonso Nascimento. *O que elles deviam ser ... O que elles são...* 1879.

Nessa caricatura²²⁷, junto à imagem de Jesus Cristo com duas crianças, está escrito que a Igreja deveria cumprir o evangelho, lendo-se os seguintes dizeres: “Não ajunteis tesouros sobre a terra, amarás ao teu próximo como a ti mesmo, bendizeis aos que vos maldizem, não façaes a outrem o que não quereis que vos façam”. Ao lado dessa imagem, é apresentada a imagem do papa, cuja veste e ornamentação aparecem cercadas por elementos que remetiam a uma crítica às atitudes da Igreja Católica e ao modo como desrespeitava os ensinamentos do evangelho. Assim, o papa é apresentado com um saco cheio de dinheiro, com uma espada na qual aparece gravada a palavra “intolerância” e um escudo contendo palavras como “hipocrisia” e “intriga”.

²²⁶ Cf. MONTELLO, *op. cit.*, p. 5.

²²⁷ NASCIMENTO, João Afonso. *A Flecha*, São Luís, 1879.

Questões polêmicas acontecidas na província ligadas ao preconceito racial, aos desmandos dos senhores e à luta pela abolição também estão presentes no romance. Isso fica evidente na passagem do romance, citada anteriormente na nota n. 67, na qual o narrador enfatiza com o “eu vi” passagens relatando a ocorrência de abusos cometidos por senhoras maranhenses, religiosas e muito estimadas na sociedade, que em seus ambientes privados chegavam a matar escravos. Essa passagem lembra muito o caso da Baronesa Ana Rosa Ribeiro, que, no ano de 1876, causou um grande rebuliço na cidade.

Ana Rosa foi acusada pelo abolicionista e promotor público Celso Magalhães de matar uma criança escrava de sua propriedade, chamada Inocência, a garfadas e por espancamento²²⁸. A ilustre dama da sociedade ludovicense foi absolvida e, pouco tempo depois, Celso Magalhães foi “premiado” com sua demissão do cargo, assim que o marido da Baronesa, o Barão de Grajaú, assumiu a Presidência da Província. Porém, o fato de uma senhora da elite sentar no banco dos réus por um crime praticado contra um escravo representou grande afronta aos costumes da sociedade escravocrata maranhense, que considerava os maus tratos a escravos ações “normais”.

Essas atitudes são associadas no romance a uma educação deficiente, ligada à presença da escravidão, da colonização portuguesa e da Igreja Católica. Desse modo, os pontos de crítica presentes em *O mulato* não estão soltos, e sim interligados, sustentando a tese de Aluísio de que esses elementos emperravam o processo civilizador brasileiro. Tais pontos ficam evidentes no romance, na passagem em que o personagem Raimundo relata costumes das senhoras maranhenses em relação aos escravos, fazendo sua análise dos possíveis motivos dessas ações:

Entretanto o senhor as encontra nas igrejas, com uma carinha de santas a devorarem padre-nossos. Sei de uma que sahio para missa, deixando em casa um escravo debaixo do relho e ordem para não interromperem o castigo, si não quando ella voltasse da igreja. E quando voltou, o pobre preto estava quase morto! Creia, senhor Manuel, que um tal procedimento é além de tudo, indigno de uma mulher de brios e envergonha-me de ser brasileiro! Mas sabe o que tudo isso é, meu amigo? – ignorancia! são defeitos de educação! – Tanto a mulher ou o homem que commette a torpe covardia de castigar um escravo, como um typo que vive da escravatura são igualmente mal creados – estão ainda sujeitos á viciosa educação, que nos legaram em tudo, inteiramente em tudo, os nossos descobridores²²⁹.

²²⁸ Cf. ABRANCHES, Dunshee de. **O cativoiro**: memórias. 2. ed. São Luís: Alumar, 1992, p. 119.

²²⁹ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 1. ed. São Luís: Typografia do Paiz, 1881, p. 278-279.

Na passagem acima citada, principalmente quando enfatiza casos de maus tratos a escravos, percebe-se a presença do olhar acusador, que reforça a interferência do autor e dos fatos por ele vivenciados na narrativa, fortalecendo ainda mais a característica naturalista de uma literatura de combate aos costumes, entranhada nas problemáticas e acontecimentos, facilmente identificados por seus leitores. Não é à toa que, em alguns anúncios dos jornais da época, o livro seja apresentado como “romance maranhense”.

A história de *O mulato* manteve, principalmente em sua primeira edição, uma forte relação com acontecimentos vivenciados cotidianamente pelo autor e pelo público da capital maranhense. Aluísio soube “brincar” com essa relação, criando uma ilusão extratextual, trazendo não apenas histórias conhecidas para dentro do romance, o que atraía leitores pelo amor ou pelo ódio, mas também inserindo seus personagens como figuras reais chegadas à cidade, conforme podemos perceber na seguinte informação contida na coluna *Echos da rua* assinada por Aluísio:

Acha-se entre nós o Sr. Dr. Raimundo José da Silva, distinto advogado que partilha das nossas idéias e propõe-se bater os abusos religiosos da igreja.
- Consta-nos que há certo mysterio na vinda deste cavalheiro²³⁰.

Observamos a tentativa de aguçar ainda mais o vínculo entre as idéias defendidas pelo personagem Raimundo e aquelas defendidas por Aluísio e seus companheiros de *O Pensador*, o que fica evidente quando se refere ao personagem como o “distinto advogado que partilha das nossas idéias”. Essa ilusão extratextual faz parte da dinâmica esperada pelo texto naturalista em sua recepção, pois, como aponta Flora Sussekind, o texto naturalista se torna tanto mais eficaz quanto mais desperta no leitor essa ilusão, dando a impressão de ultrapassar a linguagem em direção ao real²³¹.

O certo é que o livro apresentou enredo e propaganda polêmicos, tendo sido lançado num momento oportuno, mesmo tendo esperado quase um ano para ser impresso²³². Aluísio se utilizou das problemáticas vivenciadas pela cidade, lançando mão de uma vasta e diversificada propaganda para além dos anúncios de jornal, como no caso dos cartazes espalhados pela cidade.

²³⁰ *O Pensador*, São Luís, 10 de março de 1881. *Echos da rua*, p. 3.

²³¹ Cf. SÜSSEKIND, *op. cit.*, p. 98.

²³² Cf. AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 6.

Essa estratégia do cartaz-anúncio era nova na capital maranhense, pois não temos notícia de nenhuma outra obra literária que tenha se valido desse meio para atrair leitores. Possivelmente teve como inspiração publicações ocorridas na Corte, local em que Aluísio residiu por aproximadamente dois anos antes do seu retorno ao Maranhão.

O precursor desse tipo de propaganda no Brasil foi Henrique Fleiuss²³³, que lançou, em 1860, a *Semana Ilustrada*, revista de caricaturas e variedades. Segundo Lucia Pascoal Guimarães, Fleiuss “produziu o primeiro cartaz-anúncio ilustrado de que se tem notícia no Brasil. Muito engenhoso, imprimiu a capa do número de estréia da revista e, estrategicamente, mandou espalhá-la pelos quatro cantos da cidade”²³⁴.

Aluísio se apropriou ao seu estilo desse tipo de propaganda e a utilizou para fazer a divulgação de *O mulato*. Sobre essa estratégia de venda, o jornal *A civilização* satiricamente nos dá a seguinte notícia:

De cinzel e pincel em punho, passa noites inteiras debruçado sobre a chapa do zinco, para abrir arabescos dísticos, que hão de apregoar-lhe, por todos os cantos, o Mulato, sebenta e talentosa obra do seu alentado e gorduroso talento, engenho e arte.

Foi assim que, quando menos se esperava, num rápido fuzilar, enquanto o diabo esfrega um olho e devora um alho, achou-se esta cidade, desde a Currupira ao pau da bandeira, coberta de inscrições, avessas, reversas, tortas, escarangoladas, encarangueijadas, enroladas... o diabo!²³⁵.

A antecipação do romance foi intensa. Aluísio soube usar suas múltiplas habilidades artísticas²³⁶ para fazer seu romance mexer com os sentidos dos leitores, tendo suas múltiplas ações certa continuação após o lançamento, o que representa um indício do sucesso do livro. Nesse sentido, o jornal *A Pacotilha* convida seus leitores para uma exposição de quadros com cenas da obra:

²³³ Henrique Fleiuss nasceu em 1823, na Alemenha. cursou Belas Artes, Música e Ciências Naturais. Sob influência de Karl F. V. Martius, veio para o Brasil e se estabeleceu no Rio de Janeiro, onde, junto com seu irmão Carlos Fleiuss, abriu uma oficina tipográfica e posteriormente iniciou a publicação da revista *Semana Ilustrada*, pioneira na imprensa ilustrada no Brasil (GUIMARÃES, Lúcia Maria Pascoal. Henrique Fleiuss: vida e obra de um artista prussiano na Corte (1859-1882). In: **ArtCultura**: Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 85-95, jan-jun 2006.

²³⁴ Id. *ibid*.

²³⁵ ALBUQUERQUE, Joaquim de. **A Civilização**, São Luís, 25 junho de 1881. Crônicas. Apud MONTELLO, *op. cit.*, p. 256.

²³⁶ Aluísio atuou como caricaturista, jornalista, romancista, poeta, teatrólogo, dentre outras funções. A nota do jornal *A civilização*, citada acima, indica um possível empenho do escritor também no trabalho braçal, inerente ao tipógrafo, de limpar e gravar a chapa de zinco.

Prevenimos aos leitores da Pacotilha que a partir de amanhã, estará em exposição no nosso escriptório um quadro com desenhos representando vários episódios do romance de costumes maranhenses – O Mulato – por Aluísio Azevedo, cujo retrato tirado em ponto grande pela photographia Soares occupa o centro do quadro.

Os que já leram e os que ainda não leram – O mulato – devem ter curiosidade em ver o quadro, estes para fazerem uma idéia do que é o livro e aquelles para verificarem a realidade da impressão que lhes causou a leitura²³⁷.

As estratégias usadas por Aluísio para fazer a antecipação e divulgação de seu romance contribuíram para aumentar as polêmicas que até então faziam parte do cotidiano da cidade, bem como para que o livro ganhasse visibilidade e se tornasse, como afirma Mérian²³⁸, um acontecimento literário e social.

Nessa perspectiva, outros artistas também contribuíram para polemizar e causar expectativa na leitura do livro. Foi assim que Antonio Raiol compôs uma polca em homenagem a Aluísio e aos redatores de *O Pensador*, cuja venda foi anunciada nos jornais, concomitantemente aos anúncios de venda do romance *O Mulato*:

Grande successo da actualidade. Polka para piano
O Mulato e ...
Composta e dedicada ao distinto maranhense Aluisio Azevedo e aos
mais distintos redatores d'
O PENSADOR
Por
Antonio Raiol
Vende-se na rua da Madre deus n.23. Copiadas a capricho pelo auctor
e pelo phantasioso desenhista de musicas.
Horacio Azevedo
Há exemplares de 1\$e 2\$ rs.²³⁹.

Qual será a maranhense que não comprará a polka de Antonio Raiol,
intitulada – O MULATO E A TRINDADE MALDITA?
Só as do coração deixarão de mandar á casa do autor, á rua da Madre
de Madre Deus n. 23²⁴⁰.

O mulato foi visualizado e interpretado não apenas no suporte livro, mas também através de quadros retratando cenas do romance, anúncios dando indícios do que era a obra, cartazes espalhados pela cidade, homenagens prestadas, como no caso da polca “O mulato e a trindade maldita”, enquanto novos suportes mediadores de distintas sensações, que contribuíram para os múltiplos olhares sobre a obra.

²³⁷ **A Pacotilha**, São Luís, 25 de abril de 1881, p. 2.

²³⁸ Cf. MÉRIAN, *op. cit.*, p. 256.

²³⁹ **A Pacotilha**, São Luís, 13 de abril de 1881. Anúncios, p. 3.

²⁴⁰ **O Pensador**, São Luís, 13 de abril de 1881, p. 3.

Em sua divulgação, o romance joga muito bem com os recursos do dito fato “real”, o que se torna perceptível na ligação proposital através dos anúncios, por exemplo, com fatos e pessoas conhecidas, porém sem abrir mão de “brincar” com a imaginação e os sentidos dos leitores.

Aluísio cercou o público de informações prévias do romance, direcionando o leitor não apenas para o que o narrador viu, quando afirma, por exemplo, “eu conto o caso como o caso foi”, ou quando enfatiza “eu vi”. Isso é feito também através de um olhar que tentava direcionar a recepção, divulgando antecipadamente o que o livro pretendia, com quem tal personagem se parecia, disponibilizando gravuras da obra para que o público tivesse “idéia do que o livro é” e verificasse a “realidade da impressão”.

Mas a recepção é inventiva, o livro *O mulato* ganha novos olhares, com diversificados interesses, e assim sua história se transforma em várias histórias numa única, e Aluísio é convidado a ler seu livro pela leitura dos outros. É nesse impasse agradável pela distância que tenho dos fatos, que críticas, elogios, opiniões e agradecimentos são dados. Vamos a eles?

3.2 “À lavoura meu estúpido”

Livro de conteúdo polêmico para os costumes da época, lançado com intensa propaganda e em momento oportuno, devido aos acontecimentos que antecederam sua publicação e que a eles foram relacionados, *O mulato* não poderia deixar de ter a repercussão rápida que teve. Tanto assim que, apenas cinco dias após a sua publicação, os jornais maranhenses²⁴¹ já traziam palavras de agradecimento do autor pela aceitação de sua obra. No jornal *O Paiz*, por exemplo, lê-se a seguinte nota:

Gratidão

Aluísio Azevedo, summamente reconhecido ao público maranhense, agradece-lhe por este meio o generoso interesse e a boa aceitação que dispensou á sua ultima produção litteraria – O MULATO.

E declara-se com especialidade penhorado áquellas pessoas que obsequiosamente se offereceram á remetter volumes para as outras províncias, si bem que tão valioso serviço não pudesse ser completamente aproveitado, em virtude da escassez do numero de volumes que lhe resta para satisfazer alguns leitores desta capital²⁴².

²⁴¹ Essa nota de agradecimento saiu em vários jornais maranhenses. Além de em *O Paiz*, ela pode ser lida também em jornais como *Pacotilha* e *Publicador Maranhense* com uma certa periodicidade.

²⁴² *O Paiz*, São Luís, 12 abril de 1881, p. 2.

Pela referida nota de agradecimento, percebe-se como toda propaganda em torno dessa publicação surtiu, pelo menos no quesito vendagem, efeito mais que esperado por seu autor, expondo Aluísio no prefácio da segunda edição²⁴³ que “o primeiro milheiro de exemplares vôu com uma presteza que me surpreendeu devéras”²⁴⁴. Apesar do sucesso do livro, pode-se pensar também que o referido agradecimento publicado com apenas cinco dias de comercialização seja também mais uma estratégia de venda do autor para, ao enfatizar a escassez do livro, indicando sua leitura inclusive em outras províncias, aumentar o interesse do público local para aquisição de seu romance.

Em termos numéricos, a tiragem de 1. 000 exemplares não era nenhuma excepcionalidade naquela época, pois temos notícias, nas memórias do tipógrafo Frias, que, mesmo no Maranhão, um autor chamado Antônio Rego, com *O livro dos meninos*, chegou a publicar, ao longo de apenas quatro anos e em quatro edições, 16 mil exemplares²⁴⁵. Porém, ao que nos parece, 1.000 exemplares era uma quantidade considerável para a produção editorial brasileira oitocentista²⁴⁶, estava na média das tiragens dos romances no século XIX, inclusive dos publicados na Corte, a exemplo do livro *Chrysalidas*, de Machado de Assis, publicado pela renomada editora Garnier, cuja tiragem inicial foi de 800 exemplares²⁴⁷.

O mulato foi um livro que desde sua primeira edição não passou despercebido. Seu autor, conforme afirmamos anteriormente, fez todo um trabalho de divulgação, contribuindo para a visibilidade alcançada pelo romance, que, mesmo publicado numa província e por uma editora local, teve acolhida calorosa e polêmica desde seus primeiros leitores. São evidências dessa acolhida os debates travados nos jornais maranhenses, além dos artigos, comentários e cartão postal, vindos inclusive da Corte.

²⁴³ Apesar de a segunda edição de *O mulato* só ter sido publicada oito anos após a primeira, notícias de que na corte teriam interesse de uma segunda edição circulavam desde 1881. Assim, Euclides Faria coloca ao final de uma de suas crônicas a seguinte observação: “Diz o zote que no Rio vão tirar uma nova edição do Mulato!” (ALBUQUERQUE, Joaquim de. *A Civilização*, São Luís, 6 agosto de 1881. Crônicas. Apud MONTELLO, *op. cit.*, p. 287).

²⁴⁴ AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 7.

²⁴⁵ FRIAS, *op. cit.*, p. 46.

²⁴⁶ Essa média de exemplares vendidos não era exclusivamente brasileira: em países como México e Chile, a média das tiragens das edições de romances girava em torno de 500 exemplares, e mesmo na Europa a realidade não era tão distinta (HALLEWELL, *op. cit.*, p. 142).

²⁴⁷ Id. *ibid.*, p. 142.

Trata-se de um livro que quebra alguns padrões românticos e traz características naturalistas pouco divulgadas na escrita literária brasileira, fazendo uma crítica aos costumes da sociedade escravocrata e ao seu sustentáculo religioso, político e econômico. Além de tudo isso, tendo como autor uma figura que se expunha às críticas, sabendo também jogar com o gosto do leitor, dificilmente passaria despercebido – e esse não foi, definitivamente, o caso de *O mulato*.

Causando concordância ou espanto – ou essas duas atitudes juntas –, o romance movimentou a crítica nacional, suscitando debates em múltiplos aspectos, proporcionados pela sua diversidade formadora. No primeiro momento de circulação e leitura, aparecem com destaque as críticas elaboradas pelos jornais maranhenses e aquelas publicadas em outras províncias, mas por eles reproduzidas. Observo como mais freqüentes as críticas referentes à escola literária²⁴⁸, ao modo como a Igreja Católica e as relações escravocratas aparecem na narrativa e a preocupação em torno de como o maranhense é retratado no romance e as possíveis implicações dessa representação para sua imagem no cenário nacional.

Todos os aspectos abordados são importantes para problematizar a recepção de *O mulato*. Porém, um ou outro pode ser mais ou menos interessante, dependendo do foco da pesquisa em questão. Tendo em vista que este estudo se volta para as representações da escravidão presentes na obra, enfatizarei mais detalhadamente, neste momento do trabalho, o modo como as relações escravocratas foram abordadas na recepção do livro. Para isso, torna-se fundamental destacar, também, o modo como a crítica percebe as representações da província maranhense feitas no romance.

Quanto à recepção no Maranhão, não posso me restringir às afirmações de Aluísio Azevedo. Segundo ele, a sua província não teria dado uma palavra a respeito do livro, além de um único artigo do jornal *A civilização* de autoria de Euclides Faria²⁴⁹, o qual foi parcialmente transcrito por Aluísio no prefácio da edição de 1889:

²⁴⁸ “Romance azul” – assim o crítico Euclides Faria rotulou *O mulato*, ao problematizar a escola literária a que pertencia esse romance. Na visão desse crítico, essa obra não pertencia a uma escola literária definida, pois reunia características de várias, não pertencendo a nenhuma. Daí afirmar que o referido romance era “o triunfo cabal de Hegel: a realidade da identidade dos contrários: ser e não ser ao mesmo tempo. O Mulato é romance; e não é romance: é um conjunto de todos os romances e mais um: o romance azul e não é romance algum” (ALBUQUERQUE, Joaquim de. **A Civilização**, São Luís, 13 agosto. 1881. Crônicas. *Apud* MONTELLO, *op. cit.*, p. 289).

²⁴⁹ Euclides Ludgero Correa Faria nasceu em 26 de maio de 1842. Com o pseudônimo de Joaquim Albuquerque, movimentou a opinião pública e gerou polêmica, quando da publicação de *O mulato* em São Luís. Dentre suas publicações estão: *Arabescos*; *Cartas ao compadre Tibúrcio*; *Miscelânea*; *Cartas a Pai Tobias*; *Retratos a giz*; *Brisas da Amazônia*; *Tacacá*; e *Direito e avesso* (MONTELLO, *op. cit.*, p. 34).

Eis ahi um romance realista, o primeiro pipino que brota no Brazil.
 E' muita audacia, ou muita ignorancia, ou ambas as coisas ao mesmo tempo! E' contar de mais com a ignorancia dos leitores, com a benevolecia da critica nacional, e julgar os outros por si.
 Permita o jovem zote, autor do *Mulato*, que me admire ainda uma vez. A sua comprehensão sobre o realismo é de eternas luminárias! Melhor seria fechar os livros, ir plantar batatas e jurar com antigo rifão:
 Abraçou o asno com a amendoeira
 E acharam-se parentes.
 Para que o autor do *Mulato* nos desse a medida exacta do seu realismo deveria abandonar essa vida peralvilha de escrevinhadelas tolas. Vá para a foice e o machado! Elle, que tanto ama a natureza, que não crê na metaphysica, nem respeita a religião, que só tem enthusiasmo pela saude do corpo e pelo real sensível ou material, deveria abandonar essa vidinha de vadio escrevinhador e ir cultivar nossas uberrimas terras.
 À **lavoura, meu estúpido!** á lavoura! precisamos de Braços e não de prosas em romances! Isto sim è real. A Agricultura felicita os indivíduos e enriquece os povos! á foice! e á enchada! *Res non verba*²⁵⁰ (grifo meu).

Essa crítica, citada por Aluísio, faz parte de apenas uma das várias crônicas²⁵¹ de Euclides Faria publicadas pelo jornal *A civilização* a respeito de *O mulato*. Muitos dos aspectos nela apontados, como os comentários sobre a escrita realista, foram desenvolvidos mais detalhadamente em artigos posteriores; outros elementos de crítica também foram desenvolvidos, suscitando debates. Apesar de Euclides Faria ser o principal crítico de *O mulato* no Maranhão, naquele momento as discussões em torno do livro ocorreram também em páginas de outros jornais²⁵² e com novas nuances.

Início a discussão dessas críticas colocando questões que me instigam desde as primeiras reflexões acerca da recepção de *O mulato*: como a província maranhense, acostumada, em termos de literatura, a se ver retratada por belos versos²⁵³ românticos e nostálgicos como os de Gonçalves Dias, se viu refletida nas páginas de *O mulato*? Qual o significado encontrado pelos críticos da província, principalmente sua capital, São

²⁵⁰ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 7-8.

²⁵¹ Para Regma Santos, é importante pensar também na relação entre ficção e realidade presente na crônica. Daí a importância de o historiador, ao trabalhar com crônicas enquanto documento, estar atento à “dimensão da representação construída, observando como cada cronista alia o estético, o criativo à elaboração de suas reflexões sobre a realidade que o cerca (SANTOS, Regma Maria dos. Crônica e História. In: SERPA, Elio Cantalicio; MENESES, Marcos Antonio de. **Escritas da história**. Uberlândia: EDUFU, 2007.

²⁵² Em *O mulato – cem anos de um romance revolucionário*, especialmente no capítulo *O mulato e a imprensa de São Luís, em 1881*, João Mendonça Cordeiro estuda mais especificamente os jornais que circulavam na cidade quando da publicação de *O mulato*. Traça, também, um resumo do modo como esses jornais receberam o referido romance (CORDEIRO, João Mendonça. **O mulato – cem anos de um romance revolucionário**. São Luís: EDUFMA, 1987.

²⁵³ Ver *Canção do Exílio*, do poeta maranhense Antonio Gonçalves Dias.

Luís, que, em fins do século XIX, apoiava-se ora na produção de um seletto grupo letrado, para se proclamar ateniense, ora na suposta origem francesa, como traço de singularidade em relação ao restante do país? Que maneira os costumes escravocratas foram representados pela narrativa de Aluísio ao ficcionalizar a história do mulato Raimundo?

O *Mulato* é um romance que, ao narrar uma história que se passa no Maranhão, elabora uma representação dessa província, retratando também seus costumes. Claro que muito do que diz Aluísio poderia estar de acordo também com a realidade de outras províncias do Império, mas era ao Maranhão e à sua elite que essa história estava intimamente relacionada, e essa ligação assumia proporções maiores quando o livro era lido e comentado pelo público local. E foi assim que a crítica, principalmente a provinciana, buscava, em cada detalhe da narrativa, ver como estavam demonstrados os costumes locais, o que era “verdade” e o que era “mentira”, quem estava sendo retratado, quais os perigos das idéias ali contidas para a reputação da terra. Ou seja, todos queriam se ver no “espelho” de Aluísio, embora, obviamente, nem sempre a visão especular agradasse.

Conforme destacamos anteriormente, Aluísio causou expectativas nos leitores, mesmo antes da publicação do livro, deixando pistas de sua obra nos jornais e anúncios, pistas dos assuntos que pretendia tratar e do modo como pretendia tratá-los. Assim, ao comentar o lançamento de *O mulato*, o jornal *Publicador Maranhense* destacava: “O Sr. Aluísio Azevedo, que segundo diz, propõe-se no mesmo livro ‘estudar’ nossos costumes por um processo inteiramente novo entre nós”²⁵⁴.

A forma como os costumes maranhenses foram retratados em *O mulato* foi um ponto freqüentemente abordado nos comentários acerca da obra. A crítica local se achava melhor fundamentada para problematizá-los, afinal entendia que, pelo fato de o romance tratar de costumes maranhenses, nada melhor do que os próprios maranhenses ou pessoas lá residentes para emitir opiniões acerca dele. Com freqüência, porém, as críticas apresentavam vozes dissonantes mesmo dentro da província, movimentando o debate, que se acirrava mais ainda quando opiniões oriundas de outras províncias chegavam à cidade de São Luís e mexiam com as vaidades, principalmente da elite que se via ali retratada.

²⁵⁴ *Publicador Maranhense*, São Luís, 10 abril de 1881. p. 2.

Iniciando sua crônica de dez de setembro de 1881, no jornal *A civilização*, Euclides Faria, usando o pseudônimo de Joaquim Albuquerque, escreve os seguintes dizeres: “Injúria ao Maranhão! Afronta às famílias!”. Enfatizava, nessa crônica, que *O mulato* era um romance que se ocupava da classe superior da província e, para deixar claro esse aspecto, faz um resumo das respectivas ocupações das famílias componentes do romance, destacando que, dentre as ocupações de seus membros, encontravam-se: comerciantes, fazendeiros, doutores e funcionários públicos. Vejamos como aparecem na visão do crítico alguns personagens:

O Dr. Raimundo, alardeado de positivista e homem de bem, entra em casa de seu tio, como hóspede e sai deixando a infâmia e a desgraça na família de Manuel Pescada, que o recebera de braços abertos.

Ana Rosa que se apresentava como tendo recebido a melhor educação que se pode beber no Maranhão, era um tipo de lubricidades e acaba se queimando nas chamas de amores impuros. [...]

D. Maria Bárbara era uma fúria contra escravos, açoitava, queimava, matava... o demônio! Uma velha cheia de prejuízos de sangue de avós [...]

Amância Souselos é uma especuladeira ridícula: andava a pagar jantares, falar mal da vida alheia, publicar escândalos e, além de tudo, tem língua desenvolta e imoral; entretanto, não sai do seio das famílias maranhenses! [...]

Até uma pobre serva, que entra em cena pessoa muito estimada por Ana Rosa, a filha do rico negociante, até essa pobre criada andava com um barbante ao pescoço tendo na extremidade velho crucifixo, um dente de cão e um pedaço de lacre!²⁵⁵

O romance, na visão do crítico, apresenta uma sociedade desequilibrada, sem educação, sem refinamento, enfim, uma sociedade imoral e supersticiosa, da qual não escapavam nem senhores nem escravos. A crítica, de modo geral, pouco se debruça sobre o modo como os escravos foram retratados no romance: o caso de Mônica, que aparece na passagem acima, em que Euclides Faria aponta o modo como as famílias maranhenses são apresentadas, é uma das raras presenças. A atenção maior dos comentários relacionados à escravidão presentes em *A civilização* girava em torno do que seu autor entendia como incoerências do livro.

A escravidão, enquanto sistema decadente, e a forma como a emancipação dos escravos foi problematizada no romance eram assuntos que interessavam também à crítica. Esses tópicos constituíam ponto central nas discussões sobre a modernização da nação e, apesar de ser uma questão mais discutida nos comentários publicados em

²⁵⁵ ALBUQUERQUE, Joaquim de. *A Civilização*, São Luís, 10 de set de 1881. Crônicas. *Apud* MONTELLO, *op. cit.*, p. 305-307.

outras províncias, também foram pontos enfatizados pela crítica local. Na crônica intitulada “*O zote e a moral*”, Euclides Faria critica o modo como essas questões são pensadas no romance. Vejamos seus comentários:

Levantando uma declaração balofa contra a escravidão, chega o Zote a pregar o seguinte: “que se o escravo for castigado pelo senhor cuspa-lhe na cara, faça o que fez o escravo do João Homem – enterre-lhe dois palmos de ferros na barriga. Mate-o”.

Eis aí o que em bom português chama-se uma solução bestial, botocuda, de flecha e tacape!

Hoje que já ninguém nega a inconveniência da escravidão; que todo o Brasil empenha-se para extingui-la o mais breve possível: agora é que vem a Zebra listrada ostentar de humanitária... [...]

Todos os povos civilizados, quando reconhecem algum mal na sociedade, procuram extirpá-lo, de modo que não fiquem muito prejudicados os direitos e a ordem social. Ai das reformas que arrancando os males, levam na ressaca as virtudes e os direitos. [...]

Todas as nações civilizadas têm reagido e extinguido o cancro da escravidão, sem proclamar o assassinato, como um direito²⁵⁶.

Segundo Euclides Faria, essas páginas faziam parte do que ele chamou de “*A negra página de O mulato*” e representavam o fracasso da moral, porque apresentavam idéias que, segundo a sua concepção, apontavam em direção oposta à da civilização. Desse modo, entendia que *O mulato* representava um duplo perigo, ao abordar a escravidão: primeiro, por entender que essa questão não deveria ser evidenciada em romance que percorreria lares, principalmente ao trazer como solução uma afronta às famílias; depois, por acreditar que o livro apresentava incoerências, colocando em xeque a reputação da província.

Na tentativa de revidar o modo como os costumes escravocratas maranhenses apareciam representados no romance, Euclides Faria apontava cenas que considerava incoerentes com aquelas vivenciadas na província. Assim, questionou, por exemplo, a brutalidade e a falta de humanidade que aparecem nas cenas do leilão de escravos representadas logo no início do romance, quando Aluísio apresenta São Luís ao amanhecer de um dia abafado e aborrecido, entorpecido pelo calor. Segundo ele, “É falso o quadro, porque passando-se a cena na atualidade, sabe-se que hoje já não vão escravos para leilão, nem os compradores portam-se tão brutalmente; pode haver uma ou outra exceção, mas estas não devem estar no bom romance”²⁵⁷.

²⁵⁶ ALBUQUERQUE, id. *ibid.*, 17 de setembro de 1881, p. 310-311.

²⁵⁷ ALBUQUERQUE, id. *ibid.*, 20 agosto 1881, p. 296.

Pelo posicionamento do crítico, observo que, mesmo enfatizando o quadro retratado por Aluísio como falso, o cronista não nega totalmente a representação feita, tanto que, ao final da referida citação, indica poder haver uma ou outra exceção, deixando evidente em seus comentários que, para ele, a verdade revelada deve ser selecionada, excluindo-se aquilo que a torna menos palatável.

Outro ponto questionado foi o modo como a relação entre Igreja e escravidão aparece no romance. Em *O mulato*, essa crítica é feita principalmente através das atitudes do cônego Diogo, que, conforme aponta Euclides Faria, seria “um homem cheio de todos os vícios e crimes, como os de Dias e que chegou a mandar matar o Dr. Raimundo, por homem de cor, e não querer que ele casasse com sua afilhada Ana Rosa, por ser ela moca branca!!”²⁵⁸. Tentando refutar essa imagem que a obra passa, o jornal católico enfatiza, então, as “virtudes” do clero maranhense para com seus escravos. Desse modo, tece o seguinte comentário: “Ora, dizer que tal é o tipo de clero entre nós é faltar à verdade. Nosso Clero é pobre, simples, caridoso, manso; e não muito raro cria os filhos alheios e até seus escravos, com os mais estremecidos afetos”²⁵⁹.

Inúmeros são os exemplos de cenas de *O mulato* consideradas por Euclides Faria, em suas crônicas, inverossímeis no que se refere aos costumes maranhenses. Além das acima evidenciadas, são objetos da crítica o modo como foram retratados os portugueses, as festas, o preconceito racial, dentre outros. Muitas das críticas são rebatidas pelo próprio Aluísio, como também por outros críticos, como é o caso de Álvaro de Sá Vianna, que, em seus artigos sobre a obra *O Mulato* no jornal *Pacotilha*, destacava o capricho de algumas cenas de costumes maranhenses descritas por Aluísio. Sofrendo represália do jornal *A civilização*, Sá Vianna se defendia com as seguintes perguntas:

A scena da morte de d. Maria do Carmo, com todas as particularidades com que Aluízio descreve não será uma scena de costumes?

As festas no sítio do Caminho Grande, não é outro quadro bem colorido? O preconceito de raça não é caracter predominante em Maranhão? Albuquerque é que desconhece os costumes da província em que vive e em que eu nasci [...]²⁶⁰.

²⁵⁸ ALBUQUERQUE, id. *ibid.*, 1º de outubro de 1881, p. 315.

²⁵⁹ ALBUQUERQUE, id. *ibid.*

²⁶⁰ VIANNA, Alvaro de Sá. *Pacotilha*. São Luís, 16 de setembro de 1881, p. 2.

Aponto a discussão em torno da maneira como os costumes maranhenses aparecem na crítica não com intuito de simplesmente descobrir equívocos ou acertos de seu autor ou descobrir os equívocos de um ou outro crítico. Entendo que Aluísio fez uma representação da cidade e de seus costumes no romance, e as interpretações dessa representação também dependerão da leitura feita pelos críticos enquanto leitores historicamente situados. Estes, assim como o autor, não deixam de estar impregnados de posicionamentos e escolhas.

Assim, *O mulato* causou ressentimentos na província, quando de seu aparecimento. Seu texto deu a ler, à província e ao restante do país, costumes que os maranhenses certamente vivenciavam cotidianamente, mas que não esperavam ver transcritos num “bom romance”, para usar expressão de Euclides Faria. A esse respeito, Álvaro de Sá Vianna assim se expressou em artigo do jornal *Pacotilha*:

Estamos crentes que o “Mulato” não agradou em Maranhão, muita gente viu-se mais ou menos retratada, ou suas feições em outros rostos o que não poderia agradar.

Aquele Fr. Lamparinas, não é outro senão o popular cantor das ladainhas na igreja dos Remédios, rezadas em Attenção á felicidade de um certo comendador.

Não podia agradar o “Mulato”, foi um ferro em braza posto de encontro ao cancro do preconceito ridículo, que á despeito de alguns parlapatões, quando falta-lhes tudo a começar pela fatua nobreza de sangue²⁶¹.

Ao comentar as críticas contemporâneas ao lançamento do romance, Aluísio, em artigo no jornal *Folha Nova*, do Rio de Janeiro, transcrito no jornal maranhense *O paíz*, afirmou:

Ao contrario de todas as folhas do sul, todas as folhas diárias do Maranhão conservavam a respeito do livro o mais inquebrantável silêncio, porque o livro ataca de frente a escravidão e a tal Athenas é indecentemente a mais escravocrata de todas as províncias do Brasil²⁶².

Conforme observo, os jornais maranhenses não foram tão silenciosos como em muitos momentos Aluísio Azevedo faz supor, e o modo como a escravidão, a emancipação e o preconceito racial foram problematizados no romance não escapou aos comentários dos críticos, na recepção da obra.

²⁶¹ VIANNA, id. *ibid.*

²⁶² **O Paiz**, São Luís, 16 de março de 1881. Publicações Gerais, p. 1.

Jornais como *A civilização* fizeram críticas extensas ao livro, colocando-se em oposição às idéias defendidas no romance. Outros jornais, como *O Pensador* e *Pacotilha*, apresentavam opiniões freqüentemente favoráveis às idéias contidas no livro, publicando em suas páginas comentários que evidenciavam a escravidão como uma temática importante presente em *O mulato*, por trazer uma perspectiva crítica de fundo conscientizador em favor da causa abolicionista. Desse modo, lêem-se os seguintes comentários nas páginas dos jornais:

O horror de que sempre se apodera o romancista maranhense quando falla na escravidão; as satyras com que baqueia essa instituição; os perigos que nota na vida privada e social provenientes de tal legado, são títulos de sobra para recommendar o mulato.

Dirão que é exagero no quadro, seja; serão bellas palavras de poeta, mas através da ode vê-se a verdade²⁶³.

[...] Aluísio discute uma these de interesse palpitante e de toda a actualidade, como é a do equalamento de castas.

O “Mulato” é um romance de propaganda enérgica em prol das idéias abolicionistas. Não encarecemos a importância da these, ella pende de todos os espíritos, tem tanto sectários quantas são as cabeças que pensam conveniente e arrazoadamente, em uma causa tão commum, julgada e aceita embora em seus pontos mais extremados²⁶⁴.

Observo, assim, que parte da crítica local, em especial a crítica do jornal *A civilização*, dedicava uma maior atenção para com a imagem da província. *O mulato* era analisado, além de tudo, como um romance que tratava da elite do Maranhão, a qual buscava, através da crítica, impor-se em relação à representação presente no livro. Daí sua ênfase à dita “verdade”, em destacar pontos que deveriam ou mereceriam estar ou não num romance.

Vale salientar que, mesmo antes da publicação do livro, Aluísio já havia sido alertado quanto aos possíveis ressentimentos que seu escrito causaria no Maranhão. O autor relata, no prefácio da segunda edição, um dos casos por ele vivenciado:

Lembro-me disso como se tivera sido hontem! Eu costumava passeiar no campo todos os dias de madrugada, e o Fernando muita vez me acompanhava. Um dia, fomos ao Cutim, a pé, e pelo caminho narrei-lhe inteira a história do *Mulato*. Ainda me recorde de uma observação justa que elle me fez a respeito do resentimento que o meu livro iria levantar na província²⁶⁵.

²⁶³ IGNOTUS. *Pacotilha*. São Luís, 2 de junho de 1881, p. 2.

²⁶⁴ VIANNA, Alvaro de Sá. *Pacotilha*. São Luís, 15 de setembro de 1881, p. 1.

²⁶⁵ AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897?], p. 6.

Ver-se representada como uma sociedade escravocrata, de costumes que estavam na contramão de uma nação e de um povo que se pretendiam civilizados, mexeu com os brios da sociedade local. Conviver abertamente em seu cotidiano com práticas de maus tratos aos escravos, violência no sistema educacional, abusos religiosos sendo aceitos e mascarados pelas famílias que diziam receber a melhor educação que poderia haver na província, dentre outros aspectos – tudo isso colocava a sociedade maranhense frente a um retrato de si mesma difícil de ser contemplado.

Vejamos como esses aspectos são pontuados nas críticas de Euclides Faria:

Quem ler o tal *Mulato*, fora daqui na Europa, por exemplo, fará a mais desgraçada idéia do Maranhão, e nos terá em conta de selvagens e canibais. O romance deve dar uma noção exata da sociedade, e não quadros exagerados, bordados à fantasia e capricho de quem quer fazer figura.

Eis aí como *o Mulato* entende o realismo! Segundo o Zote, o infeliz Maranhão é um tronco universal, um ergástulo fétido e medonho, donde saem ais doridos de infelizes escravos, reduzidos a piores condições, que o escravo sardo! Isto é simplesmente falso²⁶⁶.

Euclides Faria entendeu que *O mulato* retratava o Maranhão de forma negativa, como uma província bárbara, num momento em que a idéia de civilização parecia fundamental para a constituição da nação. Essa perspectiva de representar o maranhense como um povo de costumes bárbaros não poderia agradar a todos, e não agradou. Mas não porque Aluísio retratasse os negros que habitavam a província fora dos padrões estéticos, biológicos e comportamentais esperados de indivíduos em processo de civilização. O seu mulato Raimundo é bonito, elegante, educado, atrai mulheres, mas apresenta uma estética que perpassa certa invisibilidade de elementos que, no século XIX, eram considerados típicos da raça negra.

Não agradou porque, numa nação civilizada “era do branco que partia a civilização e o saber, e era deste que o negro devia aproximar-se a fim de ‘regenerar-se’”²⁶⁷. Diante disso, como ficava a imagem do Maranhão, quando os brancos retratados, aqueles que teoricamente eram os responsáveis por erguer a civilização, ajudando os “pobres” negros a se “regenerarem”, apresentavam práticas mais bárbaras que a dos escravos?

²⁶⁶ ALBUQUERQUE, Joaquim de. **A Civilização**, São Luís, 20 de agosto de 1881. Crônicas. *Apud* MONTELLO, *op. cit.*, p. 296.

²⁶⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 111.

Apesar das críticas de Euclides Faria relatando a péssima qualidade da obra, o que ocorre, por exemplo, quando diz que “o Mulato é um trabalhozinho alambicado, servil imitação estrangeira; e em certos pontos miseravelmente plagiado”²⁶⁸, o crítico parecia estar consciente das proporções que a obra poderia tomar além-província. Daí chamar atenção para o diferencial da materialidade com a qual o livro foi dado ao público leitor:

Tudo no romance é burlesco, ridículo ao extremo. A obra é péssima, mesmo pelo lado literário, não há dúvida; entretanto **é um volume encadernado e há de viajar.**

Quem não conhecer a província, lendo semelhante escrito fará a mais desgraçada idéia do Maranhão²⁶⁹ (grifo meu).

Desse modo, o crítico atentava para algo interessante quando se pensa a comunicação na sociedade oitocentista: o fato de um determinado assunto ser publicado em forma de livro parecia constituir um diferencial. Ao viabilizar, numa sociedade de meios de comunicação precários, uma forma ao mesmo tempo de grande credibilidade e de fácil acessibilidade, a publicação do livro facilitava a disseminação das idéias contidas na sua forma editorial.

As teses defendidas em *O mulato* não eram em si novidades para o público leitor maranhense, acostumado a ler as críticas de Aluísio Azevedo sobre a situação da mulher, do clero, dos escravos, das idéias positivistas, dentre outras, nos jornais locais. Porém, sem descartar o fato de que esses jornais podiam ser lidos fora da província, de certo modo o romance viabilizava uma leitura distinta da produção jornalística. Como aponta Alessandra El Far, ao analisar a literatura de cunho popular que circulava no Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o XX,

Diferentemente das demais publicações, o romance, ao alongar-se na história de alguns personagens, dialoga, de modo inevitável, com o contexto de sua criação e com os temas recorrentes do melodrama, possibilitando, dessa forma interpretações que tomam por desafio a compreensão das ações no interior da narrativa e suas relações com a realidade local²⁷⁰.

²⁶⁸ ALBUQUERQUE, Joaquim de. **A Civilização**, São Luís, 23 de julho de 1881. Crônicas. *Apud* MONTELLO, *op. cit.*, p. 275.

²⁶⁹ ALBUQUERQUE, Joaquim de. **A Civilização**, São Luís, 10 de setembro de 1881. Crônicas. Id. *ibid.*, p. 308.

²⁷⁰ EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 111.

Se a preocupação frequentemente levantada pela crítica maranhense vinculava-se ao modo como a realidade local seria recebida em outros lugares, nem Aluísio, ao dar indícios dos aspectos que achava importantes de serem percebidos pelos leitores, nem os críticos locais, que tanto receio tinham da imagem que o livro causaria, eram capazes de controlar as diferentes leituras²⁷¹ proporcionadas pelo romance.

Conforme anunciado por Aluísio, em sua nota de agradecimento, vários volumes foram enviados para fora da província, e as críticas, comentários e posicionamentos vindos de outras localidades não demoraram a chegar. Quando o artigo publicado na província de São Paulo por Alcides Maya foi transcrito pelo jornal *O Paiz*, de São Luís, logo a crítica maranhense tratou de enfatizar que se confirmava a suspeita de que *O mulato* proporcionaria uma imagem desfavorável da província, tecendo Euclides Faria o seguinte comentário sobre o referido artigo:

É para reparar que um crítico, acadêmico em São Paulo, ouse sustentar serem obras de arte certos quadros e personagens do tal romance, como o Cônego Diogo, o Dias e o jantar do Caminho Grande! [...]

Eu bem anunciei que o tal Mulato daria, fora da província, a mais desgraçada idéia do Maranhão e das classes sociais que o compõem.²⁷²

Num momento de construção de uma identidade nacional, cada província buscava resguardar seu lugar nesse cenário, destacando sua importância e singularidade, o que fez também o Maranhão, ao longo do século XIX. À sua capital foi atribuída a designação de “Atenas brasileira”, reforçando a sua singularidade, também, através do culto às origens francesas de sua fundação e, com isso, criando uma representação diferenciada do Maranhão. Como aponta Lacroix,

Aquela mentalidade senhorial de uma elite preconceituosa forjou um sentimento aristocrático, a princípio de superioridade da terra e, posteriormente do homem maranhense. [...] A consciência de que o homem maranhense gozava da virtude da sabedoria, da excelência e quase exclusividade no panorama cultural brasileiro foi de tal forma disseminada no imaginário da sociedade local que conseguiu uma repercussão nacional²⁷³.

²⁷¹ Como bem enfatiza Roger Chartier, “As obras – mesmo as maiores, ou sobretudo, as maiores – não têm sentido estático, universal, fixo. Elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com a recepção. [...] Certamente, os criadores, os poderes, os *experts* sempre querem fixar um sentido e enunciar a interpretação correta que deve impor limites à leitura (ou ao olhar). Todavia, a recepção também inventa, desloca e distorce” (CHARTIER, *op.cit.*, p. 9).

²⁷² ALBUQUERQUE, Joaquim de. **A Civilização**, São Luís, 1 de outubro de 1881. Crônicas. Apud MONTELLO, *op. cit.*, p. 315.

²⁷³ ALBUQUERQUE, id. *ibid.*

O debate travado na recepção de *O mulato* evidencia, sim, um jogo de representações ameaçador da imagem de terra culta, educada, refinada que a província maranhense buscava manter no cenário nacional. *O mulato* foi, então, nesse contexto, uma pedra lançada ao espelho, principalmente da elite ludovicense, ali representada em seus costumes, vícios e preconceitos tão distintos daqueles que no século XIX caracterizavam o maranhense. Isso se ressalta ainda mais quando se coloca no centro da narrativa, como personagem principal, um descendente de mãe negra, um mulato. Esse personagem, no entanto, não era um mestiço pobre na ordem escravocrata, mas um homem de posses, instrução, refinamento, aquele que traz o discurso moderno civilizador no romance e que, ao entrar na narrativa, desnuda todas as artimanhas de uma elite ciosa de acompanhar o modelo de civilização ditado pela Europa mas que esbarra na mentalidade escravocrata e em todos os preconceitos dela advindos.

No Maranhão, *O mulato* teve ampla leitura, a observar pela propaganda, pelos comentários e pelas críticas analisadas. Percebe-se que o livro movimentou discussões na província; sendo um romance de costumes maranhenses, sua narrativa foi analisada pela crítica local, como a procurar e questionar a “verdade” nele presente.

Essa obra não ficou restrita ao público da província na qual foi editada, atingindo uma repercussão nacional, não apenas após o retorno de Aluísio Azevedo ao Rio de Janeiro. Como afirmou Euclides Faria, *O mulato* “há de viajar”, e viajou bem antes de seu autor, contribuindo para movimentar a crítica literária nacional. No jornal *O Pensador* de 20 de julho de 1881, Aluísio Azevedo dá um indício da abrangência da leitura de sua obra, através de uma carta direcionada aos seus amigos do sul, em que diz o seguinte: “com o maior prazer que li tudo o que, já pela imprensa e já em cartas particulares escreveram vocês a respeito de *O mulato*”²⁷⁴.

Não quero dizer com isso que *O mulato* teve em outras províncias a mesma repercussão obtida entre o público maranhense, até porque entendo que “os textos podem ser lidos – e lidos diferentemente por leitores que não dispõem das mesmas ferramentas intelectuais, e que não mantêm uma mesma relação com o escrito”²⁷⁵.

No Maranhão, os leitores mantinham uma relação de identificação com os fatos e personagens narrados no livro, mesmo quando discordavam do modo como lhes

²⁷⁴ AZEVEDO, Aluísio. *O Pensador*. São Luís, 30 de julho de 1881. Uma carta aos amigos do Sul. Apud MONTELLO, *op. cit.*, p. 227.

²⁷⁵ CHARTIER, *op.cit.*, p. 13.

eram apresentados. Nesta província, Aluísio Azevedo era um jovem conhecido pelas polêmicas levantadas junto a seus amigos de *O pensador* e da *Pacotilha*. Quando seu livro saiu e trouxe estampada sua imagem nas primeiras páginas, trazia junto com ela toda uma expectativa para leitores que já conheciam “ferinas linhas” escritas por esse autor, cujo rosto não lhes era estranho.

Em outras províncias, como na corte, Aluísio, se não era um rosto de todo desconhecido²⁷⁶, não era a figura popular que se tornara em São Luís. Fora da sua cidade natal, era simplesmente – o que significava muito – um novo e talentoso romancista do norte, merecedor de ressalvas e elogios, trazendo ao público um novo romance brasileiro²⁷⁷. Ou seja, o público não maranhense mantinha com o romance e seu autor uma relação distinta da observada no Maranhão. Esse aspecto foi evidenciado por Aluísio, ao explicitar sua opinião quanto à recepção de *O mulato*, comparando o modo como foi recebido no Maranhão e em outras províncias. Segundo ele,

Enquanto no Rio de Janeiro, S. Paulo e Pernambuco, erguiam-se Joaquim Serra, Valentim Magalhães, Tobias Barreto, Clovis Bevilacqua, Araripe Junior, Sá Vianna, Capristano de Abreu, Alcides Lima e muitas outras penas de igual valor, procurando animal-o a prosseguir, ella a tal **Athenas de contrabando**, só encontrava descomposturas para atirar sobre seu filho romancista. [...]
Esgotaram, é verdade, a edição da obra, mas isso mesmo porque suppunham que *O Mulato* era alguma terrível descompostura contra os pobres diabos de uns padres, que n’esse tempo escreviam um jornal catholico²⁷⁸ (grifo meu).

O Mulato foi uma exceção para a época: poucos romances publicados fora da corte mereceram destaque nacional. Foi assim que essa obra obteve, no Rio de Janeiro, maior atenção por parte da crítica²⁷⁹ do que, por exemplo, o romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, publicado também em 1881 pelo já conhecido Machado de Assis, como aponta Hélio Guimarães:

²⁷⁶ Importante lembrar que Aluísio Azevedo já havia residido no Rio de Janeiro, onde trabalhou como caricaturista de 1876 a 1878 em jornais cariocas.

²⁷⁷ Se no Maranhão esse livro era freqüentemente associado à província, sendo por vezes anunciado como um romance maranhense, com certo cunho regionalista, em outras províncias essa relação é pouco evidenciada. *O mulato* é freqüentemente apresentado como um romance “brasileiro”, inclusive é assim que é descrito por seu autor, na página inicial do manuscrito de sua obra.

²⁷⁸ AZEVEDO, Aluísio. **O paiz**, São Luís, 16 de março de 1883. Publicações gerais, p. 1.

²⁷⁹ José Veríssimo, crítico contemporâneo dessa discussão, explica o êxito de *O mulato* em relação a *Memórias póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis com o argumento de que *O mulato* teve um acolhimento mais simpático do que *Memórias póstumas* porque “A novidade um pouco escandalosa que trazia foi grata ao nosso paladar enfastiado do romanesco dos nossos novelistas e pouco apurado para saborear as finas iguarias de Brás Cubas, publicado em 1881” (VERÍSSIMO, José. **Letras e literatos: estudos críticos da nossa literatura do dia**. Rio de Janeiro: Olympio, 1936, p. 60).

em contraste com a baixa repercussão das *Memórias Póstumas*, o romance *O mulato* de Aluísio Azevedo, provocaria mais escândalo e teria maior repercussão na imprensa do Rio de Janeiro, onde, segundo Helen Caldwell teria sido assunto de mais de cem artigos durante o ano de 1881²⁸⁰.

A repercussão de *O mulato* no Rio de Janeiro e em outras províncias ficou restrita a poucos leitores, foi lido e comentado principalmente por críticos especializados, pois foram poucos os que, fora do Maranhão, tiveram acesso à obra em sua primeira edição. Porém, esse reconhecimento por parte da crítica era fundamental para um jovem escritor. Ser reconhecido²⁸¹ por seus pares, principalmente os da corte, centro cultural do Brasil, era um requisito fundamental para “fazer seu nome” como literato, significava a possibilidade de alçar vãos mais longos enquanto homem das letras, como oportunamente enfatizou Jean-Yves Mérian:

Apesar da repercussão da publicação de “O mulato” em São Luís, Aluísio Azevedo teria continuado na sombra do Brasil, se seu romance tivesse passado despercebido no Rio de Janeiro. Um escritor para alcançar a notoriedade, deveria ser consagrado pela crítica da capital [...]

O Rio de Janeiro era o centro de atração para intelectuais e escritores provincianos que desejavam escapar ao anonimato [...]²⁸².

Agradar a crítica da corte ou pelo menos não lhe ser indiferente era um bom começo, uma vez que dela faziam parte aqueles que davam respaldo ao autor no meio literário. Por outro lado, seu público não se limitava a esse grupo restrito de leitores especializados: o público em geral tinha outros interesses, como, por exemplo, divertir-se com a leitura. Nesse contexto de público leitor restrito, fosse ele integrante de uma crítica especializada ou não, o que um autor deveria evitar era ser indiferente aos seus múltiplos anseios, pois o público leitor, no século XIX, passou a ser ponto de referência para os autores. Como enfatiza Antônio Cândido,

²⁸⁰ GUIMARÃES, *op.cit.*, p. 193.

²⁸¹ Sobre a importância desse reconhecimento para a formação do cânone literário, Sérgio Bellei afirma que “toda produção textual pode ou não ser escolhida como parte do cânone, na medida em que grupos institucionalmente poderosos de leitores e usuários da produção textual de uma comunidade (leitores, críticos, editores, professores, alunos) nela identificam certos valores culturais e assumem a função de preservá-la” (BELLEI, Sérgio Luiz Prado. **Nacionalidade e literatura: os caminhos da alteridade**. Florianópolis: UFSC, 1992, p. 15).

²⁸² Id. *ibid.*, p. 193.

Se a obra é mediadora entre o autor e o público, este é mediador entre o autor e a obra, na medida em que o autor só adquire plena consciência da obra quando ela lhe é mostrada através da reação de terceiros. Isto quer dizer que o público é condição do autor conhecer a si próprio, pois esta revelação da obra é a sua revelação²⁸³.

Aluísio tinha consciência de que, para se tornar um autor reconhecido e assim vender romances, não bastava apenas agradar a crítica e ser indiferente aos anseios do público não especializado. E essa é uma questão freqüentemente retomada pelo autor em suas discussões, servindo muitas vezes para se defender das críticas feitas a seus romances. Respondendo colocações feitas por um crítico no jornal fluminense *A gazetinha*, Aluísio faz a seguinte colocação:

O crítico não perdoa o romancista, que abre largamente os braços para o público grosso; e este vira as costas ao romancista que não for afagado pela crítica.

O que resta, pois, fazer?

Ou não escrever romances, ou arranjá-los de modo que apresentem duas faces perfeitamente distintas – uma ao gosto do crítico; outra ao gosto do público.

Aquele gosta de uma metade. Um franze a sobrançelha direita; o outro a esquerda. Mas, em todo o caso, sempre fica de cada um, uma sobrançelha sem estar franzida, e isso já é uma recompensa.

Foi isto que procurei fazer nas Memórias de um condenado e n' O mulato²⁸⁴.

Colocações de Aluísio Azevedo como as transcritas acima denotam a situação de um escritor que, em fins do século XIX, queria ganhar o público e ter na atividade literária, também, uma opção comercial para sua sobrevivência como escritor. Daí o posicionamento do autor em tentar não desagradar de todo nem o público em geral, aqueles que se deleitavam com o romance, garantindo a vendagem e possibilitando novas publicações, nem seus pares no mundo das letras, que lhe davam respaldo e visibilidade no restrito e seletivo meio literário.

Como aponta Regina Zilberman²⁸⁵, o início da década de 1880 ainda representava um momento em que a crítica era feita principalmente por escritores e homens de letras que escreviam nos jornais. Todavia, esse momento também marcava o início de uma institucionalização da crítica, passando essa atividade a significar um

²⁸³ CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. 8. ed. São Paulo: T&A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000 (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), p. 69.

²⁸⁴ AZEVEDO, Aluísio. **A Gazetinha**, Rio de Janeiro, 12 de junho de 1882. Apud transcrição encontrada nos arquivos de Aluísio Azevedo na ABL.

²⁸⁵ Cf. ZILBERMAN, Regina. **Estética da recepção e história da literatura**. São Paulo: Ática, 2004, p. 88-89.

fazer científico, seguidor de um método cuja análise deveria se abster de motivações pessoais. Desse modo, o crítico simbolizava um leitor diferenciado, abrindo-se então, naquele momento, um fosso entre crítica e público.

De modo geral, percebo que a atividade literária não acontecia ao bel prazer dos escritores: o público – especializado ou não –, o contexto de escrita e leitura, as motivações históricas a ela inerentes contribuíam para os múltiplos olhares e focos lançados sobre a obra. Um livro como *O mulato*, que abrangia temáticas variadas – escravidão, religiosidade, política, condição feminina, costumes, dentre outros –, fazendo uso de uma narrativa envolvente, apresentava, então, ampla possibilidade de interpretações.

Algumas temáticas assumem menor ou maior destaque, dependendo do público leitor e do contexto de leitura, por exemplo. Com as teses defendidas por Aluísio Azevedo sobre a escravidão não se deu de maneira diferente. Nos jornais maranhenses anteriormente estudados, percebo que, quando a questão da escravidão era abordada pela crítica, apresentava freqüentemente comentários relacionados aos costumes da província maranhense em particular. Dessa maneira, tão ou mais importante do que debater as teses ali presentes era evidenciar o modo como a imagem da província apresentada na narrativa de Aluísio seria deturpada.

Já em outras províncias – e isso também podemos sentir pelos próprios comentários publicados em jornais maranhenses, em artigos e cartas vindas de outras localidades do país – observo que o livro é freqüentemente associado à perspectiva de um romance abolicionista, não necessariamente ligado às especificidades de uma província. Como destacava Alcides Lima, crítico da província de São Paulo, “O ‘Mulato’ combate o preconceito brasileiro que tranca as portas das famílias aos descendentes de escravos”²⁸⁶.

Contextualizando a recepção diferenciada de *O Mulato* no Maranhão e na corte, Jean-Yves Mérian destaca uma questão interessante. Segundo esse autor,

Os conflitos religiosos haviam perdido seu vigor no Rio de Janeiro, depois da “questão dos bispos” (1872-1876) e o público carioca não tinha as mesmas razões que o público maranhense para interessar-se pelo conteúdo polêmico anticlerical de “O mulato”.
[...] Para compreender a acolhida favorável dada a “O mulato”, não deixa de ter interesse lembrar o vigor da campanha em favor da

²⁸⁶ AZEVEDO, Aluísio. *O paiz*, São Luís, 17 de julho de 1883. Publicações gerais, p. 1.

abolição que as sociedades abolicionistas e o jornal “Gazeta da Tarde” travavam desde 1880²⁸⁷.

Aluísio Azevedo soube explorar muito bem os interesses de seu público. Se, no Maranhão, questões polêmicas envolvendo o clero marcavam o contexto da primeira edição, o autor não hesitou em fazer comparações de personagens da obra com figuras reais e em expor nas páginas de *O pensador* que o romance propunha tratar de abusos do clero maranhense. O autor não deixou de usar os acontecimentos daquele momento para chamar a atenção do público para seu livro, vinculando diretamente essas questões aos objetivos de seu romance.

Por outro lado, se o público da corte, por exemplo, tinha outras motivações, Aluísio Azevedo, escrevendo em jornais cariocas, tratava de evidenciá-las ao tratar do romance. É o que faz quando enfatiza, em passagens anteriormente citadas neste capítulo, que “o livro ataca de frente a escravidão”²⁸⁸, justificando todo o rebuliço e vendagem obtida por sua obra no Maranhão com a afirmação de que “esgotaram, é verdade, a edição da obra, mas isso mesmo porque supunham que *O Mulato* era alguma terrível descompostura contra uns pobres diabos de uns padres, que n’esse tempo escreviam um jornal catholico”.

Assim, a recepção da obra é fluída para autor e público. Dependendo do contexto de leitura e dos anseios dos leitores e do seu autor, uma ou outra temática enfocada na obra poderia e pode – porque a obra continua viva e nova para aqueles que ainda não a leram – alcançar maior destaque.

A escravidão, enquanto realidade vivenciada, a abolição, objetivo pretendido, as problemáticas presentes numa sociedade eminentemente mestiça, de mentalidade fortemente marcada pelo preconceito racial, são algumas questões também evidenciadas no romance, constituindo-se em tópicos discutidos no contexto de publicação de *O mulato*. Independentemente da intensidade que tais discussões obtiveram num local ou noutro, entendo que as temáticas presentes no romance permitem múltiplas leituras e questionamentos, através das representações nele elaboradas da sociedade escravocrata oitocentista, retratando seus medos, costumes e preconceitos.

²⁸⁷ Cf. MÉRIAN, *op. cit.*, p. 319.

²⁸⁸ Ver nota n. 261.

O livro *O mulato*, publicado no Maranhão e retratando os costumes locais, ultrapassa, então, os interesses e questionamentos da província, ganha novas leituras, dialogando com públicos de características e objetivos diversificados. Aluísio Azevedo é chamado a debater, discutir e fazer novas publicações da sua obra, tornando-se um escritor nacionalmente reconhecido. É, no entanto, no Rio de Janeiro que esse reconhecimento se consolida, com a continuação de uma rica produção literária tendo como foco as problemáticas nacionais. Como recorda Coelho Netto, “Aluísio dizia que a inspiração era vagabunda e quem a quizesse encontrar deveria metter-se a andarilho, seguindo o povo ou varejando lares”²⁸⁹. Desse modo, entre a ficção e a História, Aluísio narrava seus romances e dava uma interpretação rica, diversa, real e inventada, da realidade brasileira.

²⁸⁹ NETTO, Coelho. **O imparcial**, Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1913.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Articular a diferença que funda (diversamente) a especificidade da “literatura” e as dependências (múltiplas) que a inscrevem no mundo social: esta é, a meu ver, a melhor formulação do necessário encontro entre a história da literatura e a história cultural.

(Roger Chartier. *À beira da falésia*).

Para além de fazer uma crítica aos costumes da província maranhense, em especial de sua capital, São Luís, desmascarando e proporcionando uma leitura do modo de vida da então denominada “Atenas maranhense”, em *O mulato*, Aluísio Azevedo discute temas de interesse nacional. Não foi por acaso que sua obra extrapolou os limites da região sobre a qual foi escrita e na qual foi editada pela primeira vez. Escravidão, emancipação e mestiçagem, embora trabalhadas com especificidades locais, são problemáticas postas ao país como um todo, naquele momento, estando na base das reflexões então formuladas acerca da formação da nação e de sua identidade.

Como muitos “homens modernos” de seu tempo, Aluísio Azevedo defendia os ideais republicanos e abolicionistas enquanto objetivos a serem alcançados para a modernização do país. Nessa perspectiva, tinha na teoria positivista vinda da Europa sua base de sustentação ideológica. O positivismo estava longe de significar um pensamento comum, monolítico: diferentes interpretações levavam esse rótulo. Dessa forma, as teorias raciais de cunho positivista, se já não constituíam, na Europa, um todo homogêneo, ao adentrarem as terras brasileiras não mais se compunham de meras transposições de discussões lá realizadas: os intelectuais nacionais as adaptavam de acordo com as necessidades locais e também com os seus interesses pessoais. Daí o fato de a questão racial, naquele momento, propiciar leituras diversificadas, dependendo não apenas do referencial teórico de sustentação positivista, mas também do modo como cada intelectual se apropriava desse discurso.

Em *O mulato*, percebi que, embora Aluísio se posicionasse contrariamente à escravidão e criticasse o preconceito racial, não conseguia ocultar uma carga de outros preconceitos, os quais ficam até certo ponto evidentes na sua obra. Como pregavam as teorias raciais de seu tempo, independentemente da abordagem feita, o negro era considerado raça inferior, e essa leitura perpassa a representação da escravidão enquanto sistema e suas conseqüências para a nação, assim como perpassa a representação do negro presente na narrativa de *O mulato*.

O fato de Aluísio se posicionar, no romance ou fora dele, contra a escravidão e a favor da abolição não fez com que os negros e seus descendentes fossem vistos como iguais, nem na trama do romance nem na vida cotidiana. Tanto pela forma como os negros aparecem na narrativa, com suas falas “roubadas”, quanto pelo modo estereotipado como suas fisionomias e atitudes são descritas, é possível observar o posicionamento do autor.

Todavia, percebo também que Aluísio, na obra em estudo, não fica preso às amarras deterministas das teorias raciais que simplesmente condenavam ao fracasso nações miscigenadas como o Brasil. Dá vida ao personagem mulato Raimundo, por vezes tratando-o com pessimismo, devido à sua origem escrava e principalmente por conviver numa sociedade, na visão de Aluísio, arcaica e ultrapassada, ou seja, fora dos ideais modernos defendidos no romance, mas também o trata com otimismo em relação ao descrédito que as teorias raciais dispensavam, até então, às populações de países miscigenados. Na trama narrativa de *O mulato*, quanto mais branco fosse o mestiço, melhores condições teria, pois, negando parte de suas raízes e seguindo um perfil comportamental “branco”, teria condições de contribuir positivamente para a formação da nação, no âmbito da modernização.

O presente trabalho tentou recuperar, através do romance *O mulato* e, mais especificamente, das falas dos personagens que nele ganham vida, o modo como Aluísio Azevedo, autor pertencente a uma elite intelectual, dá a ler representações da escravidão. Nelas, mesmo pouco valorizando o negro como personagem, o autor dá visibilidade – através das especificidades do texto literário, que mescla de forma envolvente o real e o ficcional –, às problemáticas postas ao futuro da jovem nação. Pensar o modo elitista como eram propostos caminhos para a nação em construção possibilita também uma reflexão sobre os motivos pelos quais o negro e sua inserção na sociedade brasileira, ainda hoje, constituem uma temática atualíssima e que, longe de ser um problema resolvido, é ainda uma ferida aberta.

Como historiadora, ao tentar reconstruir fragmentos deixados pelos homens, encontrei novos fragmentos, fiz-me velhas e novas perguntas, fazendo com que surgissem questionamentos, temas – enfim, nesse processo de pesquisa estamos sempre descobrindo coisas novas e vendo que há muito a desvendar. Desse modo, acredito que o estudo da escravidão via literatura é um campo aberto, incentivando-me a continuar trilhando essa temática.

ARQUIVOS PESQUISADOS

Academia Brasileira de Letras – RJ

Arquivos do Itamaraty – RJ

Biblioteca Nacional – RJ

Biblioteca José de Alencar, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ

Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia – MG

Biblioteca Pública do Estado do Maranhão – MA

Biblioteca da Universidade Federal do Maranhão – MA

Casa de Cultura Josué Montello – MA

Museu Histórico e Artístico do Estado do Maranhão – MA

FONTES MANUSCRITAS

AZEVEDO, Aluísio. **Manuscrito de O mulato**. S/ local, S/ data. Museu Histórico e Artístico do Estado do Maranhão – São Luís.

AZEVEDO, Aluísio. **Manuscrito de O mulato**. S/ local, S/ data. Academia Brasileira de Letras – Rio de Janeiro.

AZEVEDO, Aluísio. **Cartas pessoais – recebidas e enviadas**. Arquivo Aluísio – Academia Brasileira de Letras – Rio de Janeiro.

FONTES IMPRESSAS

Romances de Aluísio Azevedo:

AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 1. ed. Maranhão: Typografia do Paiz, 1881.

_____. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897].

_____. **O mulato**. 11. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1941.

_____. **O mulato**. São Paulo: Martins, 1969.

_____. **O mulato**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **O mulato**. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

_____. *El mulato*. Trad. Arturo Costa Alvarez. Buenos Aires: La nacion, 1904.

_____. **O cortiço**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **Casa de pensão**. Goiânia: Livraria e Editora Waldré, 1982.

Livros de Memórias

ABRANCHES, Dunshee de. **O cativoiro**: memórias. 2. ed. São Luís: Alumar, 1992.

GRAÇA ARANHA, José Pereira da. **O meu próprio romance**. 4. ed. São Luís: Alumar, 1996.

OTÁVIO, Rodrigo. **Minhas memórias dos outros**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1935.

Jornais

PACOTILHA. Maranhão: Typografia da Pacotilha. 1881.

O PAIZ. Maranhão: Typografia do Paiz. 1880, 1881, 1883.

O PENSADOR. Maranhão: Typografia de Frias & Filho, 1880 e 1881.

CIVILIZAÇÃO. Maranhão: Typografia da Civilização, 1880 e 1881.

PUBLICADOR MARANHENSE. Maranhão: Typografia Imperial, 1881.

DIÁRIO DO MARANHÃO. Maranhão: Typografia do Frias, 1881.

A FLECHA. Maranhão: Typografia do Frias, 1879 e 1880.

A GAZETINHA. Rio de Janeiro, 1882.

O IMPARCIAL. Rio de Janeiro, 1913.

Estudos sobre Aluísio Azevedo e suas obras

BARBOSA, Domingos. **A vida de Aluísio Azevedo**. São Luís: Departamento de Cultura do Estado do Maranhão, 1966.

CORDEIRO, João Mendonça. **O mulato – cem anos de um romance revolucionário**. São Luís: EDUFMA, 1987.

DANTAS, Paulo. **Aluíso Azevedo, um romancista do povo**. São Paulo: Editora Melhoramento, 1954.

DRESCH, Graciela. **A representação da identidade nacional em figuras femininas de Aluíso Azevedo**. 2005. 105f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

FANINE, Angela Maria Rubel. **Os romances-folhetins de Aluíso Azevedo: aventuras periféricas**. 2003. 340f. Tese (Doutorado em Teoria Literária). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluíso Azevedo, vida e obra: 1857-1915**. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo / Banco Sudameris-Brasil; Brasília: INL, 1988.

MONTELLO, Josué. **Aluíso Azevedo e a polêmica d'O Mulato**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunshee de. **O cativoiro**: memórias. 2. ed. São Luís: Alumar, 1992.

ABRANTES, Elizabet Sousa. A educação feminina em São Luís (século XIX). In: COSTA, Wagner Cabral (org.). **História do Maranhão**: novos estudos. São Luís: EDUFMA, 2004.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. **Obra crítica**. 3 vol. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.

AUERBACH, Erich. **Mimesis**: A representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BELLEI, Sérgio Luiz Prado. **Nacionalidade e literatura**: os caminhos da alteridade. Florianópolis: UFSC, 1992.

BERND, Zila. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: **O prazer do texto**. Lisboa: Edições 70, 1987.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia**: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. 2000. Dissertação (Mestrado em História) UNESP, Assis, 2000.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

BURKE, Peter. **O que é historia cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 8. ed. Col. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo: T & A. Queiroz / PUBLIFOLHA, 2000.

_____. **A personagem de ficção**. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CORRÊA, Helidacy M. Muniz. **Bumba-meu boi do Maranhão: a construção de uma identidade**. 101fl. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Recife, 2001.

CORRÊA, Rossini. **Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: SIOGE, 1993.

COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (org.). **Literatura e história: identidades e fronteiras**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. 7. ed. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. **A abolição**. São Paulo: Global, 2001.

CID, Maria Rosa Lopez. **O aperfeiçoamento do homem por meio da seleção: Miranda Azevedo e a divulgação do darwinismo no Brasil, na década de 1870**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Rio de Janeiro, 2000.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFIL, 1990.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

DECCA, Edgar Salvador de; LEMAIRE, Ria (org.). **Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

DENIS, Benoit. **Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre**. Bauru: EDUSC, 2002.

DIAS, Gonçalves. Canção do exílio. In: MORAES, Jomar (org.). **Poesia e prosa escolhidas de Gonçalves Dias e Machado de Assis**. São Luís: EDUFMA, 1997.

ECO, Umberto. **Seis passeios no bosque da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

EL FAR, Alessandra. **A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da república (1897-1924)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. **Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FACINA, Adriana. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FLORES, Moacyr. **O negro na dramaturgia brasileira (1838-1888)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. **O que é um autor?** e outros ensaios. Portugal: Veja / Passagens, 1992.

_____. **Microfísica do poder**. 19. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982.

FRIAS, J. M. C. **Memória sobre a tipografia maranhense**. São Paulo: Siciliano, 2001.

GINZBURG, C. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa / Rio de Janeiro: DIFEL / Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GLEDSOON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GOMBRICH, E. H. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Gradiva, 1994.

GUIMARÃES, Hélio Seixas. **Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19**. São Paulo: Nankin Editorial / EDUSP, 2004.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Henrique Fleiss: vida e obra de um artista prussiano na Corte (1859-1882). In: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 85-95, jan-jun 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1988.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A. Queiroz / EDUSP, 1985.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

- HUNT, Lynn (org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JÚNIOR, Magalhães R. **Arthur Azevedo e sua época**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1977.
- KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. Trad. Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 62.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: EDUFMA, 2000.
- LAJOLO, Mariza; ZILBERMAN, Regina. **A leitura rarefeita: leitura e o livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.
- LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **Blowin' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil**. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 12, p. 43-56, 1995.
- LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MAIO, Marcos Chor; SANTOS Ricardo Ventura (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCUZ / CCBB, 1996.
- MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio – o significado da liberdade no sudeste escravista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. São Paulo: EDUSC, 2000.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1870.

MARTINS, Manuel. **Operários da saude**: os novos atenienses e a invenção do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2006.

MEIRELES, Mário Martins. Os negros no Maranhão. In: _____. **Dez estudos históricos**. São Luís: Alumar, 1999.

MENDONÇA, Joseli Nunes. **Cenas da abolição**: escravos e senhores no parlamento e na justiça. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

MORAES, Jomar. **Apontamentos de literatura maranhense**. São Luís: SIOGE, 1976.

NABUCO, Joaquim. **A escravidão**. Recife: FUNDAJ / Ed. Massangana, 1988.

NASCIMENTO, Sílvia Helena. **Personagens negras**: tigres, gajeiros e domésticas na obra de Adolfo Caminha nos fins do século XIX. 2000. 167fl. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

NAVAS-TORÍBIO, Luzia Garcia do Nascimento. **O negro na literatura maranhense**. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 1990.

NUNES, José Horta. **Formação do leitor brasileiro**: imaginário da leitura no Brasil colonial. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

OTÁVIO, Rodrigo. **Minhas memórias dos outros**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

PERREIRA, Lucia Miguel. **História da literatura brasileira**: prosa de ficção 1870-1920. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão 1850-1888**. São Luís: SIOGE, 1990.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

SAYERES, Raymond S. **O negro na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1958.

SANTOS, Regma Maria dos. Crônica e História. In: SERPA, Elio Cantalicio; MENESES, Marcos Antonio de. **Escritas da história**. Uberlândia: EDUFU, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. O espetáculo da miscigenação. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, V. 8, n. 20, p. 137-152, 1994.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

SENRA, Nelson de Castro. **História das estatísticas brasileira**. Vol. I. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SIMÕES JÚNIOR, Álvaro Santos. Uma geração que sonhou viver da literatura. In: **Pós-história**, Assis: São Paulo, v. 6, p. 87-100, 1998.

SOBRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O naturalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 239-263. 1988.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira: de Bento Teixeira, 1601, a Machado de Assis, 1908**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos e vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da recepção e história da literatura**. São Paulo: Ática, 2004.

ZOLA, Émile. **Do romance: Stendhal, Flaubert e os Goncourt**. São Paulo: Imaginário, 1995.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D585n Diniz, Leudjane Michelle Viegas, 1979-
Nas linhas da literatura : um estudo sobre as
representações
da escravidão no romance O mulato, de Aluísio
Azevedo /
Leudjane Michelle Viegas Diniz. – 2008.
144 f.

Orientadora : Luciene Lehmkuuhl.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uber-
lândia, Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui bibliografia.

1. Literatura e história - Teses. 2. Escravidão – Teses. 3.
Azevedo, Aluísio, 1857-1913 - O mulato - Crítica e
interpretação-
Teses. I. Lehmkuuhl., Luciene. II. Universidade Federal de
Uber-
lândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930.2:869.0(81)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)